



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SIDINEI ESTEVES DE OLIVEIRA DE JESUS

**CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO, ATIVIDADE APÍCULA E
REPRODUÇÃO CAMPONESA: ESTUDO SOBRE O PROJETO DE
ASSENTAMENTO AMIGOS DA TERRA, TOCANTINS, BRASIL**

Brasília
Setembro/2014



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SIDINEI ESTEVES DE OLIVEIRA DE JESUS

**CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO, ATIVIDADE APÍCULA E
REPRODUÇÃO CAMPONESA: ESTUDO SOBRE O PROJETO DE
ASSENTAMENTO AMIGOS DA TERRA, TOCANTINS, BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marli Sales.

Brasília
Setembro/2014

SIDINEI ESTEVES DE OLIVEIRA DE JESUS

**CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO, ATIVIDADE APÍCULA E
REPRODUÇÃO CAMPONESA: ESTUDO SOBRE O PROJETO DE
ASSENTAMENTO AMIGOS DA TERRA, TOCANTINS, BRASIL**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, Área de Concentração Gestão Ambiental e Territorial.

COMISSÃO JULGADORA

Prof^a. Dr^a. Marli Sales
Departamento de Geografia (UnB)
(Presidente)

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho
Departamento de Brasília (UnB)
(Membro Interno)

Prof^a. Dr^a. Marília Peluso
Departamento de Geografia (UnB)
(Membro Interno)

Prof. Dr. Aires José Pereira
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
(Membro Externo)

Brasília
Setembro/2014.

J58c Jesus, Sidinei Esteves de Oliveira de.
Construção do território, atividade apícola e reprodução
camponesa : estudo sobre o Projeto de Assentamento Amigos
da Terra, Tocantins, Brasil / Sidinei Esteves de Oliveira de
Jesus. -- 2014.

166 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

Orientação: Marli Sales.

Inclui bibliografia.

1. Reforma agrária. 2. Assentamento agrário. 3. Abelha
- Criação. 4. Sustentabilidade. 5. Posse da terra.
6. Territorialidade humana. I. Sales, Marli. II. Título.

CDU 911.3:63(81)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vendê-las, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida, sem a autorização por escrito do autor.

A Deus e aos meus pais que me ensinaram a prosseguir meu ideal com
humildade, dedicação e coragem. Minhas referências!

Também a todos que acreditaram e torceram por mim!

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu refúgio e força, onde sempre encontrei descanso e respostas para os meus problemas.

Aos professores da Universidade de Brasília (UnB), que formaram as bancas de qualificação e defesa do mestrado: Prof.^a Dr.^a Marli Sales, Prof.^a Dr.^a Janaina Diniz, Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho, Prof.^a Dr.^a Marília Peluso e o Prof. Dr. Aires José Pereira, da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Muito obrigado por cada consideração feita ao presente estudo!

À Universidade de Brasília e ao Departamento de Geografia, por me acolherem e pela oportunidade concedida para que eu pudesse buscar e conquistar mais conhecimento.

Aquelas duas pessoas que sempre foram um exemplo de garra, coragem, e superação, e que muito me orgulho, e tenho a honra de chamá-los de mãe e pai.

À Marizaura Magalhães de Oliveira, que durante toda minha vida acadêmica me deu força nas horas mais difíceis e, sempre, tentou me ensinar a ser uma pessoa melhor, nos meus momentos certos e, mesmo nos momentos errados, sempre esteve comigo.

Aos meus amigos: Felex Martins, que ao longo desse curso não mediu esforços para me ajudar naquilo que foi preciso; a Valdemar B. Barros e família que, além da amizade, nas visitas a campo nos concedeu, com muito, carinho o apoio logístico; a Marizane Magalhães, Itamar Araújo, Antônio Dias, Gilvan C. C. de Araújo, a Lúcia Reis e a turma Eliseu Pereira que, de alguma forma, deu sua parcela de contribuição para mais esta conquista de minha vida.

Aos meus irmãos: Sidineia, Silvonei, Simaias e Silvoneia que fazem parte de minha vida.

Ao professor mestre Eliseu Pereira de Brito que, além de um ótimo professor, foi um grande amigo nessa minha caminhada acadêmica, em nenhum momento negou-me sua atenção. Muito obrigado professor Eliseu!

À minha professora e orientadora, Dr. Marli Sales, que, além de uma competente profissional, é uma pessoa fantástica e amiga. Com suas orientações, buscou me dar um norte para o desenvolvimento dessa dissertação. Professora Marli, muito obrigado!

Aos professores Dr. Fernando sobrinho e Dr. Osmar que contribuíram, de forma significativa, na etapa final desta dissertação. Muito obrigado pela força!

Em especial, ao Projeto de Assentamento Amigos da Terra, que tenho a honra de sentir um carinho especial e admirar a sua forma de organização e luta pela produção da vida na terra.

Agradeço, também, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter me concedida a bolsa de estudos, a qual foi de suma importância para a realização do Mestrado em Geografia.

E, por fim, agradeço a todos e todas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que mais uma etapa da minha formação acadêmica, profissional e pessoal fosse alcançada.

“Renda-se como eu me rendi. Mergulhe no que você não conhece como eu mergulhei. Pergunte, sem querer, a resposta, como estou perguntando. Não se preocupe em ‘entender’. Viver ultrapassa todo o entendimento”.
(Clarice Lispector).

“[...], já é hora de entendermos que são os trabalhadores - os maiores interessados na transformação da sociedade - que devem falar. A nós geógrafos cabem uma tarefa talvez pequena na luta teórica: estudar, entender compreender a terra, [...]” (Ariovaldo Umbelino de Oliveira).

RESUMO

A presente dissertação apresenta um estudo sobre o processo de formação e territorialização do Projeto de Assentamento Amigos da Terra (PAAT), na Região do Bico do Papagaio, no Estado do Tocantins, no contexto nacional da reforma agrária, desenvolvida a partir dos anos de 1960. A pesquisa teve como objetivo geral investigar os principais problemas que, ao longo dos anos, têm impedido o desenvolvimento social e sustentável no território em questão e; analisar a viabilidade da inserção da atividade apícola como opção de geração de renda e a manutenção dos agricultores familiares no Projeto de Assentamento Amigos da Terra. Nesse sentido, tanto o território quanto as territorialidades criadas, a partir do processo de reforma agrária local, formam o objeto de estudo desta pesquisa. Com isso, no contexto estudado, da luta pela formação do território, foram encontrados os principais fatores que, de forma circunstanciada, não permitiram que o território do PAAT se tornasse soberano, independente e, de qualquer sorte, exógena para sua existência. A discussão, ao longo do trabalho, vai, também, apontar para uma série de fatores que têm contaminado o processo de reforma agrária nacional e que, diretamente, contribuíram para que a estrutura da terra permanecesse inalterada, limitando, dessa forma, o desenvolvimento social na terra. Em função disso, as famílias que vivem sob o julgo desse processo perverso têm buscado encontrar solução para transformar esses espaços hostis, em um lugar passível para a sobrevivência dos trabalhadores assentados. No PAAT, assim como em muitos assentamentos de reforma agrária no Brasil, os trabalhadores têm apostado nas áreas de produção local (APL), baseada no trabalho familiar. Para amenizar os problemas de manutenção na terra assentada, parte das famílias do PAAT, passou a diversificar sua produção local, inserindo a atividade apícola de forma sustentável na agricultura familiar. Essa forma de trabalho tem sido parte da luta, na terra, das famílias locais e tem conseguido impactos positivos na geração de trabalho e renda no assentamento. Como aponta o estudo, essa forma de trabalho não isenta essas famílias dos problemas deixados pelo lento processo de reforma agrária brasileira, mas dá possibilidades para que as famílias possam permanecer e continuar sua luta na terra. A reforma agrária no país nunca conseguiu organizar a estrutura fundiária e, muito menos, superar os conflitos pela posse da terra. A pesquisa traz uma perspectiva bastante acentuada da problemática. E, quando se trata da qualidade e das condições de trabalho, na terra dos assentamentos agrários no Brasil, é possível traçar uma ideia da luta dos movimentos sociais pela conquista da terra. Muitas das vezes, esses problemas se tornam ainda maiores, após a conquista da terra. A ausência das políticas públicas é uma realidade dos assentamentos rurais no Brasil, principalmente, na Amazônia Legal, onde há uma grande dificuldade dos sujeitos do campo permanecerem na atividade agrícola familiar e, evidentemente, a falta dessas políticas públicas destinadas a esse setor é um dos maiores gargalos da manutenção das famílias nos lotes de reforma agrária, no Brasil.

Palavras-chaves: Reforma Agrária; Assentamento Rural; Território; Territorialidade; Sustentabilidade e Apicultura.

ABSTRACT

This work presents study on the formation process of territorialization and Settlement Project Friends of the Earth - PAAT, in the Parrot's Beak Region in the state of Tocantins. In the national context of agrarian reform developed from the 1960s, research has is to investigate the main issues over the years, has prevented the social and sustainable development in the territory in question, within the same goal, sought to further in this study, analyze the feasibility of insertion of beekeeping as an option for income generation and the maintenance of family farmers in Settlement Project Friends of the Earth. Thus, both the territory as the territoriality created from the local agrarian reform process, form the object of this research. Thus, in the studied context of the struggle for the formation of the territory the main factors in detail, did not allow the territory of PAAT became sovereign, independent of any exogenous luck to their existence were found. The discussion throughout the paper will also point to a number of factors that have contaminated the process of national agrarian reform and that directly contributes to the structure of the earth remains unchanged, thereby limiting the social development on earth. As a result, families living under the yoke of this perverse process, has sought to find solutions to turn these hostile spaces, on a subject to the survival of the settlers workers place. In PAAT, as in many agrarian reform settlements in Brazil, workers have waged in the areas of local production - APL, based on Family work. To ease maintenance problems in seated land, the families of the PAAT, began to diversify its local production by inserting the beekeeping sustainably on family farms. This way of working has been part of the fighting on the ground of local families and has achieved positive results in the generation of employment and income in the settlement. As the study points out, this type of work does not relieve the families of the problems left by the slow process of Brazilian agrarian reform, but gives opportunities for families to remain and continue their struggle on earth. Agrarian Reform in the country, never managed to organize the foundational structure and much less overcome conflicts over land ownership. The research brings a very sharp perspective problems. And when it comes to quality and working conditions in the land of agrarian settlements in Brazil, it is possible to trace an idea of the struggle of social movements for land. Often, these problems become even greater after the conquest of the land. The absence of public policies is a reality of rural settlements in Brazil, mainly in the Amazon, where there is great difficulty of the subject field remain in family farming, and of course, the lack of these public policies aimed at this sector is a major bottlenecks keep families in lots of agrarian reform in Brazil.

Keywords: Agrarian Reform; Rural Settlement; Territory; Territoriality; Sustainability and Beekeeping.

LISTAS DE MAPAS, GRÁFICOS E FIGURAS

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Geografia das famílias assentadas no Brasil de 1995-2011.....	55
Mapa 2 - Os estados que compõe a Amazônia Legal no Brasil.....	69
Mapa 3 - Localização do PAAT.....	75
Mapa 4 - Tipo de vegetação e localização dos recursos hídricos do Projeto de Assentamento Amigos da Terra.....	97
Mapa 5 - Mapa da distribuição da vegetação do Cerrado, da Caatinga e do Pantanal no Brasil em 2002.....	116
Mapa 6 - Mapa Fitos sociológico do Cerrado local e RBP.....	121
Mapa 7 - Taxa de crescimento da produção de mel por período no Brasil, de (1974 a 2010).....	130
Mapa 8 - Média da taxa de crescimento da produção de mel nacional entre os anos de 1974 a 2010.....	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de assentamentos rurais criados entre 1985 e 2001.....	55
Gráfico 2 – Número de famílias assentadas entre 1985 e 2001.....	56
Gráfico 3 – Percentual de Assentamentos Rurais por Estados Criados na Região Amazônica - 1979-2010.....	60
Gráfico 4 – Origens dos moradores do PAAT.....	93
Gráfico 5 – Os Motivos que levaram a ocupação do PAAT.....	95
Gráfico 6 – Nível escolar da comunidade do PAAT.....	105
Gráfico 7 – Atividades realizadas na agricultura familiar no PAAT.....	111
Gráfico 8 – Alternativas de trabalho dos assentados do PAAT.....	113
Gráfico 9 – Números de colmeias por apicultor no PAAT de 2006/2012.....	134
Gráfico 10 – Média de produção de mel no PAAT de 2007/2012.....	136

Gráfico 11 – Mercado para comercialização do mel produzido no PAAT.....	139
Gráfico 12 – Renda mensal da família no PAAT.....	140

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Monocultura da soja.....	88
Figura 2 – Monocultura do eucalipto às margens do PAAT.....	89
Figura 3 – Início da formação da agrovila do PAAT.....	102
Figura 4 – Agrovila do PAAT já estabelecida.....	103
Figuras 5 – Agrovila em meio ao Cerrado destruído pelo fogo.....	122
Figura 6 – Metodologia usada para elaboração dos mapas de taxa de crescimento e aceleração.....	129
Figura 7 – Etapas da atividade apícola.....	138

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – QUESTÃO DA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	23
1.1 A questão agrária no Brasil a partir de 1950.....	27
1.2 A Reforma Agrária no Brasil e suas vertentes	35
1.3 Os Assentamentos Rurais no Brasil.....	52
1.4 A luta pela posse da terra na Região Amazônica	58
1.5 A dinâmica da formação territorial e distribuição dos Assentamentos Rurais na Região Norte brasileira.....	59
CAPÍTULO II - OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO TERRITORIAL DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AMIGOS DA TERRA	75
2.1 Território e Identidade	76
2.2 Projetos de Assentamento Amigos da Terra: territorialidades e contradições.....	80
2.3 A luta pela organização do território	91
2.4 A forma de organização social na comunidade.....	101
2.5 A preservação do Cerrado como forma de consciência ambiental e sobrevivência	115
CAPÍTULO III - A APICULTURA COMO FATOR ALTERNATIVO DE REPRODUÇÃO	126
3.1 Métodos para identificar a evolução temporal da produção de mel no Brasil a partir do uso da geoinformação.....	127
3.2 O papel da atividade apícola sobre o território do PA Amigos da Terra.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	151

LISTA DE SIGLAS

ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia.
ATE's - empresas de assistência técnica social e ambiental.
ATRVC - Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Corda.
APL – Área de produção Local.
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente.
CPT - Comissão Pastoral da Terra.
DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra.
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FETAET - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Tocantins.
FHC – Fernando Henrique Cardoso.
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra.
MMA – Ministério do meio Ambiente.
MRAM - Modelo de Reforma Agrária de Mercado.
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
PA's – Projeto de Assentamentos.
PAAT – Projeto de Assentamento Amigos da Terra.
PAD - Projetos de Assentamento Dirigido.
PIC - Projetos Integrados de Colonização.
PRNA - Nacional de Reforma Agrária.
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento na Agricultura Familiar.
PT – Partido dos Trabalhadores.
RBP – Região do Bico do Papagaio.
SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente.
SIG - Sistema de Informação Geográfica.
STRW - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Wanderlândia.
SUDAM - Superintendência de desenvolvimento da Amazônia.

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UDR - União Democrática Ruralista.

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro, a partir dos anos 50 do século XIX, se caracterizaram por profundas mudanças na estrutura das relações agrárias. Nesse panorama, considera-se que – tanto as sesmarias que perdurou do século XV ao século XVIII, as leis de terra de 1850, a expansão do modo de produção e apropriação capitalista no campo a partir de 1940 e a modernização da agricultura brasileira no meado do século XX – foram responsáveis pela exclusão de uma parcela significativa dos trabalhadores rurais, tirando-lhes o direito de uma vida digna no campo e transformando-os numa grande massa de despossuídos e excluídos da terra.

A questão agrária brasileira remete a um problema socioespacial, onde a classe campesina deixa suas raízes e começa uma peregrinação na luta pela terra, reivindicando a reforma agrária, no país. São encontrados nos artigos da revista brasiliense¹, publicados entre 1955 e 1964, apontamentos daquilo que a questão agrária viria a ser. Num deles, Caio Prado Junior (1979, p. 18) a define como sendo “[...] em primeiro e principal lugar, a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do país, cujo traço consiste na acentuada concentração fundiária.”

A reforma agrária tem sido apontada como estratégia na busca de solução para tais problemas. Para alguns pesquisadores, como Ricardo Abramovay (2000), Sônia Maria P. P. Bergamasco (1999), Carlos Alberto Feliciano (2006), Bernardo Mansano Fernandes (2000), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001 e 2009), Cristiane Barbosa Ramalho (2002) e João Pedro Stédile (2005), a reforma agrária é de fundamental importância para solucionar as desigualdades e a pobreza, principalmente, no campo.

Martins (1997) afirma que:

[...] uma reforma agrária ampla e consequente, de verdade, promoveria um grande salto histórico na vida do país: diminuiria a miséria urbana, criaria uma válvula de segurança para as mudanças econômicas e tecnológicas aceleradas pelas quais estamos passando, ampliaria o mercado e teria um efeito multiplicador de benefícios salutar no conjunto da sociedade, além de viabilizar o processo de modernização social e política. Só elites obtusas não podem ver isso (MARTINS, 1997, p. 48).

¹A Revista Brasiliense foi uma revista brasileira, de tendência marxista ortodoxa, fundada por Caio Prado Júnior, em 1955, com o propósito declarado de ser um espaço, no qual “se congregassem escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater” (HALLEWELL, 2005, p. 486) os problemas econômicos, sociais e políticos do país, como afirmava em seu manifesto de fundação.

Nessa perspectiva, a reforma agrária reflete de forma positiva do ponto de vista social, objetivando o acesso à terra e melhores condições de vida para as milhões de famílias carentes, espalhadas por todo país. Todavia, a reforma agrária se constitui como um passo estratégico e de grande importância para que o país possa se desenvolver como um todo, o que seria socialmente justo e politicamente correto.

Como mostra Fernandes (2008, p. 83), “A reforma agrária é compreendida pelas mudanças na estrutura fundiária de um país. No caso do Brasil, essa mudança está ocorrendo, mas a desconcentração fundiária não. O Brasil amplia o território agrícola e a concentração de terras”. Apesar das ações, que visavam à reforma agrária, implantadas no Brasil, estas não foram suficientes para diminuir os problemas agrários nacionais.

O modelo de reforma agrária do Estado, adotado no Brasil, com a criação dos assentamentos, remete a uma nova luta, que é a construção da autonomia e sustentabilidade dos assentados, enquanto agricultores familiares. Nessa frente de luta, a apicultura tem sido apontada como uma alternativa importante na diversificação da agricultura familiar, capaz de promover a sustentabilidade social e ambiental, como é o caso dos assentamentos rurais de Apodi (RN), citado por Martins (2005), e do assentamento rural de Entre Rios, no município de Palmas (TO), acompanhado pela prestadora de assistência técnica do Estado, RURALTINS.

Na Amazônia, os problemas agrários se intensificaram nos anos 1970, a partir da expansão do capital que implicou, entre outras coisas, na fragilização da economia extrativista da região. Os incentivos fiscais do Governo Federal ao capital privado favoreceram a introdução da pecuária extensiva e a acumulação de terras pelos grandes latifundiários, transformando a estrutura fundiária e os usos da terra.

Inserido nesse contexto, está o Estado do Tocantins, onde a luta pela posse de terra é, cada vez mais, intensa, principalmente, com a expansão da monocultura da soja e a nova fronteira da silvicultura do eucalipto que, de maneira muito rápida, vem modificando a estrutura produtiva local e provocando o desmatamento no Cerrado. Uma das regiões que mais se destacou por apresentarem focos de conflitos pela posse da terra, no fim do século XX, é a Região do Bico do Papagaio.

Os deslocamentos de populações foram uma das consequências de políticas que incentivaram a implantação na Amazônia de atividades intensas na ocupação de espaços, como a pecuária, monocultura de soja e silvicultura, provocando forte concentração de terras e desmatamentos (SWERTS, 2009 p. 19).

A Região do Bico do Papagaio, nas décadas de 60 e 70 do século XX, foi frente de entrada para toda a Amazônia legal, marcada por intensos conflitos armados, envolvendo fazendeiros, grileiros e posseiros durante todo período do regime militar, entre 1964 a 1985, até os dias atuais. O resultado desses conflitos deu origem a diversos assentamentos de reforma agrária. De acordo Clementino & Monte-Mor (2004), no início dos anos 1980, como forma de afrouxar as tensões da luta pela terra, o governo federal iniciou um processo de regularização fundiária e assentamento de famílias de posseiros na região.

Dentre os territórios que passaram pelos processos de lutas - em função da posse da terra, no contexto da reforma agrária na região do Bico do Papagaio -, está o Projeto de Assentamento Amigos da Terra (PAAT). Esse assentamento foi originado por meio de um movimento político passivo. Porém, a partir daí, a luta pela terra nos assentados, para além de uma luta política, passou a ser também uma luta social, econômica e cultural, baseada na busca incessante pela sustentabilidade e a permanência na terra.

Após ter conquistado o acesso à terra, o PAAT passou a vivenciar diversos problemas quanto ao seu desenvolvimento, tanto no contexto social como no da sustentabilidade. A ausência das políticas públicas, para atender a comunidade, tem trazido dificuldades na organização do modo de vida da sociedade local e; a falta de recurso para investimentos em insumos e implementos para executar as atividades na agricultura está tornando a vivência dessa comunidade ainda mais delicada. Para Fernandes (2000, p. 65), “[...] a luta pela terra não termina com a conquista da terra”. Assim, a comunidade do PAAT teve que buscar meios alternativos para garantir a sua sobrevivência.

Na prática do desenvolvimento da agricultura familiar no assentamento, boa parte das famílias buscou diversificar a produção local, inserindo a atividade apícola como meio alternativo de produção, para garantir parte da renda necessária à sobrevivência do grupo familiar. Após a implantação da atividade apícola na agricultura familiar, houve um acréscimo compensatório na renda dessas famílias. Porém, devido à falta de estrutura física e técnica, tanto de materiais como de qualificação técnica para o exercício da atividade, a mesma entrou em declínio, causando impactos negativos na renda das famílias, no PAAT.

A problemática da investigação, do presente estudo, consiste em analisar as condições estruturais e operacionais de autonomia e sustentabilidade dos assentamentos rurais, na Amazônia, através de um estudo de caso sobre a inserção da atividade apícola, no Projeto de Assentamento Amigos da Terra, no município de Darcinópolis, em Tocantins. Em relevância a essa problemática, os objetivos específicos dessa pesquisa, foram: i) investigar os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores e trabalhadoras, para a formação do Projeto de

Assentamento Amigos da Terra, desde sua gênese aos dias atuais; ii) Analisar a formação de um território de conflito, a partir da resistência dessa comunidade em relação às novas dinâmicas dos empreendimentos agrícolas no entorno do PAAT; iii) Analisar a importância do PAAT para a preservação do Cerrado/Floresta Amazônica, por meio do desenvolvimento local, através da atividade apícola; iv) Analisar as práticas do Projeto Reviver, sobre a apicultura no PAAT e; v) Identificar a potencialidade e a fragilidade do desenvolvimento da apicultura local.

A metodologia de pesquisa adotada foi o estudo de caso. Para isso, foram feitas várias viagens a campo para buscar um contato maior com o objeto estudado.

No primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que contemplou pontos específicos dentro do trabalho, sendo eles: a questão agrária no Brasil e na região amazônica; a categoria território, com foco nas territorialidades; a agricultura familiar e a atividade apícola, entre outros.

Em seguida foi feita uma pesquisa em materiais digitais de alguns órgãos públicos, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN-TO), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Os dados buscados, junto a essas instituições, forneceram aportes quantitativos e qualitativos relacionados aos assentamentos, famílias assentadas, apiários e produção de mel.

A pesquisa de campo foi bastante intensa. O primeiro momento foi realizado em 2012, no início do curso de mestrado e antes do início da dissertação. Também, foi utilizado parte dos dados colhidos no contexto do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação (TCC), onde havia números, ainda, não trabalhados; o segundo momento da pesquisa se deu no período de maio a junho de 2013. Nesse período, foram aplicados questionários e entrevistadas algumas lideranças do PAAT.

Vale a pena destacar que, os atores envolvidos diretamente para a coleta dos dados primários, para essa pesquisa, foram: as famílias que adotam a atividade de apicultura e simpatizantes; o presidente da associação do assentamento e a direção do Projeto Reviver, responsável por iniciar a atividade apícola no PAAT. A outra parte da coleta de dados envolveu os líderes dos movimentos sociais que lideraram a conquista do assentamento, dentre eles conversamos com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Wanderlândia/TO, STRW, e o diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, no Estado do Tocantins, FETAET.

O primeiro instrumento de coleta de dados foi aplicado em 2013, constituindo-se de entrevistas semiestruturadas. Na época, essa coleta de dados foi realizada em um único dia, em reunião com os assentados na residência de um membro do PAAT. As perguntas feitas durante as entrevistas foram organizadas com essa finalidade, onde parte foram respondidas coletivamente.

Nas entrevistas, foram abordadas as questões da formação do assentamento, os problemas internos e externos, e a percepção dos agricultores sobre a experiência da atividade apícola. Para que fosse obtido êxito nas respostas dadas pelos assentados, com a autorização dos mesmos, optamos por gravar toda a entrevista para a análise posterior e confrontar os dados colhidos com a hipótese levantada neste trabalho.

O segundo instrumento foi o questionário aplicado em 2013, bastante amplo, composto por quarenta e seis questões, onde parte das questões retomaram alguns dos temas do primeiro instrumento de pesquisa. Em sua estrutura, as questões abordavam: sobre a origem do Projeto de Assentamento Amigos da Terra; a forma de organização e de luta pela conquista da terra; a forma como foram divididos os lotes para cada família; procuramos conhecer através dos assentados, quem foram os principais parceiros e lideranças políticas envolvidos no processo da luta pela terra; também, buscamos conhecer e entender o sistema de funcionamento da política organizacional do assentamento.

No mesmo questionário, foi dada atenção especial para buscar conhecer a forma de trabalho familiar e, também, as atividades produtivas nos lotes e nas unidades coletivas de produção do assentamento. Assim, os questionamentos feitos foram: qual o modelo de agricultura utilizado no assentamento e como está organizada a produção?; o solo utilizado para o plantio responde bem às necessidades das cultivares trabalhadas pelos assentados?; que as famílias estão produzindo em seus lotes e, também, na unidade de produção coletiva?; qual a situação real do Cerrado local.

Questionou-se aos assentados sobre as práticas que estão sendo utilizados no PAAT, para preservar o Cerrado sem desmatar e sem o uso do fogo antrópico; como a atividade apícola pode contribuir para a preservação do Cerrado local. Perguntou-se, também, aos assentados sobre a origem da atividade apícola no PAAT; que contribuição ela trouxe ao assentamento e suas famílias; sobre o número de famílias que decidiram adotar a atividade apícola como elemento de diversificação da renda local; ainda, procurou saber se os trabalhos com essa atividade possibilitam bons resultados; também, procurou-se entender o motivo que levou a maioria das pessoas que iniciaram os trabalhos com a apicultura desistirem da atividade.

Foi questionado aos assentados, se o PAAT possui algum parceiro que contribui para o seu desenvolvimento local; que participação teve o Projeto Reviver na implantação e desenvolvimento da apicultura no PAAT, assim como, também, sua atuação no assentamento. Uma das questões as quais a resposta chamou atenção foi relacionado a renda principal dos grupos familiares do PAAT; um dos questionamentos do trabalho reside em saber sobre os problemas enfrentados pelos assentados na busca pela permanência deles no PAAT.

Outra questão que possibilitou confirmar as hipóteses sobre a problemática na produção social no PAAT foi respondida quando os assentados foram interrogados se o agronegócio, que se instalou nas proximidades do assentamento, tem contribuído para algum aspecto no desenvolvimento social, econômico e/ou ambiental do assentamento; perguntou-se aos assentados o que eles estão fazendo para lidar com a presença do agronegócio; para entender sobre a dinâmica da vida, no assentamento, foram feitos questionamentos sobre a infraestrutura do assentamento, se ela é ou não suficiente para atender à demanda de toda a comunidade e; como o INCRA tem contribuído para o desenvolvimento local do PAAT.

Para aplicação dos questionários, na segunda coleta de dados primários, foi utilizada uma amostragem de 30% dos agricultores e agricultoras que permanecem no PAAT desde sua conquista até 2013 e, também, das famílias que, nesse momento, ainda, desenvolviam a atividade apícola, o que significou um total de 29 famílias entrevistadas.

Os dados coletados foram tabulados e passaram por tratamento estatístico simples. Dessa forma, o cruzamento dos dados primários e secundários (informações colhidos durante os trabalhos de campo como os dados que encontramos disponíveis nos sites oficiais dos órgãos do Governo, mencionados nesse trabalho etc.), assim como a pesquisa bibliográfica sustentou o desenvolvimento de análises de caráter qualitativo.

Outro instrumento de coleta de dados primários foi a visita de caracterização a todas as unidades de produção que desenvolviam apicultura. Nessa visita foi analisado, clinicamente, o solo produtivo, o Cerrado local de cada lote, assim como, também, da produção do pasto apícola. Porém, o que mais chamou atenção do pesquisador foi a forma da organização do apiário pelos apicultores, diante da dificuldade enfrentada pelos assentados em desenvolver a atividade apícola, devido a falta de água na maioria dos lotes no PAAT.

Assim, constatou-se, na prática, o que quase todas as famílias tinham falado sobre suas dificuldades relacionadas com a escassez de água nos lotes do PAAT. Foi visto que dentre as dificuldades encontradas na produção da agricultura familiar, no assentamento, a água é o fator que mais tem prejudicado a vida dos assentados no PAAT.

A dissertação está organizada e estruturada em três capítulos. No primeiro, foi feito um aprofundamento do contexto teórico sobre a questão da terra e a reforma agrária, no Brasil. No capítulo 1, com cinco subtítulos, buscou-se apresentar uma síntese do contexto histórico da problemática em questão, no território nacional, a partir da luta pela terra e da distribuição das terras para a formação dos assentamentos rurais no Brasil, dando uma atenção especial para a dinâmica espacial na região norte do país.

No capítulo 2, nos apropriamos da categoria território para analisarmos a manifestação das territorialidades criadas no espaço e no tempo, a partir da organização do território e a identidade dessas formações. Nesse capítulo, procuramos bases teóricas para sustentar a categoria território, que serviu de base para sustentar a discussão empírica e teórica desta produção.

O capítulo 3 apresenta a pesquisa com ênfase na apresentação e análise dos dados empíricos, obtidos por meio dos trabalhos de campo. Nesse capítulo, enfatiza-se o processo de luta, conquista e formação do território do Projeto de Assentamento Amigos da Terra. É, também, onde apresentamos o resultado obtido da pesquisa.

Ainda, no capítulo três foi priorizada a organização de um conjunto de elementos básicos que ajudou a mostrar as possibilidades de inserção de atividades sustentáveis que, possivelmente, poderão fixar o sujeito do campo no campo, evitando, assim, o êxodo rural. Procurou-se relatar, nesse capítulo, os benefícios concedidos ao Projeto de Assentamento amigos da Terra através da inserção da atividade apícola na agricultura familiar local, como uma atividade sustentável.

Nessa perspectiva, a pesquisa pode gerar elementos que possibilitarão a compreensão dos fatores e processos que contribuem para o insucesso de iniciativas dessa natureza. Nesse sentido, os resultados dessa investigação podem subsidiar a elaboração de outros projetos de apicultura destinados à agricultura familiar, tanto para o Projeto de Assentamento Amigos da Terra, como para outros projetos de assentamentos e/ou comunidades de povos tradicionais em diversas partes do País, favorecendo a sua reprodução enquanto agricultores.

CAPÍTULO I – QUESTÃO DA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A compreensão da questão da terra no Brasil remonta a processos do desenvolvimento capitalista do espaço europeu. Todo o processo controverso do problema da terra brasileira, data a partir do início da sua colonização, quando, nesse período, a coroa portuguesa aplicou o mesmo sistema feudal ineficiente, da metrópole, nas terras coloniais brasileiras. Com o interesse na produção do açúcar, os europeus deram terras e condições para instalação de engenhos aos indivíduos que dispusessem de condições para desenvolver a lavoura de cana. “Embora tenha havido um intento em promover a utilização social da terra por meio das sesmarias, seu fracasso acabou resultando na criação de latifúndios, na maioria, improdutivos. Característica esta que permanece até os dias atuais” (SILVA, 2013, p.142).

Outro ponto importante para se entender a questão da terra, a partir da influência europeia no Brasil, segundo Zeferino (2010, p. 05), “[...] parte da exploração dos recursos naturais pela metrópole, para abastecer o mercado europeu” e, logo, contribuir de forma complementar para a sua formação capitalista. Vale destacar que o problema inicial da terra, no Brasil, sofreu um processo inverso em relação ao da Europa. Nesta, o capitalismo favoreceu a distribuição de terras entre os camponeses, enquanto que, no Brasil, o capitalismo propiciou a concentração da propriedade da terra e a exploração do camponês.

No modelo primitivo de produção europeu, até o século XIV, a terra possibilitava a sobrevivência de uma grande massa trabalhadora no campo, sendo um bem comum à produção camponesa. De acordo com Zeferino (2010), na Inglaterra, uma parte dos camponeses vendia seu tempo livre para os grandes proprietários, porém outra parte era independente, onde eles produziam seus próprios salários e, além disso, tinham independência econômica.

A partir dos ‘cercamentos dos campos’, regidos pelos modos de produção e apropriação capitalistas, “conhecido, também, como nova era”, praticamente, toda classe trabalhadora foi expulsa para a cidade. Ainda, de acordo a autora, no final do século XV e início do século XVI, com a expulsão dos povos do campo - que foram lançados como trabalhadores livres no mercado - e a decomposição dos séquitos feudais, lançam-se as bases para a formação do modo de produção capitalista (ZEFERINO, 2010).

Conforme Silva (2013, p. 2),

Em outras palavras, o processo de concentração da terra e de expropriação dos camponeses que deu origem ao contingente dos sem terra (visados nas “leis dos

pobres”) ultrapassou os limites da transformação das terras comunais em propriedade privada. Mas inegavelmente os cercamentos permaneceram como o símbolo da nova era, na qual o aumento da produtividade no campo veio associado à deterioração das condições de vida de uma parcela substantivada da produção rural, fato que até seus mais ardorosos defensores reconheceram. A perda do acesso direto aos meios de produção pela destruição das formas comunitárias de uso da terra, sujeitou aos imperativos do mercado toda a população rural, mesmo os pequenos produtores não expropriados.

Dentro do contexto que tem marcado o êxodo rural de milhões de camponeses, a partir do fim do modo de produção feudalista, segundo Marx (1984, p. 264),

Foi o grande senhor feudal quem criou um proletariado incomparavelmente maior que mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária, sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal que ele, e usurpação de sua terra comunal, o impulso imediato para isso foi dado, na Inglaterra, nomeadamente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e a consequência alta de preço da lã.

Pode-se considerar que, no Brasil, a questão agrária se inicia em meados do século XIX. De acordo com Martins (1997, p. 12),

[...] surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário da terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra.

Para Silva e Homma (2007, p.2), “[...] a questão agrária no Brasil remonta a sua história de ocupação, ainda como colônia, com o instituto das ‘Sesmarias’ em que as bases e a estrutura de poder oriunda do campo impuseram um modelo concentrador de terra que persiste até os nossos dias”.

Em 1530, com a criação das Capitânicas Hereditárias e do sistema de sesmarias – que determinavam que grandes glebas de terras, fossem distribuídas pela coroa portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las, dando, em troca do uso da terra, um sexto da sua produção. O processo histórico das Capitânicas hereditárias perdurou até 1821, quando foram extintas e substituídas pelo sistema de província em 1822 (SILVA, 1996).

Dessa forma, dava-se o afloramento do latifúndio. Com o processo de Independência do Brasil em 1822, esse quadro se perpetuou (WANDERLEY, 1997), gerando ai um grande contexto de violência no campo. As transformações políticas econômicas a partir do início do século XIX levaram à criação da Lei de terra em 1850.

A Lei de terras de 1850 agregou diversos problemas na questão da terra, um desses problemas refere-se à dificuldade de acesso à terra pelos ex-escravos, imigrantes e trabalhadores assalariados. A lei assegurava para que as terras livres não fossem ocupadas por produtores independentes. Dessa forma, era a Coroa que mantinha o total poder sobre as terras. O acesso à propriedade fundiária se dava, apenas, mediante o sistema de aquisição e de doação, através da Coroa Portuguesa (BUAINAIN e PIRES, 2003).

Para impedir qualquer chance de um trabalhador, sem recursos financeiros, ter acesso à terra, foi fixado o preço mínimo aos lotes, determinando, também, que a terra seria vendida em forma de leilão e o pagamento deveria ser em moeda corrente e à vista. Dessa forma, “[...] a Lei de Terras significou o casamento do capital com a propriedade da terra. Com isso a terra foi transformada em uma mercadoria à qual somente os ricos poderiam ter acesso” (MORISSAWA, 2001, p. 71). As medidas adotadas mediante a Lei de Terras supervalorizaram-nas e tornou, na prática, totalmente, impossível o acesso a ela por produtores independentes.

Dessa forma, o acesso à terra era permitido aos senhores “dono do dinheiro”, e isso ocasionou uma enorme transformação na forma de trabalho, no domínio e, também, na sua estrutura. Por toda via, a mão de obra na terra, também, foi substituída, segundo Buainain & Pires (2003), com os adventos abolicionistas do tráfico de escravos, em 1851 e, também, da escravidão, em 1888. Sendo assim, boa parte das províncias teve que criar programas de imigração de povos da Ásia e da Europa, para o Brasil, e substituir a mão de obra escrava pela assalariada.

A produção da monocultura brasileira e a exploração dos recursos naturais baseavam-se em mão de obra, totalmente, rural até por volta da metade do século XX. Porém, com a entrada do país, de forma definitiva, no sistema capitalista de produção, baseado na indústria, houve uma mudança brusca nos meios sociais de produção, principalmente, no campo. Essas mudanças foram financiadas pela modernização conservadora, passando a introduzir no campo a mecanização e, conseqüentemente, houve uma redução da força de trabalho, o que provocou um intenso êxodo rural (FERREIRA & GOMES, 2013).

Segundo o IBGE, 70% das pessoas que viviam no campo, até 1930, passaram a povoar as cidades, até os anos de 1980.

Com a separação do produtor rural de seus meios de produção e subsistência, com a criação da Lei de Terra que impediu que os ex-escravos e imigrantes pobres tivessem acesso a terra, a pauperização e os conflitos no campo cresceram, sendo em sua maioria combatidos com violência (do Estado ou de milícias do latifúndio). No entanto, essa realidade permite também a organização desses explorados contra a

violência e o pauperismo e como meio de encontrar saídas para garantir a própria sobrevivência (ZEFERINO, 2010, p. 09 e 10).

Diante dessas circunstâncias, surgem, no Brasil, em fins do século XIX a meados do século XX, movimentos sociais de luta pela terra e por melhores condições de vida. Os movimentos eram formados pela população de miseráveis que moravam no campo, trabalhadores Rurais e ex-escravos, sendo que os movimentos mais importantes na luta pela terra, no Brasil, foram as Ligas Camponesas.

Em 1955, foi fundada as Ligas Camponesas para lutar pela reforma agrária e, nesse contexto, a questão agrária voltada para um viés ainda mais fundiário ganha força, começando pela região nordestina e depois se espalhando pelo Brasil. Oliveira (2001 p. 190) afirma que nos anos 50 e 60 do século XX, as ligas camponesas “sacudiram” os campos nordestinos e ganharam projeção nacional, mas muitas de suas lideranças foram assassinadas. Nesse ínterim, grupos sociais se organizavam em frentes de lutas pela posse da terra, questionando sobre a falta de políticas de reforma agrária e contra a concentração da terra.

A grande concentração de terras contribuiu, ao longo dos séculos, para o êxodo rural e, conseqüentemente, para o aumento significativo de uma massa camponesa sem terra vivendo precariamente e, muitas vezes, em condições sub-humanas nas cidades. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, apenas 18,8% da população viviam no campo. Existiu, na época um êxodo rural de 4,2 milhões de pessoas, no interstício de 1991 a 2000 e, ainda, uma extinção de 1,5 milhões de postos de trabalho, no campo, no período de 1996 a 2006 (IBGE, 2006; PATARRA, 2003).

Para enfrentar essa questão, a partir de 1988, a saída tem sido a regularização de terras públicas. Gerardi (2008, p.20), acrescenta que “nos sucessivos governos deste período, as ações de Reforma Agrária no Brasil, têm sido baseadas principalmente nas políticas de criação de assentamentos rurais e de concessão de crédito aos camponeses”. Porém, a geografia dos problemas agrários no Brasil, apenas regionalizou, mantendo uma reforma agrária conservadora, não promovendo a política de assentamentos nas regiões de ocupação consolidada no centro-sul e também no Nordeste, direcionando-as para o norte do país (GERARDI, 2008).

Assim, o número limitado de assentamentos rurais criados pelo governo federal e a grande demanda populacional por terras continuam por manter um elevado índice de desigualdades sociais no país, impossibilitando, assim, os desdobramentos da questão agrária em todo território nacional. Esses números relatam o descaso do governo com a classe

trabalhadora rural, no Brasil. Isso, deixa a matriz produtiva do agronegócio promover as injustiças sociais, principalmente, no campo com a substituição da mão de obra braçal pelas máquinas, deixando assim milhões de desempregados todos os anos.

O agronegócio é, sem sombra de dúvidas, a modernização dos estabelecimentos agropecuários patronal. De maneira contraditória, o agronegócio é exibido através de uma perspectiva capitalista, como um modelo de atividades de sucesso (CANUTO, 2004). O autor mostra que

O agronegócio se propõe buscar e garantir a hegemonia ideológica deslocando a atenção do caráter concentrador e predatório do latifúndio para colocar no seu lugar a intensa produtividade da “moderna agricultura”. Porém, ao contrário do que se apregoa, o agronegócio promove maior concentração de terra e de renda, gera desemprego, emprega mão-de-obra escrava, alimenta a grilagem de terras, é responsável pelo aumento desenfreado do desmatamento da Amazônia e do Cerrado, traz efeitos perversos sobre a saúde humana e deixa atrás de si um rastro de conflitos e violência. No horizonte se desenha um cenário de crise, que se concretizada, a conta será paga por toda a sociedade brasileira (CANUTO, 2004, p.1).

Assim, é possível concordar com Fernandes (2004), o qual define o agronegócio como o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista brasileira. Esse mecanismo tem, em sua lógica, o domínio e o controle sobre os sistemas produtivos e dos conhecimentos técnicos científicos ao comércio. Tal sistema integrado de produção visa a sua sobreposição esmagadora sobre a agricultura familiar de subsistência e/ou tradicional.

Enquanto o agronegócio traz consigo um conjunto de elementos que, ideologicamente, contribui de forma direta e indiretamente para a degradação ambiental e a desestabilidade do trabalho social e familiar na terra, a agricultura familiar de subsistência, por sua vez, ao contrário do agronegócio, produz mecanismos capazes de sustentar o homem na terra e preservar os recursos naturais, valorizando a cultura, os costumes e a força de trabalho braçal e familiar. A agricultura familiar gera mais ocupações do que a agricultura patronal, pois utiliza, de forma mais eficiente, os recursos escassos na terra, trabalho e capital, e irradia mais desenvolvimento local (GUANZIROLI, 2001, p. 6).

Por outro lado, devido ao baixo investimento em políticas públicas para a implementação da agricultura familiar nos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil, a fixação do homem no campo e a produção de alimentos para abastecer o mercado interno têm sido comprometidas e, assim, os propósitos preconizados pela política agrária brasileira têm deixado de serem efetivados. Com o descaso do Governo para com a agricultura de subsistência, o setor do agronegócio tem se aproveitado da situação frágil que se encontra o sistema de trabalho familiar, principalmente, nos assentamentos de reforma agrária, para obter

suas vantagens, como, por exemplo, na busca pela exploração da mão-de-obra barata que prospera nesses locais.

Pode se afirmar que a exploração é o âmago do agronegócio. Segundo afirma Fernandes (2013, p.44), sendo o Estado ausente, os agentes do capital - fazendeiros e empresários - e, portanto, do território do agronegócio, estabelecem, nessa região, as suas próprias leis. Esses agentes, por sua vez, têm sido responsáveis por disseminar a questão da terra em grande parte do território nacional, o que tem garantido os conflitos pela sua posse, gerando, dessa forma, a questão agrária em detrimento da ausência da reforma agrária nacional.

1.1 A questão agrária no Brasil a partir de 1950

No país, a discussão sobre o tema ganha visibilidade em fins dos anos 1950, tornando ponto de debate político e acadêmica, polemizando sobre os rumos da industrialização nacional. A partir de 1960, a sociedade brasileira sofreu mudanças, marcadas por políticas de cunho econômico recessivo de combate à inflação, instabilidade política dos governos populistas e, ainda, o regime militar (DE MERA, 2013). Tais problemas, dentre outros, são partes integrantes da história da questão agrária no país, que se arrastam desde 1500, quando os portugueses já dominavam boa parte dessas terras.

Ao considerar a evolução da questão agrária no Brasil, Kageyama (1993, p. 5) elenca três momentos, mostrando que esse problema vai além da distribuição da propriedade da terra, sendo, dessa forma, uma questão populacional, na qual estão enraizados os problemas da pobreza e do êxodo rural: o primeiro, em 1850, “quando a promulgação da ‘Lei de Terras’, regulando o acesso privado à terra, impediu, na prática, a população trabalhadora de ter acesso à terra”; o segundo, no período de 1920 a 1930, “quando as propostas ‘tenentistas’ questionaram o tipo de propriedade, o ‘latifúndio improdutivo’, como a base do poder oligárquico”; o terceiro, já no final da década de 50 e início de 1960, “quando o campesinato surge como ator político (ligas camponesas) tendo como bandeira de luta a reforma agrária e o fim do latifúndio, especialmente, nas áreas mais atrasadas do país.”

Segundo a autora:

Este último movimento, acoplado a outras reivindicações urbanas por reformas estruturais e reorientação do curso do desenvolvimento econômico, desembocou, como é sabido, no golpe militar de 1964, a partir do qual a questão agrária passaria a ganhar outros contornos, dentro dos limites da modernização tecnológica e da política agrícola (KAGEYAMA, 1993 p.05).

Sobre esse ponto, de 1960 a 1970, o espaço agrário nacional, conduzido por uma elite conservadora, passa a ser alvo de uma intensa modernização tecnológica, conhecida como “Revolução Verde”. Esse programa, como explica Brum (1988, p. 44):

Tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção agrícola no mundo através de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes as doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes.

Segundo Alentejano (2011, p. 4), a Revolução Verde consistiu no processo de modernização da agricultura, onde se baseia na mecanização tecnificada, aumento da produção através do uso de produtos químicos e do melhoramento genético. A Revolução Verde originou-se nos Estados Unidos da América e espalhou pelo Terceiro Mundo, no início dos anos de 1950, com o pretexto de combater a fome e a miséria, porém, visava, na realidade, combater o perigo da revolução vermelha/comunista que chegou à China, no fim da década de 1940, que ameaçava se espalhar pelo resto do Terceiro Mundo.

Esse mecanismo, induzido pelos padrões de produção, afetou os ecossistemas brasileiros, como, por exemplo, a devastação do Cerrado e a degradação do solo pela prática extensiva da agricultura moderna. Além disso, as cultivares naturais tiveram sua genética empobrecida juntamente com a dos animais, dada a potencialidade dos produtos químicos usados na agricultura e nos animais. Ainda, houve muitos relatos sobre casos de contaminação por alimentos, por consumidores. A Revolução Verde, através do seu discurso ideológico de modernização agrícola, favoreceu apenas o interesse do grande produtor agrícola, detentor de capital, em detrimento do pequeno produtor (MACHADO, 2010, p.9).

Como afirma Mattos (2006, p. 98),

Economicamente, a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção, ou seja, como produzir, de que forma produzir. Tal equação econômica aponta para indicadores como a maneira que se organiza o trabalho e a produção, o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc.

Todos esses acontecimentos contribuíram para modificar a estrutura da terra, ampliar as desigualdades sociais e agravar, ainda mais, a questão agrária pelo país. Dessa forma, Bergamasco e Norder (2003, p. 30) relatam que:

[...] diversas análises sobre a modernização tecnológica da agricultura brasileira demonstram que sua expansão não conduzia necessariamente à erradicação da fome.

A exclusão social deste modelo de desenvolvimento é hoje bastante conhecida, e o mapa da fome realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA [...] a partir de estimativas do IBGE indicaram na primeira metade dos anos 90, a existência de risco alimentar entre aproximadamente 32 milhões de brasileiros, sendo que cerca da metade deste total estaria vivendo na zona rural.

Na verdade, a modernização tecnológica da agricultura, apenas incumbiu de apenas favorecer as grandes empresas, mais necessariamente do ramo agrícola, que providas de altos recursos financeiros, passaram a operar de forma intensa na mecanização do campo. Por outro lado, houve uma dispensa da mão de obra daqueles trabalhadores que viviam no e do campo e, conseqüentemente, provocou uma migração, em massa, para a cidade. Pobres e desempregados, os trabalhadores passaram a sofrer, ainda mais, com o problema da fome.

Na análise de Hespanhol (2000, p. 24), sobre o processo de expansão da agricultura moderna para o centro do país observou que,

[...] o processo de alteração da base técnica e econômica da agricultura nos moldes em que se deu, levou ao afloramento, na região, de problemas relacionados a questão do acesso à terra, da exclusão de pequenos produtores, da baixa qualificação de mão-de-obra, da elevada concentração de renda, enfim, de todos os problemas gerados pelo modelo de crescimento agrícola (modernização conservadora) implementado no país a partir da década de 1960. [...]. A chamada agricultura convencional, altamente dependente dos insumos externos e da utilização de máquinas e implementos pesados, compromete a qualidade do solo, sendo muito comum na região a ocorrência dos processos de erosão e de compactação, o que a médio prazo, poderá, não somente, inviabilizar a atividade agrícola, como degradar amplamente os recursos naturais.

A relação de causa e efeito foi, rapidamente, aflorando no contexto social rural e urbano, além da preocupação com a degradação ambiental nas décadas de 1960 e 1970. Já, ocorria na época, também, uma forte migração do campo para a cidade, ocasionado pela modernização tecnológica da agricultura. Como afirma Miralha (2006), de certa forma, a produção agrícola e pecuária ampliou, devido a transformação da base técnica e aplicação de insumos modernos, influenciando, dessa forma, um aumento na exportação.

Por outro lado, Miralha (2006) mostra que os impactos positivos ficaram voltados apenas para a esfera econômica, enquanto para o contexto sócio espacial, cultural e ambiental os resultados foram negativos. A autora afirma, também, que a modernização conservadora do campo ampliou a concentração fundiária e as desigualdades sociais, alargou as diferenças regionais, provocou danos ambientais, acarretou sérios problemas na saúde humana, alterou hábitos alimentares de maior parte da sociedade e promoveu o êxodo rural.

O que pode ser observado, dentro desse contexto, é que dada tamanha expansão tecnológica no campo, entre as décadas de 1950 a 1980, enquanto os estabelecimentos

agropecuários se expandiram, a população rural passou a exercer o papel inverso do processo, deixando seu local de trabalho e de subsistência na pequena propriedade e migrando para os centros urbanos em busca de uma nova forma de vida. De acordo Miralha (2006), na década de 1970, a população urbana já atingia sua maioria, chegando, rapidamente, na década de 1980 a ultrapassar os 80 milhões de pessoas vivendo nas cidades.

Com a ampliação do latifúndio e a falta de terra para a classe trabalhadora e/ou o camponês trabalhar, as grandes reivindicações pela posse da terra tornaram-se, cada vez mais, frequentes. Diante disso, o fim da questão agrária torna ainda mais distante, enquanto que os governos passam dar importância mais direcionada ao desenvolvimento tecnológico no campo do que procurar contornar os problemas sociais causados, pelo mesmo, à sociedade.

Diante desses fatos, vale a pena concordar com as afirmações de Medeiros (2003, p. 93-94), o qual pontua que,

[...] (a) modernização do campo com base nas grandes unidades produtivas acabou por acelerar a saída dos trabalhadores do interior das propriedades, transformando-os em assalariados temporários, com emprego precário tanto no campo como na cidade. Foi esse mesmo padrão de modernização que fez que muitos pequenos produtores abandonassem suas terras, tangidos por dívidas e pela dificuldade de competir com uma produção altamente tecnicizada. (...) a mesma modernização que deslocou populações do campo para a cidade produziu o desmatamento, a degradação da terra e dos recursos naturais, a ameaça à biodiversidade e aos recursos hídricos, tornando inseparáveis a questão agrária e a questão ambiental. Na atualidade, é o tema da produção da vida que se impõe, pela ameaça representada pelo controle de produção de sementes por grandes grupos econômicos.

As discussões sobre a questão agrária no Brasil estão pautadas em diversos tipos de conflitos, sobretudo, no campo. Esses conflitos são, primordialmente, de ordem social e ambiental, marcados pelo crescimento exacerbado do latifúndio e pela modernização da agricultura. Como relata Oliveira (2007), o exame da questão agrária no Brasil revela a existência, no campo, de diferentes tipos de tensão social. Em algumas regiões prevalecem tensões oriundas do trabalho escravo, violência, assassinatos, grilagem etc; enquanto, em outras regiões prevalecem tensões advindas da falta de políticas públicas. O remédio adequado difere em consequência, o que dificulta a erradicação desse problema histórico que é a questão agrária no país.

Além do histórico da expropriação do homem do campo, nas duas últimas décadas do século XX, a questão agrária permanece aquecida, protagonizando mais contrastes sociais no campo e na cidade. Nesse contexto, vale a pena citar quatro dos principais fatos de grande relevância dos últimos 20 anos do século passado, a saber: a entrada do agronegócio no Brasil, no início da década de 1980; o fim do regime militar, em 1985; a aprovação do I Plano

Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), de 1985 e; a criação da União Democrática Ruralista (UDR), por latifundiários, em 1985, para lutar contra a reforma agrária.

Como relata Oliveira (2007, pp. 148-149),

“O conceito de “agribusiness” foi desenvolvido por Ray Goldberg, em 1957, nos EUA. Foi traduzido para o Brasil, e proposto como “complexo agroindustrial” ou “agronegócio” por Ney Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A. Pinazza, nos anos 1980, com enorme repercussão nos meios empresariais e acadêmico. O agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados”.

Para reforçar a modernização da agricultura no campo, o agronegócio aparece com o objetivo de diferenciar a agricultura moderna da agricultura tradicional e, de certa forma, obrigar aos pequenos produtores a aderirem a nova ordem rural, propiciando, mais tarde, um endividamento dos que não se adaptaram ao programa e provocando conflitos entre os movimentos sociais e os latifundiários. Diante de tal descontentamento, os grandes empreendimentos ruralistas e do agronegócio promoveram a criação da UDR que, também, cuidava para que a reforma agrária não se desenrolasse.

Analisando as atuações da UDR, no espaço agrário nacional, Oliveira (2007, pp. 26-27 e 160) relata que:

Em 1985 com a implantação do plano, passou a ocorrer forte luta entre a UDR (União Democrática Ruralista), o governo Sarney e os camponeses sem-terra, posseiros, etc. O objetivo da UDR foi a inviabilização da implantação do I PNRA. A UDR foi fundada em agosto de 1985, em Goiânia, durante um leilão de gado para arrecadar dinheiro entre os latifundiários, para lutarem contra a reforma agrária do I PNRA e contra o avanço do movimento dos camponeses sem-terra. Com a articulação para a Assembleia Constituinte, os ruralistas se organizam na criação da União Democrática Ruralista (UDR) e atuam em três frentes: o braço armado - incentivando a violência no campo -, a bancada ruralista no parlamento e a mídia como aliada.

Assim é apropriado dizer que o primeiro presidente democrático do Brasil, pós ditadura civil-militar (1964-1985), José Sarney, até iniciou a elaboração do I PNRA, mas devido a falta de esforço político e, também, da prevalência das forças dos latifundiários representados pela UDR, culminou na não execução do plano, deixando que o mesmo não saísse do papel. Dessa forma,

Terminou a ditadura e sobrou a questão agrária não resolvida e mal encaminhada. [...] a ditadura resolvera modernizar a economia dos grandes proprietários de terra

promovendo uma associação entre o grande capital e a grande propriedade territorial, através de incentivos fiscais. Qual foi o resultado? Foi o fortalecimento dos grandes proprietários de terra e a transformação do grande capital, supostamente comprometido com a modernização do país e por ela orientado, também em proprietário de terra.

Portanto, um aliado a mais na resistência à reforma agrária. Isso tornou mais difícil fazer qualquer tipo de reforma porque hoje a propriedade da terra é de interesse de todos os setores poderosos da economia. [...]. Propor uma reforma agrária significa desafiar seus interesses ou, então, indenizá-los a preços que incluem a especulação imobiliária, o que significa não fazer reforma agrária. (MARTINS, 1997, p. 35).

No final da década de 1980, em 1988, foi promulgada a última Constituição Federal, época em que, como afirma Oliveira (2007), os conflitos pela posse da terra havia se generalizado por todo o país. E, na efervescência desses conflitos, em meado da década de 1990, aconteceu um dos maiores massacres no campo, em função da luta pela terra, no Brasil: o dos indígenas, em Corumbiara no Estado de Rondônia, em 1995 e; o massacre dos Sem Terras de Eldorados dos Carajás, no Pará, em 1996. Ambos ocorreram na Região Amazônica.

Conforme afirma Nascimento (2009, p. 120),

No Governo Fernando Henrique Cardoso a questão parecia ter perdido a centralidade no debate político. Mas, fatos como a violência institucionalizada no campo conseguiram provocar reações de fluxo nos movimentos sociais. O massacre de Corumbiara e o massacre de Eldorado dos Carajás possibilitaram uma crítica ao Estado brasileiro que pela força repressiva combate os movimentos organizados da sociedade civil.

Pode-se dizer, dessa forma, que a questão agrária nacional marcou bastante o século XX e já tem marcado bem, o início do século XXI. No cenário político, século XXI inicia com a chegada do líder do partido dos trabalhadores (PT) na Presidência da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, vulgo Lula. Em seu governo se intensificou as promessas de que a questão agrária seria resolvida e que, finalmente, sua situação fosse regularizada para alívio dos movimentos sociais.

Confirmando as afirmações do governo Lula, durante seu primeiro mandato, Lima (2007, p. 116) observa que:

Pelo Boletim do INCRA, o compromisso do Governo Lula em relação à Reforma Agrária está na inclusão, na geração de emprego e renda às famílias assentadas, procurando fortalecer a agricultura familiar bem como democratizando o acesso a terra. Isso pode ser possível através de instrumentos legais de desapropriação e aquisição de imóveis para que se transformem latifúndios improdutivos em propriedades de agricultores familiares, contribuindo, então, para a erradicação da fome, da miséria e construção da plena cidadania no meio rural.

Como coloca Oliveira (2007), o povo brasileiro amargou oito anos de angústia promovido pelo modelo econômico neoliberal, imposto pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que condicionou sérios problemas à classe trabalhadora no campo, promovendo a pobreza, a desigualdade, o êxodo rural, a falta de trabalho e terra, reprimindo pela força e pela violência as organizações sociais. Diante disso, a vitória do presidente Lula, nas urnas, representava, naquele momento, a vitória da classe trabalhadora e a derrota dos ruralistas em quase toda sua totalidade.

Por outro lado, o que sequenciou os mandatos dos governos petistas até os dias atuais, não foram os resultados esperado pelo povo, principalmente, pelos movimentos sociais, pois o governo não conseguiu promover as mudanças prometidas e reivindicadas pelo povo, dentre elas o fim do latifúndio e a distribuição de terras para as camadas populares, permanecendo, dessa forma, as tensões e os conflitos no campo. De acordo Delgado (2005), a questão agrária da atualidade é proveniente da predominância do agronegócio, no espaço agrário nacional.

Ainda segundo o autor,

A antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica”, que é proposta pelos conservadores em 1964, é reposta na atualidade sob novo arranjo político. Esse novo arranjo se articula nos últimos anos do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e também no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando se constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos. Essa estratégia, que estivera abandonada pela política macroeconômica do primeiro governo Cardoso, é adotada por pressão do constrangimento externo do balanço de pagamentos. Ela relança uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isso reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Esse arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela via camponesa (DELGADO, 2005, p. 81 e 82).

O que tem se acompanhado nesses últimos anos é um crescente índice dos problemas fundiários como: a prevalência das desigualdades sociais, em virtude da persistente concentração de terras e a entrada das grandes multinacionais nos campos brasileiro como mostra Oliveira (2007), para promover a internacionalização da agricultura nacional através do rigoroso controle tecnológico da agroindústria, a fim de fomentar a comercialização agropecuária no mercado internacional. Esse cenário, proposto para o crescimento do país, tem contribuído para a persistência de intensos problemas sociais, sobretudo, no campo, tais como: a violência, a exploração do trabalho humano e as crescentes ocupações de terras, pelos movimentos sociais, em todo Brasil, como é o caso das várias ocupações realizadas, no início de 2014, divulgadas pelo portal de jornalismo da Rede Globo.

Dessa forma, é impossível prever o fim da questão agrária nacional, pois, nos últimos anos, os governos brasileiros têm se preocupado mais com os investimentos no setor agropecuário, apenas, para promover o crescimento econômico do país, e pouco se tem feito para resolver os problemas sociais no campo e, muito menos, promover a reforma agrária, deixando as preocupações sobre esses problemas a cargo dos movimentos sociais e da academia. Algumas áreas do conhecimento, que se debruçam sobre a questão agrária no Brasil, como é o caso da economia, direcionam seus estudos para o campo macroeconômico, dando ênfase, principalmente, às questões econômicas e sociais pautadas sobre o rural e o urbano, baseando seus estudos tão somente sobre a organização da produção.

1.2 A Reforma Agrária no Brasil e suas vertentes

Antes de aprofundar, um pouco mais, sobre as questões das políticas ideológicas que buscam compreender as lutas de classes reverberadas sobre o contexto agrário brasileiro, se faz necessário conhecer e compreender o conceito de camponês na atualidade. Dessa mesma forma, se faz necessário conhecer, também, as contradições sobre a existência do movimento camponês, no Brasil, para entender a luta e o seu anseio pela reforma agrária nacional.

A história medieval ensina que a palavra camponesa tem sua origem no início das atividades primitivas, quando indivíduos passaram a se dedicar aos trabalhos voltados para a produção de alimentos de subsistência na terra, tendo como principal instrumento laboral, a sua própria força de trabalho e a de seu grupo familiar. Para Marques (2008), o conceito de camponês tem relação direta com a realidade europeia, durante a idade média. Por outro lado, a autora afirma que, no Brasil, o mesmo conceito guarda as suas especificidades.

O conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos 50 ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das “Ligas Camponesas”, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira (MARQUES, 2008, p.60).

Alguns teóricos, em nossa contemporaneidade, buscam desconsiderar tanto o termo camponês, como, também, a existência da sua própria luta, acreditando-se que essa classe social não existe mais. Abramovay (1990; 1992) é um dos pesquisadores de grande prestígio no âmbito da problemática agrária nacional. Porém, o mesmo construiu, em sua obra, “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”, um entendimento contraditório que tem

possibilitado a outros pesquisadores trilharem pelo mesmo caminho teórico, propondo desqualificar a figura do sujeito camponês e suas lutas.

Por outro lado, autores da atualidade, que têm dado grandes contribuições no intuito de equacionar a problemática agrária nacional – Oliveira (2007), Paulino (2003), Marques (2008), Fernandes (2004), dentre outros –, afirmam que o fato de não mais reconhecer a figura do camponês, como ser integrante no contexto das lutas atuais, é, tão somente, querer descaracterizar o sujeito e a luta de classe do movimento camponês. Para Paulino (2003), o conceito de camponês, no Brasil, é o único capaz de dar visibilidade à classe, ao contrário de trabalhador que é genérico, ou seja, ao contrário de muitos conceitos, o de camponês trás, na sua gênese, especificidades *sui generis*. Fernandes (2004, p. 3) afirma que:

O camponês é um sujeito historicamente subalterno. Existe e tem sua perspectiva no espaço de subordinação permitido pelo capital. Isso não significa aceitar essa condição e considerá-la natural. Isso também pode significar a luta contra esse estado permanente de exploração, expropriação, destruição e recriação.

Em um sentido mais dialético do conceito, Shanin (2005) vai ao encontro de Fernandes (2004) afirmando que, assim como outro conceito, a definição do camponês, por si só seria insuficiente, salvo a exceção que considera a suas diferenças de extensão e/ou sua estrutura organizacional. Porém, Shanin (2005, pp. 18-19) considera que:

Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do *populus*, as frivolidades linguísticas dos intelectuais ou ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado, este conceito (ainda?) não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem, assim como os conceitos de “capitalismo”, “proletariado” e, é claro, “modo de produção”, potenciais de reificação, isto é, pode ser enganoso, assim como ser usado para enganar, especialmente quando utilizado de maneira ingênua. Tem-se dito corretamente que “o preço da utilização de modelos é a eterna vigilância”. É verdade também que sem tais construções teóricas não seria absolutamente possível qualquer progresso nas ciências sociais. O camponês é uma mistificação principalmente para aqueles que são propensos a se tornar mistificados [...]. Em última instância, os conceitos devem servir não a “uma questão de reconciliação dialética de conceitos”, mas à “compreensão das relações reais.” [...] Excetuando sua mistificação e sua utilização ideológica, o conceito de camponês cumpriu, muitas vezes, todos esses serviços. Esta capacidade ainda não se esgotou.

Dessa forma, é visto que a desqualificação do camponês não tem sido apenas pauta de alguns nomes da academia, mas, principalmente, do mercado que desconsidera o ser capaz de criar e manter sua própria história. Esse fato se dá, por esse sujeito manter uma forma de trabalho “arcaica”, diferente daquela que se enquadra com os modos de produção capitalista. Oposto a esse entendimento, o professor Carlos Walter reafirma, em suas palestras, que o

camponês é um ser existente e dotado de sabedoria que, ao lidar com a terra, conhece seus limites e respeita os seus ciclos de produção. Ao contrário dos meios modernos de produção, a forma de trabalho do camponês compartilhou, ao longo de sua história, a preservação dos recursos naturais.

Assim, de maneira mais ampla, é possível compreender o camponês como um sujeito trabalhador do campo, que tem a sua morada e o seu trabalho sobre o mesmo território. O camponês é aquele trabalhador livre que, em condições específicas, pode regular seu tempo de trabalho mediante as suas necessidades e não para atender aos interesses do capital. Para Marques (2012, p. 65),

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador.

Nas últimas décadas, os assentamentos de reforma agrária tem se constituído como um dos principais lugares para a reprodução do campesinato. É nesse território que a classe campesina estrutura suas bases, na maioria das vezes, de forma não tecnificada, e buscam na sua origem os mecanismos necessários que possibilitam desenvolver as atividades de subsistências com seu grupo familiar, sem depender das modernas técnicas de produção. Assim, pode se afirmar que os assentamentos rurais são os verdadeiros laboratórios da reprodução camponesa no Brasil, sendo que o início do processo se estrutura na luta do movimento campesino, que tem como ponto de partida os acampamentos rurais às margens das estradas e rodovias de todo território nacional.

Segundo Fernandes (2004), a origem do campesinato remonta a história da humanidade. O autor explica que esse relato histórico é de grande importância para que se possa entender a lógica da persistência do campesinato em diferentes tipos de sociedades, do período primitivo à nossa contemporaneidade. A existência do campesinato nas sociedades escravocratas, feudais, capitalistas e socialistas é um referencial para entendermos o sentido dessa perseverança (FERNANDES, 2004, p. 01).

Portanto, é nesse sentido que se encontra o entendimento sobre a existência do camponês e de sua classe. Por mais que seja um tema de grandes embates políticos e ideológicos, os estudos mostram que o camponês sempre existiu e, depois da passagem de

várias sociedades, esse sujeito e suas práticas continuam se reproduzindo no Brasil e no mundo atual.

Neste trabalho, busca-se compreender o camponês e o campesinato tanto pelas suas lutas políticas ideológicas, assim como pela sua forma de organização social e de trabalho. Leva-se ainda em consideração, para esse entendimento que, para a sua reprodução, seja necessário M-D-M e não D-M-D, como é o caso da agricultura capitalista.

Vale destacar, ainda, que esse sujeito sofreu as piores injustiças desde a sua gênese, sendo que esse processo agravou ainda mais após o nascimento do capitalismo produtivo, sendo este o principal disseminador da questão agrária, no Brasil. Desse modo, a única forma de rever a dívida com a classe camponesa é a realização de uma reforma agrária que contemple todos os anseios do movimento camponês.

Para melhor entender a questão agrária é necessário também compreender sobre a reforma agrária, levando em consideração que esta é o instrumento político utilizado para equacionar os problemas pautados sobre a ótica da questão agrária. Como afirma Martins (2000 p.99), “[...] é esse o ponto de vista que me permite compreender que uma política de reforma agrária depende de se conhecer a questão agrária para qual ela é uma resposta”. Para cada ciência do campo social, a questão agrária recebe um conceito diferenciado, mas que em todos eles o destino final do processo, leva às contradições sociais no meio rural, implementadas pelo o avanço e o desenvolvimento do capital no campo.

Oliveira (2007), baseado em Laranjeira (1983), mostra que as primeiras propostas para a implantação da reforma agrária no Brasil, surgem logo após a Constituição Federal de 1946. Segundo o Oliveira (2007, p.104), as “[...] propostas estavam baseadas principalmente nos princípios presentes nos artigos 141 e 147 que tratavam da desapropriação por interesse social e à justa distribuição da propriedade”. No entanto, essa reforma agrária não aconteceu, dando espaço para que outro modelo fosse implementado no Brasil através dos bancos, contrariando o que se conhece no Estatuto Terra, a distribuição da terra por interesse social.

A reforma agrária no Brasil nos últimos anos, tem se constituído em dois modelos: o primeiro modelo de reforma agrária nacional, é aquele contido no Estatuto da Terra de 1964, pautado na desapropriação e distribuição de terras pelo Estado, que é também o modelo proposto no I e II PNRA e o mais reivindicado pelos movimentos sociais; o outro, conhecido como Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM) é mais recente, tendo sido instituído e promovido pelo Banco Mundial no final dos anos de 1990 e aplicado em países em desenvolvimento com grandes concentrações de terra (SAUER, 2004, 2006). Este modelo é

baseado apenas na compra e venda da terra de caráter voluntário, onde as propriedades são compradas à vista em valores de mercado.

No final da década de 1950 e início dos anos sessenta, começaram a surgir, no campo, movimentos sociais organizados para lutar contra as desigualdades sociais e, também, contra a concentração fundiária que já era de grande proporção, no Brasil. Nesse período, um dos principais movimentos ressurgidos foram as Ligas Camponesas² criadas no Nordeste e espalhada para boa parte do país, onde seu principal objetivo era reivindicar a implantação da Reforma Agrária no Brasil.

Diante do momento histórico que o Brasil atravessava, na década de 1950 e início de 1960, favorável à realização da reforma agrária, impulsionada pelo surgimento de diversos movimentos sociais no campo, organizados para reivindicar e pressionar o governo, mesmo com “interesse” de João Goulart, não foi possível sacramentar a reforma agrária nacional. Esse governo tinha ideias progressistas e via, na realização da reforma agrária, uma perspectiva positiva para modernização brasileira.

Porém como afirma Sorj (1986, p. 23):

As mobilizações no período do Governo João Goulart adquiriram características de confronto e polarização crescentes, levando à unificação de grande parte da burguesia em torno do golpe de estado que se contrapunha ao movimento reformista, cortando, portanto, as perspectivas da transformação da estrutura fundiária a partir de um processo de mobilização popular.

Com isso, a chance de fazer a reforma agrária, no país, foi adiada, pois o presidente João Goulart, que se mostrava empenhado no processo, deixou o governo e, em função da organização militar e o golpe de estado, os militares assumiram o poder e, a partir daí, qualquer movimento social sobre a reforma agrária passou a ser reprimido. Como relata Miralha (2006), ao invés de promover as mudanças necessárias na estrutura fundiária nacional e instaurar uma modernização que atendesse os problemas sociais, as elites brasileiras optaram em manter uma estrutura fundiária desigual e passaram a realizar uma modernização, apenas, na grande propriedade, através de escandalosos subsídios.

No auge da modernização, impulsionada pela industrialização, a economia mundial passou a ser revitalizada. No território brasileiro, a partir de meados da década de 1950, grandes eventos serviram para a promoção da modernização no campo, tais como: a abertura

² Movimento social de pequenos produtores rurais, surgido nos anos cinquenta, no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Essas ligas existiram até 1964, ocasião em que foram desmanteladas pelo regime militar instalado no país, e seus dirigentes condenados à ilegalidade e perseguidos (BERTERO, 2006, p.164).

de novas rodovias, a implantação de usinas hidrelétricas e indústrias de base. Enquanto isso, esse processo de modernização propiciou a concentração de renda, e as culturas comerciais avançaram sobre a área rural, da estrutura da terra e de trabalho, de pequenos produtores rurais.

A respeito do processo de industrialização nacional que ocorria no Brasil, a partir da metade do século XX, Miralha (2006, p. 8) afirma que:

O processo de modernização da agricultura provocou a expansão do modo de produção capitalista no campo, com o aumento massivo da mão-de-obra assalariada nas grandes propriedades modernizadas, surgindo assim os trabalhadores volantes (“boias-frias”) que normalmente moram nas cidades, em sua maioria nas periferias, e são transportados diariamente para o local de trabalho, as grandes lavouras, trabalhando sob condições precárias de contratação e de segurança no serviço.

Diante disso, as ligas Camponesas, os movimentos de trabalhadores militantes e os sindicatos aqueceram, ainda mais, as manifestações para pressionar o governo a realizar a reforma agrária. Os movimentos se espalharam pelo país, promovendo greves e ocupações de terras, exigindo uma reforma agrária imediata. De acordo Morissawa (2001, p.93), os camponeses resistiam à repressão e chegavam a realizar ocupações de terras. Eles tinham por lema ‘Reforma Agrária na lei ou na marra’.

Enquanto as reivindicações sociais se multiplicavam e a gravidade do problema agrário se estendia no campo, a sociedade passou a discuti-lo, tentando encontrar uma saída para atenuar a situação que o país passava naquele momento. Em meio a tantas discussões, no ano de 1963, é criado o Estatuto do Trabalhador Rural que passou a garantir direitos básicos ao trabalhador rural, como: salário, férias, repouso remunerado, aviso prévio e no caso de demissão, o trabalhador também teria direito a indenização.

Porém, em 1964, houve o golpe militar, que deu início a um período de repressão violento aos movimentos sociais. Os militares procuravam responder a emergência da modernização rural, reprimindo os movimentos camponeses, organizados no início da década de 1960. A ação do governo, através da polícia, sobre os trabalhadores rurais e suas lideranças foi para conter a pressão popular pela reforma agrária, sendo que as Ligas Camponesas foram as que mais sofreram com as ações do governo militar.

Como afirma Fernandes (1999, p. 29),

Em 1964, veio o golpe militar. E ele se abateu, em primeiro lugar, sobre o movimento camponês, em especial do Nordeste, pois havia teses defendidas pela CIA (Serviço de Inteligência Norte-Americano) segundo as quais estava em curso, no Brasil, um processo revolucionário, através das Ligas e da reforma agrária (...)

Centenas de lideranças camponesas foram presas, algumas torturadas, outras assassinadas pelos próprios fazendeiros. Os mais conhecidos puderam se exilar. As Ligas foram, de fato, assassinadas.

No primeiro governo militar, já impactado pelas condições do país e devido, também, às pressões americanas, foi elaborado um projeto de reforma agrária “reservado”. Esse plano foi transformado na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o que resultou na implementação do Estatuto da Terra, levando a criar mais dois órgãos para “resolver” os problemas agrários: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola. No ano de 1970, com as fortes pressões do setor latifundiário ao governo, os referidos órgãos foram unificados dando origem ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA).

De acordo o Estatuto da Terra, de 30 de Novembro de 1964, no art. 1º e & 1º, “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”. Segundo o Estatuto, na prática, a reforma agrária proporcionaria:

- A desconcentração e a democratização da estrutura fundiária;
- A produção de alimentos básicos;
- A geração de ocupação e renda;
- O combate à fome e à miséria;
- A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural;
- A interiorização dos serviços públicos básicos;
- A redução da migração campo-cidade;
- A democratização das estruturas de poder;
- A promoção da cidadania e da justiça social.

Porém, de acordo Fernandes (1994, p. 28), não foi isso o que ocorreu:

[...] os governos militares utilizaram da bandeira da reforma agrária, via projetos de colonização, na promessa de solucionar os conflitos sociais no campo, atendendo assim os interesses do empresariado nacional e internacional. Como o objetivo era a colonizar e não a reformar, o problema da terra jamais seria resolvido com os projetos de colonização na Amazônia, (como de fato não foi), pois o que estava por trás deste processo era uma estratégia geopolítica de exploração total dos recursos naturais pelos grandes grupos nacionais / internacionais. Desta forma, o envolvimento das Forças Armadas, do Estado autoritário garantiram aos grandes grupos econômicos a exploração da Amazônia.

O que se observa, nesse contexto, é que os levantamentos realizados pelo IBRA e pelo INCRA – em 1967, 1972 e também em 1976 – apontaram uma hegemonia completa dos

latifundiários sobre o território nacional, onde, os quais eram terras improdutivas, e isso impedia que uma grande massa da classe trabalhadora não tivesse acesso nem a terra e nem à produção. Os minifúndios eram considerados a maioria, no campo, e eram responsáveis pela produção de alimento no país. Os dados levantados pelo IBA e pelo INCRA não foram expostos, para não agravar, ainda mais, a questão agrária nacional.

Como afirma Martins (2004, p.76), “a política fundiária da ditadura militar se cumpriu como exceção e não como regra, e que contraditoriamente combate o latifúndio de empresa em outras localidades, produzindo novas tensões”.

Na verdade, o que se teve de resultado da política agrária do regime militar foi a garantia do poder ao latifundiário e o desenvolvimento do latifúndio moderno das grandes empresas nacionais e multinacionais para aumentar a produção e, assim, melhorar a economia nacional. Da mesma forma que as empresas, o governo fez grandes investimentos nos projetos agropecuários e agroindustriais, transformando-os em extensos latifúndios, que apropriou de terras indígenas e de pequenos produtores rurais, provocando o êxodo rural.

Em resistência aos intensos projetos político do governo que contemplava apenas o latifúndio e as grandes empresas, Zeferino (2010, p.10) afirma que,

Nos anos 70, em resposta a esses malefícios causados pela reestruturação produtiva e a política ditatorial que vigorava no país, surgiram organizações como a Pastoral da Terra, comissão ligada à Igreja Católica, que prestava assistência aos camponeses no período da ditadura e organizava os povos pobres do campo na luta por direitos e por terras e que se mantém até a atualidade.

Ainda, segunda a autora, logo em seguida, na década de 1980, surgiu o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, juntos, os movimentos sociais se fortaleceram em prol das mudanças no campo. Dessa forma, o cenário nacional passou a ficar ainda mais delicado, sendo, que: de um lado, os movimentos reivindicavam a aplicação do plano de reforma agrária. Junto a eles, outros movimentos exigiam reforma imediatamente, começando pelas terras improdutivas; do outro lado, estavam os latifundiários que, de forma radicalizada, resistiam e pressionavam o governo a não fazer a reforma agrária. E assim, na prática, tem prevalecido.

Nesse sentido, Lima (2013, p. 114) relata que:

Durante os 20 anos da ditadura militar (1964 até 1984), os governantes militares deixaram dois caminhos, duas saídas sociais a serem seguidas pelos camponeses pobres que acreditavam na reforma agrária: um, a migração para a cidade, onde serviam de mão-de-obra barata para o setor industrial que, devido ao apoio recebido pelo governo, estava deslançando e, portanto, necessitando de mão-de-obra; o

outro, seria mudar para as regiões mais longínquas e despovoadas ao Norte de Mato Grosso e, especificamente, para a região Norte do país, onde os mesmos eram induzidos por propagandas falsas e enganosas sobre a construção de grandes estradas e outros subsídios que em breve os tornariam prósperos trabalhadores e produtores rurais.

O saldo desses 20 anos de governo ditatorial, para pequenos proprietários de terras e movimentos sociais do país, foi bastante negativo, pois se tem, nesse período, um acentuado êxodo rural e uma elevada concentração de terras no meio rural. Tudo isso, está diretamente relacionado à política de modernização conservadora, implantada pelos governos militares no setor agropecuário que, fundamentada na adoção de pacotes tecnológico, dava privilégio à monocultura de exportação e excluía a classe trabalhadora.

Revoltados com o sistema político militar e com a violência exacerbada do latifúndio para com os movimentos sociais, o povo se organizou de forma mais concreta para a luta em prol da reforma agrária, e cria o MST. Como escreve Zeferino (2010, p. 15), o movimento nasce, oficialmente, em 1984, no 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em Cascavel, Paraná. E com a crise econômica que o país enfrentava, os intensos problemas sociais gerados pela falta de emprego e, principalmente, com a pressão dos movimentos sociais pela realização da reforma agrária, em 1985 o regime militar chega ao fim. E nasce a nova república.

Acabou a era ditatorial, mas a política de reforma agrária continuava a ser obstruída pelas forças das elites agrárias nacional. Como observa Sparovek (2003, p. 113),

O ano de 1985 também foi marcado pelo final dos governos militares, quando tomou posse um presidente civil, o vice-presidente José Sarney, após a morte do presidente Tancredo Neves. José Sarney criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – Mirad, ao qual o Incra passou a ser subordinado. O Incra elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que previa o assentamento de 1.400.000 famílias em cinco anos. Diante de pressões contrárias à reforma agrária, o plano original sofreu alterações significativas, dificultando o processo de desapropriação. Como resultado, o número de beneficiários de projetos de reforma agrária no final do governo Sarney (1990) não atingiu 10% da meta inicial. Nesse governo, o Incra chegou a ser extinto (1987) e restabelecido (1989).

Além disso, na constituinte de 1988, os ruralistas saíram novamente vitoriosos. De acordo com Scolese (2005, p. 42),

Na Constituinte, a bancada ruralista, sob a vigilância da UDR e formada basicamente por integrantes de PFL, PMDB e PPB (hoje PP), conseguiu abafar a maioria dos avanços em prol da reforma agrária colocados no papel. A aprovação do artigo 185, que apontou as áreas produtivas como “insuscetíveis” de desapropriação, é considerada até hoje, além de proteção aos fazendeiros, a maior vitória da bancada ruralista na Constituinte. Sob a pressão da UDR, o artigo praticamente anulou o 186,

tido como pró-sem-terra e que sugere a desapropriação de áreas que não cumprem com a função social (produtividade e respeito às leis trabalhistas e ambientais).

Dessa forma, a Constituição de 1988 apenas recomendava o que já dizia o estatuto, porém, com uma alteração: a que dava ao expropriado o direito de recorrer, na justiça, a retomada da sua terra desapropriada pelo governo. Para isso, o mesmo teria que provar que sua propriedade estava cumprindo a função social. Com isso, é inegável que a Constituição de 1988 novamente retomou o conceito de função social da terra, porém, com a indefinição do que realmente seria o conceito de função social, travou o processo de reforma agrária, deixando, assim, que diversas terras improdutivas permanecessem intactas, o que agradou, mais uma vez, o grande latifúndio.

Nessa perspectiva, é preciso observar que o plano jurídico que periodiza o fim do regime militar e vai até a metade da década de 1990,

Configura-se a criação de obstáculos jurídicos e administrativos que apontavam para uma paralisia não apenas política, mas também jurídica e institucional dos programas de implementação de assentamentos rurais que, ainda que muito lenta e parcialmente, vinham sendo implementados nos anos 80. O Governo Collor deu continuidade a esta paralisia política e institucional da reforma agrária. [...] a legislação agrária, sobretudo após a constituinte, a Lei Agrária e suas complementações e regulamentações, tornou-se contraditória e complicada (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 33-34).

Em síntese, o período compreendido entre 1986 e 1988 foi caracterizado por diversas lutas no campo e pela resistência ofensiva dos fazendeiros. Estes, organizados pela UDR, combatiam com extrema violência os movimentos sociais no campo. Dessa forma, os números de assassinatos cresceram bastante e, entre as vítimas estão líderes sindicais e religiosos que perderam suas vidas ao levantarem a bandeira do movimento pela reforma agrária. Em 1998, a UDR conseguiu minar a criação de uma lei de reforma agrária no processo Constituinte e inviabilizou mais uma vez a solução para a questão agrária (ALVES, 2005, p.83).

Na realidade, na constituinte de 1988, Sorj (1998, p. 209) relata que,

[...] procurou-se avançar uma legislação que permitisse expropriação por interesse social e sumária de terras improdutivas, o que terminou em fracasso total. As forças conservadoras conseguiram vetar qualquer mudança relevante na legislação e impuseram uma legislação mais regressiva que a herdada dos militares.

Dessa forma, se pode observar que os obstáculos jurídicos para a implantação da reforma agrária no país, sempre estiveram relacionados com as elites fundiárias, onde, todos

os planos elaborados para resolver o problema foram obstruídos por essa “organização”. Nesse sentido, o poder imposto pelos latifundiários levou a derrota dos movimentos populares, na busca pela reforma agrária no governo Sarney, persistindo, também, no início da década de 1990, com o neoliberalismo do governo de Fernando Collor.

Conforme relata Oliveira (2007, p. 130),

Na década de 90, assumiu o governo, Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito diretamente, depois do golpe militar de 64. A composição de seu ministério revelou, desde o começo, que as metas estabelecidas em seu programa de governo também não seriam cumpridas: assentar 500 mil famílias entre 1990 e 1994. A proposta do governo Collor para a reforma agrária, era apenas 35% do que propusera e não cumprira José Sarney. Era uma redução expressiva das metas para a reforma agrária, e, além disso, o Ministério da Agricultura foi ocupado por Antônio Cabrera, oriundo de família de latifundiários e, sabidamente, ligado à UDR. Passados os dois primeiros anos do governo Collor, menos de 30 mil famílias tinham sido assentadas, revelando assim também, a decisão política de não se promover a reforma agrária no Brasil.

Como afirma Marques (2006, p.186), O Governo Collor (1990-1992) caracterizou-se por uma forte repressão ao movimento e corresponde a um tempo de muitas dificuldades, [...]. Diante dos fatos, fica claro que o presidente Collor além de não fazer a reforma agrária, foi inteiramente parcial com os interesses do latifundiário e, também, do agronegócio. Diante de tanta falta de comprometimento com a sociedade, não resistiu à pressão popular e renunciou seu mandato em 1992.

Segundo afirma Oliveira (2007, p. 130),

Com a cassação/renúncia de Collor de Melo, assumiu o vice Itamar Franco. Seu governo, produto de uma ampla articulação política, segundo os dados divulgados pelo INCRA, menos de 50 mil famílias tinham sido assentadas entre 1990 e 94. A reforma agrária alcançava assim, a metade do número de assentados em relação ao governo anterior.

Ao assumir o Governo Federal em 1993, Itamar Franco conduziu a realização de várias desapropriações de terras, mesmo sem um plano de metas definido para a ação. A atitude se fez necessária, dada a tamanha tensão social no campo. Observa-se que, nesse período, a maioria do Congresso Nacional possuía resistência à reforma agrária, mesmo com esse contraste, o então Presidente da República, Itamar Franco, conseguiu aprovar a Lei nº 8.629 (Lei Agrária) e, também, a Lei Complementar 76 (Procedimento de desapropriação para fins de reforma agrária). Essa Lei serviu para regulamentar o Capítulo III, do Título VII, da Constituição Federal, parte que trata da política agrária nacional (OLIVEIRA, 2007).

No ano de 1994, Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente do Brasil, da mesma forma que o governo anterior, adota, em seu governo de 1995-2002, políticas neoliberais e, principalmente, para o setor agrário. Nesse sentido, a reforma agrária segundo Fernandes (1999), torna-se uma ‘política compensatória’, não assumindo a dívida social histórica com os trabalhadores brasileiros.

De acordo Morissawa (2001, p.112), no primeiro mandato de FHC, a reforma agrária aparecia nos planos do governo como forma de desenvolvimento da agricultura familiar, solução do problema alimentar e redução dos conflitos agrários. Porém, com uma proposta ainda mais tímida que a de seus antecessores: assentar em quatro anos de governo (95/98) um total de 280 mil famílias. Dessa forma, sua meta constituiu-se em menos de 60% da previsão do governo Collor e, somente, 20% do previsto no I PRNA do governo Sarney (OLIVRA, 2007, p. 130).

FHC, em seu segundo mandato, vestiu uma nova roupagem no seu projeto de reforma agrária, em que esta ficou conhecida como “Nova Reforma Agrária” ou “Novo Rural Brasileiro”. Nesse sentido, a nova proposta do FHC era propor uma reforma agrária de mercado, algo que, na experiência internacional, não foi possível encontrar resultados que possibilitaram uma reordenação fundiária, principalmente, nos países em desenvolvimento.

Como afirma Carvalho Filho (2001, p. 215),

Para implantar esse modelo de desenvolvimento rural, o governo, entre outras medidas, anunciou a mudança no sistema de obtenção de terras para fins de reforma agrária cujo instrumento principal passa a ser o Banco da Terra e leilões de terras, em detrimento das desapropriações. Ou seja, para o governo a reforma agrária passa a ser feita, prioritariamente, via mercado.

O modelo de reforma agrária de mercado (MRAM) teve seu início no território brasileiro, no final da década de 1990, sob o comando do governo FHC. A experiência com os programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado (MRAM) do Banco Mundial completou, em 2004, uma década, desde o seu início na África do Sul e na Colômbia. “No Brasil, existem há quase dezessete anos, tendo começado em 1997” (PEREIRA, 2004 p.9). Segundo Sauer (2010, p.102), “em abril de 1997, foi criado o ‘Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza’, mais conhecido como Cédula da Terra³ [...]”.

³ O programa Cédula da Terra consistiu basicamente na criação de uma linha de crédito para a compra de terras, por trabalhadores sem terra ou mini fundistas, que necessariamente deveriam estar organizados numa associação, a qual seria responsável por negociar diretamente a compra da terra com os proprietários. As associações deveriam indicar a terra que seria então adquirida. Após a aprovação do projeto pela unidade técnica estadual,

A reforma agrária de mercado é baseada no financiamento de verbas privadas para aquisição de terras de forma voluntária, entre agentes privados como o banco e o latifundiário, sem que ocorra a desapropriação. Esse mecanismo possibilita a geração de consequências perversas na sociedade que luta pela reforma agrária distributiva, sendo esta, por sua vez, feita pelo governo, através da desapropriação e distribuição da terra. O MRAM foi concebido pelo *staff* do Banco Mundial como alternativa às dificuldades e ineficiências atribuídas ao modelo “tradicional” (PEREIRA, 2004, p.87).

Sobre esse fato, o mesmo autor explica que:

Toda elaboração dos economistas do Banco Mundial sobre o modelo de reforma agrária de mercado (MRAM) parte do pressuposto da falência do modelo de reforma agrária “conduzido pelo Estado” (*state-led agrarian reform*), também chamado de modelo “desapropriacionista” (*expropriation model*) ou, simplesmente, modelo “tradicional” (*traditional model*) (PEREIRA, 2004, p. 87).

Dessa forma, baseados no MRAM e através da distribuição de terra pelo estado, o governo FHC assentou aproximadamente 460 mil famílias. De acordo Oliveira (2007), no seu programa de governo, Fernando Henrique Cardoso não elaborou um novo PNRA e conduziu a reforma agrária, na base de distribuição de terras, mediante a pressão social.

Apesar do grande número de famílias assentadas durante o governo FHC, os problemas burocráticos relacionados à organização dos assentamentos multiplicaram, pois além da terra, a burocracia do Estado não facilitava o acesso ao crédito à essas famílias, levando, assim, à revolta dos trabalhadores rurais. Nesse contexto, apesar da força repressiva do governo, Reis (2008) afirma que, a partir do ano de 1997, os movimentos sociais passaram a ocupar cidades e prédios públicos, promovendo uma verdadeira campanha pelo fim da Era FHC.

O início do século XXI é marcado pelo fim do governo FHC e pela chegada do partido dos trabalhadores à Presidência da República. Esse fato proporcionou aos movimentos sociais uma larga esperança de que, com o governo do povo no poder, finalmente, a reforma agrária iria ser realizada. Mas, o povo não sabia que, diante de tantas alianças feitas pelo governo com o nível organizacional do latifúndio e da agricultura moderna, a reforma agrária seria mais uma vez comprometida.

Baseado nas informações da CPT, sobre o governo Lula, Oliveira (2007, p. 157) comenta faz a seguinte afirmativa:

era autorizado o financiamento disponibilizado pelo Banco para o pagamento da terra (VASCONCELOS, 2007, p.13).

A eleição de Lula para a Presidência da República criou dois processos diferentes no campo. Por um lado, os movimentos dos trabalhadores do campo sentiram que o momento histórico que viviam era o que possibilitaria a realização da reforma agrária. Para mostrar a confiança e para pressionar o governo a, realmente, concretizar a distribuição de terra prometida, aumentaram consideravelmente os acampamentos, as ocupações e as mobilizações, entre as quais se destaca a Marcha para Brasília, organizada pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo. Pelo lado dos fazendeiros a resposta ao aumento destas ações foi o recrudescimento da violência que voltou a níveis nunca vistos nos últimos anos (OLIVEIRA, 2007, p.157).

Já no primeiro mandato do governo Lula, a sensação era que a luta dos movimentos sociais, pela reforma agrária, teria chegado ao fim. Pois, foi criado o II Plano Nacional de Reforma Agrária que assegurava não só a criação de novos assentamentos rurais como, também, uma reestruturação ampla daqueles que já existiam. Para Rodrigues (2007, p.5), O II PRNA mostra a reforma agrária como compromisso do governo, sendo ela considerada uma necessidade urgente, para promover a justiça social que o Brasil tanto necessita.

Nesse sentido, como o governo mantinha um bom diálogo com os trabalhadores, Moro (2001, p.3) afirma que “os próprios movimentos se articularam no sentido de colaborar com o governo para a realização da política de reforma agrária [...]”. Por outro lado, Oliveira (2007) relata que o mesmo neoliberalismo que se instalou no governo FHC, também se pautou sobre o governo petista e para não se desfazer com a bancada do agronegócio, ao mesmo tempo em que Lula se comprometia com realização da reforma agrária, ele também buscava um entendimento com os produtores rurais, deixando assim que estes intervissem na indicação do ministro da agricultura de seu governo, o que comprometeu o andamento da reforma agrária nacional.

Para Engelmann e Gil (2012, p. 8),

Lula tentou conciliar dois modelos agrícolas: de um lado, criando uma política de assentamentos e incentivo à agricultura familiar com produção de alimentos para o programa de combate a pobreza; e de outro, injetando investimentos econômicos no agronegócio, para produção em grande escala e exportação. As duas políticas acabaram reforçando a predominância econômica do grande latifúndio, sob a égide do agronegócio ou grande capital deste setor (nacional e sobretudo estrangeiro), mantendo intacta a estrutura agrária brasileira pelo menos desde a década de 1960.

No primeiro mandato, o governo Lula, apesar do compromisso do PT com a reforma agrária e com os movimentos sociais, desde sua história de luta, não conseguiu cumprir a meta de assentar as mais de 180 mil famílias. De acordo Oliveira (2007), esse governo assentou apenas 86 mil famílias. Dessa forma, a política de campo realizada no primeiro mandato de Lula não passou de “uma política meramente compensatória” (MORO, 2007, p. 5).

Segundo Marques (2004, p. 51),

O governo Lula, sustentado por um partido originalmente de esquerda, de conhecido compromisso histórico com a bandeira da reforma agrária, tem se portado como se esta política já não tivesse mais a mesma importância de outrora. Semelhante ao Governo FHC, tem buscado ampliar o número de famílias atendidas por programas de caráter predominantemente assistencialista [...] em detrimento de uma atuação firme visando a efetiva inserção social da população mais pobre.

Nessa perspectiva, a reforma agrária, feita a partir da desapropriação de terras, continuou se arrastando no segundo mandato do governo Lula. Para alguns autores, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira e João Pedro Stédile, o governo havia esquecido de vez a reforma agrária. Segundo Oliveira (2009), Lula voltou sua política para o desenvolvimento econômico do país, baseado no agronegócio, e para Fernandes (2008, p. 8), o governo Lula investiu muito mais em regularização fundiária de terra de camponeses, na Amazônia, do que na desapropriação de terras para a criação de novos assentamentos de reforma agrária.

Nesse contexto, Oliveira (2009, p. 30) assinala que:

[...] a política de reforma agrária do governo Lula está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. É como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo Lula finge que faz a reforma agrária e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar. Mas a primeira e principal conclusão que se pode tirar do balanço do II PNRA é apenas e tão somente uma: o governo Lula, do Partido dos Trabalhadores, também não fez a reforma agrária. Afinal esperava-se que Lula cumprisse sua histórica promessa de fazer a reforma agrária. A pergunta então deve ser: por que também seu governo não faz a reforma agrária? E a resposta também é uma só: seu governo decidiu apoiar totalmente o agronegócio.

Em síntese, as lutas históricas dos movimentos sociais, pela reforma agrária, não foi levado em conta nos dois governos Lula. Mesmo sendo eleito majoritariamente pelo voto dos trabalhadores, o governo do PT não reconhece esse fato e não faz a reforma agrária da forma como foi proposta no II PNRA, criado no seu próprio governo. Como reconhece Fernandes (2008), O governo teve sua política voltada para o crescimento do país, apoiando o agronegócio em detrimento de não fazer a reforma agrária. Diga-se de passagem, que para apaziguar os conflitos no campo e a pressão dos movimentos sociais pela reforma agrária, o governo passou a regularizar as terras públicas e liberou também o crédito fundiário – uma linha de crédito que possibilitava o trabalhador organizado em uma associação ou cooperativa, comprar o seu pedaço de terra.

A segunda década do século XXI começa com uma vaga esperança dos movimentos sociais, da possibilidade de que o novo governo pudesse realizar, de fato, a reforma agrária. Apesar do descaso do governo Lula com a reforma agrária, os movimentos não abandonaram o partido, pois, como um jogo de estratégia, não apoiar o Partido dos Trabalhadores a se manter no governo, seria, por via de regra, fortalecer teoricamente os principais inimigos da reforma agrária.

Sobre esse aspecto, Hilsenbeck (2013, p. 13) afirma que:

Não obstante os governos do PT não terem realizado uma das principais bandeiras do MST, a reforma agrária, Stédile apoiará aberta e publicamente as duas candidaturas de Lula e, também, a de Dilma, usando argumentos de que poderão ocorrer avanços no campo social, até a oposição ao “mal maior” que seria a vitória dos candidatos do PSDB.

Assim, como os dois governos anteriores, a presidente Dilma Rousseff inicia seu pleito, apoiada pelos trabalhadores rurais e os movimentos sociais. Por outro lado, segundo Stédile (2014), a estrutura do seu governo também tem permanecido fiel, diante das mesmas alianças feitas durante o governo Lula.

Tal fato tem feito com que a indústria do agronegócio se espalhasse rapidamente sobre o território nacional, provocando sérios problemas tanto para os trabalhadores rurais, movimentos sociais, comunidades tradicionais – indígenas e quilombolas –, como também para o meio ambiente. Os apoios políticos e financeiros do Estado ao agronegócio, nessas duas últimas décadas, foram e está sendo uma opção do governo para aquecer o mercado produtivo conseqüentemente o da exportação, como mostra Orzekovski (2013), para assim, apresentar impactos positivos da crescente economia nacional, diante dos demais países da América do Sul e/ou até mesmo da economia mundial.

Nessa perspectiva, é possível concordar com o autor, que argumenta da seguinte forma:

É importante destacar que, nos últimos governos, essencialmente nos dois mandatos do Presidente Lula, o agronegócio consolidou-se como um dos pilares da economia brasileira. Produtos como cana-de-açúcar para a produção de biocombustível, eucalipto para produção de celulose, a grande produção de soja, de laranja e de carne, aumentaram o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. E, nesse mesmo período, o Brasil não só aprovou a produção de sementes transgênicas, como se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo (ORZEKOVSKI, 2013, p.176).

O agronegócio, baseado nos monocultivos e seus megaprojetos, incentivado pelo governo, tem se constituído carro chefe da economia nacional, e isso, segundo Rodrigues (2011), fez com que o governo esquecesse de vez a reforma agrária. Por outro lado, a parte menos favorecida do processo, a classe trabalhadora, se mantém esquecida pelo Estado, pressionada e explorada pelo grande capital, pois à medida que os grandes projetos do agronegócio se desenvolvem, os camponeses veem suas terras sendo confiscadas em nome do progresso.

Dessa maneira, o problema social no mundo rural produzido a partir da territorialização do capital, ocorre, de acordo Oliveira (2004, p. 42), da seguinte forma:

No primeiro mecanismo no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (boias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola. A monocultura se implanta e define o campo, transformando a terra num “mar” de cana, soja, de laranja, de pastagens etc.

A constatação desses problemas mostra a emergência da realização de uma política efetiva de reforma agrária no país, diante dos fatos registrados, pertinentes à estrutura fundiária no momento atual. A reforma agrária seria, sem dúvida, um instrumento mediador dos conflitos sociais no campo, constituído literalmente pela grande concentração fundiária existente no país. A reforma agrária seria o caminho para a superação do atraso no campo, um atraso representado pelo latifúndio que fundamenta uma ordem social marcada pela concentração da terra nas mãos de poucos e o seu uso para fins de especulação (MARQUES, 2006, p. 191, 192).

Assim, é pertinente entender que historicamente, a reforma agrária é o resultado regulador dos problemas que marcam a questão agrária no Brasil. Segundo Delgado (2005, p.71), a obtenção de terras para a reforma agrária é um passo desse processo. Ainda, para Carvalho (2012, p.122), a reforma agrária é o resultado social da luta de classes no campo. Essa luta está aí, nas linhas e entrelinhas da luta social no campo.

Para significar a importância da reforma agrária, Guimarães (1977, p. 38) destaca que,

Uma reforma agrária democrática tem um alcance muito maior: seu objetivo fundamental é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo: romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra econômico, político e jurídico” da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças

produtivas e abrir novos caminhos a emancipação econômica e ao progresso de nosso país.

Por outro lado, Medeiros (2003, pp. 94-95), afirma que a reforma agrária na maioria dos discursos, é mostrada:

[...] em termos que reduzem a sua riqueza de significados: política compensatória, condições para ampliação da agricultura familiar, caminho para o combate à pobreza no campo, inserção de pequenos agricultores de forma competitiva no mercado. A reforma agrária tem um pouco de cada um desses componentes, mas é também um caminho para devolver a dignidade a um contingente dos que querem fazer da terra seu lugar de reprodução. Dessa perspectiva, as demandas que têm se gerado nos assentamentos apontam para refazer a leitura corrente sobre o rural como o espaço de precariedade: escolar, saúde, espaços comunitários, acesso a bens de consumo, lazer; mostra a utopia de recriá-lo como espaço de novas formas de sociabilidade e não só de produção.

[...] a demanda por reforma agrária não é, como muitos opositores tem afirmado, sinônimo de atraso, ameaça de desestruturação dos sistemas produtivos, mas simplesmente uma das ferramentas da construção de uma efetiva democracia, baseada na propriedade de continua expansão e criação de direitos.

E, quando podemos dizer que essa reforma agrária passa, de fato, a existir? Segundo Minc (1985, p.17, 18), a sua existência se dá a partir do momento que ocorre a transformação na estrutura da terra, e não do capital. Nessa lógica, é a passagem da propriedade da terra de uma classe social (latifúndio), para outra (camponesa).

Assim, nesse dinamismo, a reforma agrária nasce diante da necessidade da terra para o trabalho familiar, cresce com as lutas dos movimentos sociais, se estrutura nos acampamentos, e se formaliza diante do recuo do latifúndio, na desapropriação e distribuição de terras para a formação de assentamentos rurais. A consolidação da reforma agrária é, portando, a estruturação dos assentamentos rurais com políticas públicas e programas de infraestrutura que atenda os anseios de toda a comunidade envolvida.

1.3 Os Assentamentos Rurais no Brasil

O termo assentamento, de acordo o dicionário Aurélio, significa ‘fixação ou estabilização de residências em um determinado lugar’. É possível afirmar que assentamentos rurais é a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio do programa governamental de reforma agrária e/ou pelos programas econômicos, também, apoiados pelo governo federal, como por exemplo: o Crédito Fundiário, ambos destinados para assentar e beneficiar trabalhadores rurais através do uso da terra (BERGAMASCO E NORDER, 1996).

No movimento, é possível dizer que os assentamentos rurais é o resultado de intensas lutas dos movimentos sociais e trabalhadores rurais em função da reforma agrária no Brasil.

Martin (2002, p. 25) afirma que, “No prolongamento de uma ocupação, o assentamento constitui a introdução de uma novidade espacial”. Assim como “As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração” (FERNANDES, 2000, p. 67).

Autores como Bergamasco *et. al.* (1997, p. 11) entendem o termo assentamento, no contexto da reforma agrária, como um espaço específico, onde uma população será fixada por um determinado período. Segundo os autores, assentamento “é uma transformação num referido espaço físico, contendo assim, o aspecto de um território realmente habitado e trabalhado por um grupo cujo objetivo é a exploração desse espaço”.

O assentamento pode ser entendido, ainda, de acordo Saquet (2011, p. 45) como o “território que é resultado desse movimento que envolve as relações sociedade-natureza por meio da projeção do trabalho no espaço e de sua apropriação historicamente determinada” pelos processos de desterritorializações e reterritorializações. Assim, os assentamentos são criados, delimitados por fronteiras bem definidas e por características intrínsecas de cada comunidade que os ocupam, firmando-se, ali, uma nova identidade.

A partir dessa análise, o pedaço de terra, delimitado para a formação dos assentamentos rurais de reforma agrária, se constitui como o “lugar” caracterizado pela complexidade das ações dos envolvidos no processo de (re)construção do “território camponês” (MARQUES, 2012). Nesse segmento, Simonetti (1999, pp. 70-71) remete à ideia de que,

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da *produção*, mas também o lugar da *realização da vida*. (...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico.

É necessário entender que esse sentimento é adquirido após a realização do trabalhador na terra. Para isso, é indispensável compreender que a conquista da terra e a formação dos assentamentos não é o fim da luta pela consolidação da reforma agrária e nem mesmo a garantia de vida digna de grupos familiares que, ali, se territorializam. Segundo Girard e Fernandes (2008, p.05), “Ainda é necessário conquistar condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por um outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa”.

No Brasil, a busca pela realização da reforma agrária e a formação dos assentamentos para assentar milhões de trabalhadores em todo território têm sido baseada na luta incansável dos Movimentos Sem Terras, em todo território nacional, a partir do fim do regime militar até os últimos anos. Na perspectiva de Girard (2008, p. 06), “Nos sucessivos governos deste período, as ações de reforma agrária no Brasil têm sido baseadas principalmente nas políticas de criação de assentamentos rurais e de concessão de crédito aos camponeses”.

Por outro lado, os números mostrados pela Editorial *Brasil de Fato* (2013) indicava que, até 2013, havia cerca de mais de 150 mil famílias acampadas às margens das rodovias, espalhadas pelo Brasil afora, lutando e esperando por um pedaço de terra, o que indica que os assentamentos criados, até a presente data, foram insuficientes para atender a demanda dessa população.

Todavia, a maioria dos assentamentos criados até aqui, se deu mediante a pressão do MST, MLST e outros movimentos sociais de luta pela terra. Assim, Alentejano (2000, p.76) afirma que “muitos acampamentos ficaram anos nas beiras das rodovias sem que os trabalhadores conseguissem ser assentados. Somente com a ocupação obtiveram êxito na luta”.

Segundo o professor César Sanson em uma entrevista cedida ao editorial *Brasil de Fato* (2013), a criação dos assentamentos no território nacional acontece como um sistema pinga-pinga. O autor usa essa expressão para retratar a lentidão com que a estrutura fundiária vem sendo modificada, sendo transformada e beneficiada pela reforma agrária. Sanson (2013) verifica que “O que se assistiu nos últimos dez anos, foram desapropriações a ‘pinga-gotas’ e assim mesmo por pressão do MST. O avanço se resumiu a não criminalização dos movimentos sociais e à ampliação de convênios, muito pouco para um governo de esquerda”.

O gráfico (1) mostra o número de assentamentos rurais de reforma agrária criados em todo Brasil a partir do fim do regime militar, em 1985, até o ano de 2011. Notoriamente, nos últimos dezessete anos, o gráfico indica um grande avanço na reforma agrária nacional, porém nos últimos nove anos, os governos, do mesmo período, como afirma Oliveira (2007), não priorizou a reforma agrária como meta necessária para resolver os problemas da questão agrária no campo.

Para análise do gráfico é visto que o Governo FHC, compreendido entre os anos de 1995 a 2002, sem sombra de dúvida, foi o que mais avançou com os projetos de reforma agrária no país. Os gráficos 1 e 2 analisados, mostram com clareza os números que fez de Fernando Henrique Cardoso, o nome da reforma agrária, até a data atual. Esse governo, durante seus dois mandatos (8 anos), assentou aproximadamente 460.270 mil famílias em

quase 4.310 assentamentos, superando as 145.736 beneficiadas pelos assentamentos de reforma agrária dos governos Sarney, Collor e Itamar, de 1985 a 1994.

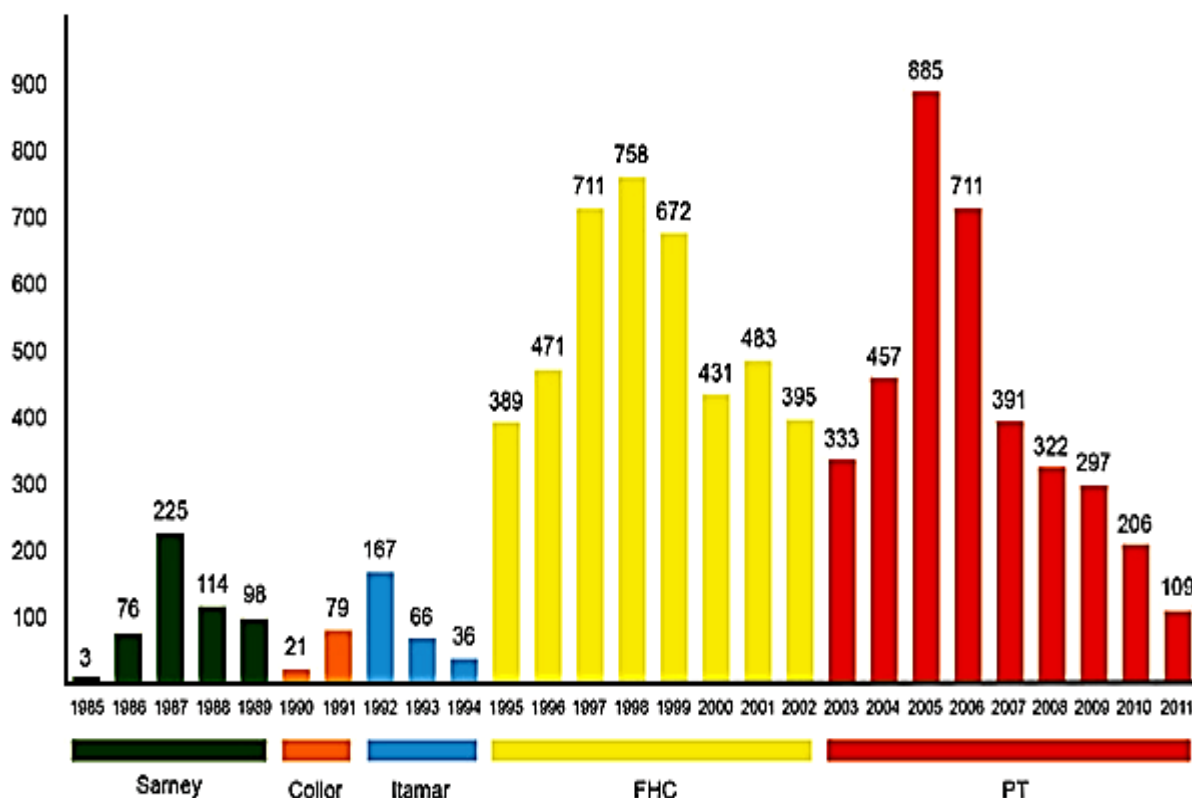


Gráfico 1: Números de assentamentos rurais no Brasil de 1985-2011.
Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus, a partir de DATALUTA (2011).

Os números da reforma agrária nacional dos governos petistas, durante os primeiros 09 anos, ficou bem abaixo da 1ª meta do II PNRA. Como mostram os gráficos do DATALUTA (2011), juntos, os dois governos (2003 a 2011) criaram e distribuíram apenas 3.711 mil assentamentos, atingindo a marca de 386.926 mil famílias assentadas. De acordo Oliveira (2007), no II PNRA realizado no 1º governo Lula, em 2003, a 1ª meta do plano era assentar, até 2006, 400 mil novas famílias, enquanto que, como se pode observar no gráfico (1), o governo levou 09 anos para assentar 386.926 famílias, o que causou uma regressão da realização da reforma agrária no país.

Como é do conhecimento de boa parte da sociedade, a reforma agrária, no Brasil, não tem conseguido se deslanchar. Os gráficos (1) e (2) mostram um avanço nos números de assentamentos rurais e famílias assentadas, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e, também, no primeiro governo do ex-presidente Lula. A partir daí, há um rápido decréscimo dos números da reforma agrária até 2011, fato que vem refletindo até os dias atuais. Mas há uma observação que deve ser feita: mesmo tendo um crescimento nos números

dos assentamentos durante os três governos, de 1993 a 2006, ambos tiveram como área de destino, para realizar a reforma agrária, a região Amazônica. Só para lembrar, Oliveira (2007) explica que destinar a “reforma agrária para a região Amazônica” vem sendo uma prática, a partir dos governos militares.

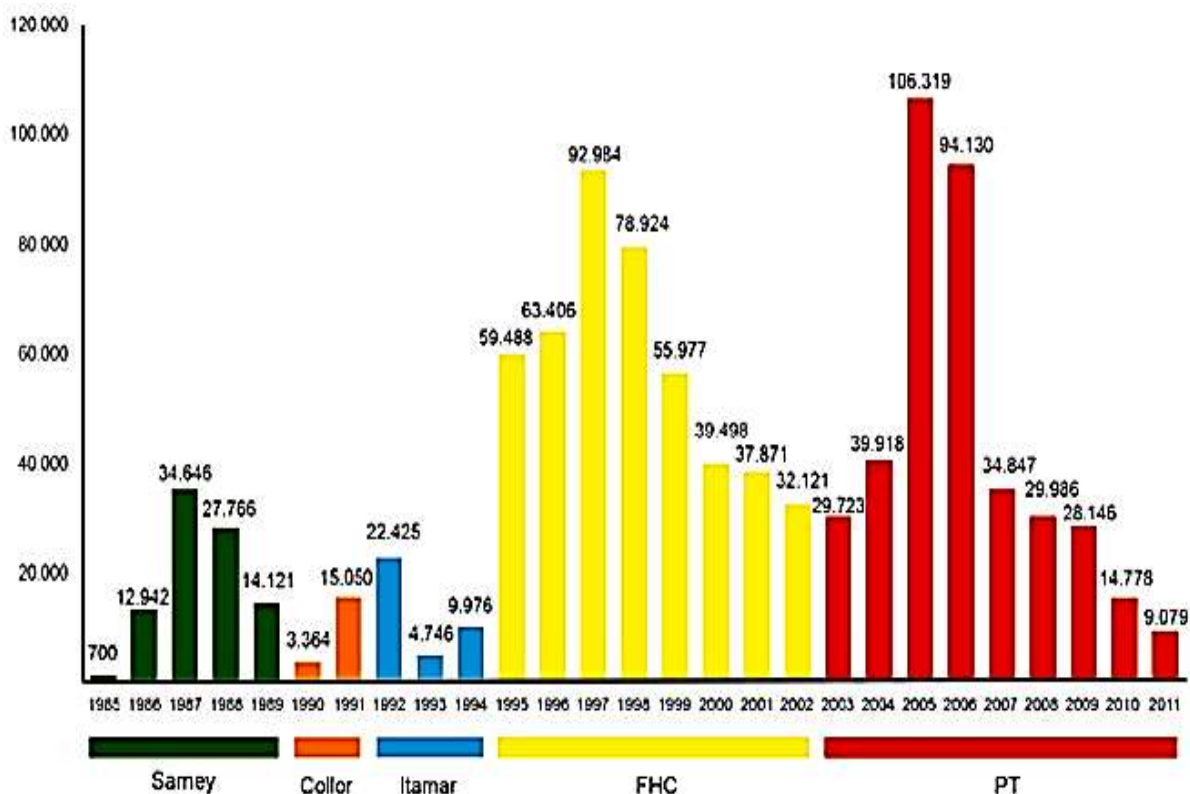


Gráfico 2: Número de famílias assentadas entre 1985 e 2011.

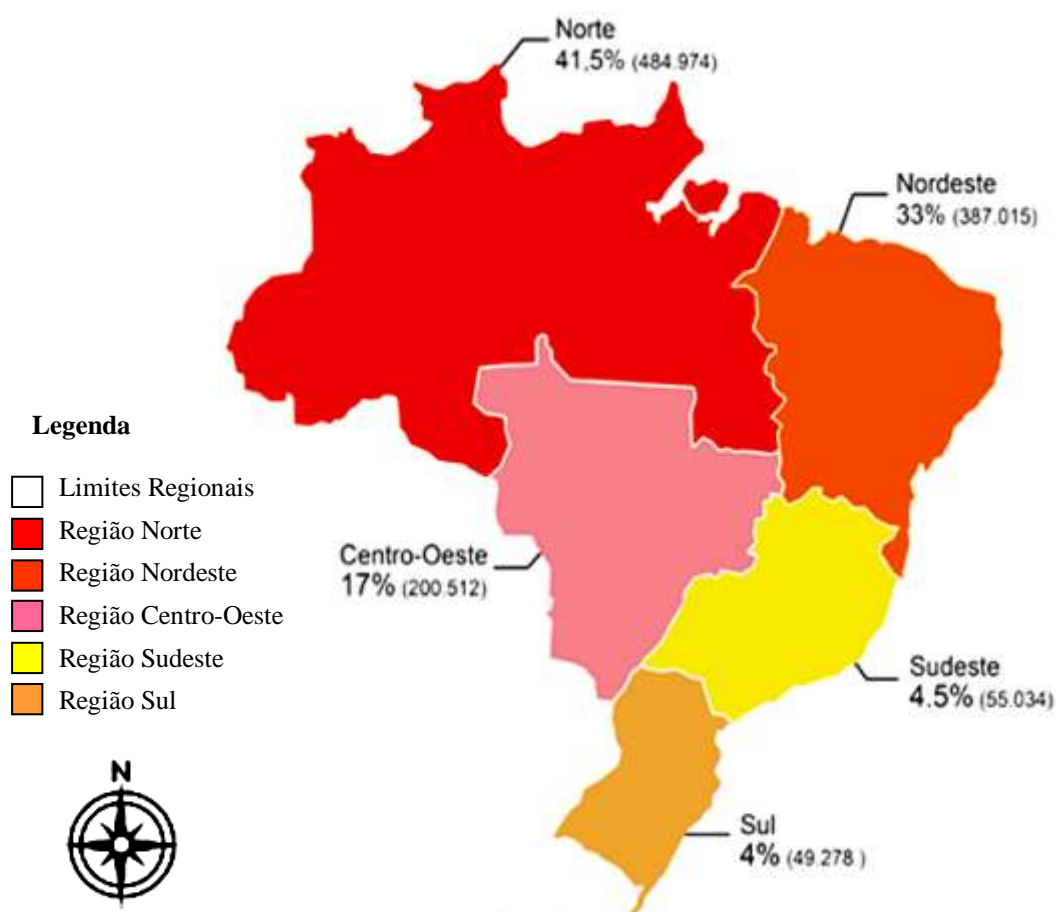
Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus, a partir de DATALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra/ www.fct.unesp.br/nera.

Nesse sentido, a região Amazônica tem servido como “válvula de escape” para os governos criarem assentamentos e assentar famílias ao longo desses últimos anos. Com isso, esses governos têm conseguido aliviar as pressões exercidas, a partir dos movimentos dos trabalhadores sem terra, em todo país.

O mapa (1) mostra a geografia das famílias assentadas em todo o Brasil, a partir de 1993. Nestes últimos anos, os projetos de assentamentos rurais, de reforma agrária no Brasil, tem se direcionado para a região amazônica e, dessa forma, tem sido a região que os últimos governos mais assentaram famílias.

Nas regiões sul, sudeste e centro-oeste só foram assentadas pouco mais de 25% famílias no período. Segundo Oliveira (2007), estas são as regiões de domínio do agronegócio

e o governo, para não desestabilizar os grandes projetos agroindustriais, deixou de fazer a reforma agrária para fortalecer o latifúndio.



Mapa 1: Geografia das famílias assentadas no Brasil de 1995-2011.
Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus, a partir de INCRA/Brasil de Fato.

A região Nordeste, por sua vez, apesar de sua estrutura física do solo ser, em sua maior parte, inviável para produção agrícola, devido às dificuldades pela deficiência hídrica da região, em aproximadamente 17 anos, foi responsável por abrigar 33% das famílias em assentamentos rurais, aproximadamente 8% a mais de todas as famílias assentadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, do país. Por outro lado, a região responsável pelo grande contingente de famílias assentadas, em todo estado brasileiro, foi a região Norte. Conhecida também por região amazônica, de 1995 até 2011, teve, segundo os dados do Brasil de Fato (2014), cerca de 42% de todas as famílias assentadas em todo território nacional, quase a mesma quantidade de todas as famílias assentadas nas demais regiões do país.

Apesar do grande número de assentamentos criados e a grande quantidade de famílias assentadas na região Amazônica, vale ressaltar, conforme apontado por Oliveira (2007), que a maioria das ocupações das terras, nessa região, sempre foi a partir de ocupações irregulares,

por imigrantes sem terras, principalmente, do nordeste e grileiros que, por sua vez, repassam as terras griladas à latifundiários. Girardi e Fernandes (2008, p.28) também afirmam que “A maior parte da ocupação é promovida pela ocupação particular e não pelos assentamentos”. A partir daí, quando essas áreas passam pelo processo de regularização fundiária, são inseridas nos números da reforma agrária nacional.

1.4 - A luta pela posse da terra na Região Amazônica

No bojo da reforma agrária nacional, sempre foi apontado que os assentamentos rurais seriam uma estratégia importante para solucionar os problemas das desigualdades sócias e da pobreza, principalmente, no campo, mas esse cenário é estruturado sob a ótica de outra realidade, a da apropriação capitalista. Prado Junior (1979) explicava que “em primeiro e principal lugar, a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do país, [...] consiste na acentuada concentração fundiária” (PRADO JUNIOR, 1979, p. 18).

Na Amazônia, a luta pela terra prevalece, desde os anos de 1950, a partir da transição do sistema extrativista para um sistema misto de agricultura e extrativismo e da expansão do capital nos anos 1960 e 1970, onde o novo arranjo econômico propiciou uma desarticulação na economia extrativista da região (CLEMÉNT, 2008). Inúmeros conflitos fundiários daí derivaram, levando a desterritorialização dos povos da floresta e a ameaça de perda de sua identidade cultural (CUNHA, 2001, p. 4).

Para Martins (1997), a ideia de um processo em que se alternam uma frente demográfica, de caráter extrativo e de subsistência e uma frente pioneira, de caráter econômico e capitalista está implícita na sua argumentação de que, na fronteira amazônica, o encontro das duas frentes sempre marca um conflito, que acaba por expulsar e penalizar o pequeno agricultor. Esse conflito faz parte mesmo do processo de incorporação capitalista onde os pequenos agricultores da frente demográfica, após limparem a terra e tornarem as áreas prontas para a produção de mercadorias, são expulsos pela chegada do capital empresarial, seja através da violência direta ou pela dinâmica de desenvolvimento econômico que se instala. Usa-se o trabalho do pequeno agricultor, ou os serviços da peonagem, em tarefas próprias de uma acumulação primitiva para se alcançar a reprodução ampliada do capital, apesar da aparente contradição que esse processo encerra (CLEMENTINO e MONTE-MOR, 2004, p.6).

Como mostra Celentano & Veríssimo (2007, p.6), o avanço da fronteira, na Amazônia, tem sido marcado por degradação dos recursos naturais, violência e por um crescimento econômico rápido, porém não sustentável na maioria dos municípios da região. Nesta conjuntura, de intensa subordinação do agro extrativismo ao grande capital na Região

Amazônica, favoreceu a multiplicação das lutas sociais no campo, se estendendo por várias regiões do país, dentre elas a Região do Bico do Papagaio.

A Região do Bico do Papagaio é uma micro região do Estado do Tocantins, que teve sua história marcada, no contexto da Amazônia legal em função dos grandes conflitos pela posse da terra durante o regime militar. No início da ocupação da Amazônia, a região do Bico do Papagaio, devido a sua localização estratégica, se consolidou como porta de entrada para a Amazônia legal. Com a chegada da Belém-Brasília, muitas empresas passaram a se instalar nessa região e a terra começou a ser vista, por quem chegava ali, (fazendeiros e grileiros), como mercadoria de muito valor. Isso levou a uma grande disputa de terras, gerando diversos conflitos. Assim, Clementino e Monte-Mor (2004, p. 3) relatam que:

Os confrontos entre fazendeiros e pequenos posseiros pelo controle da terra e dos recursos naturais na região geraram muitos conflitos e mortes ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, transformando a RBP num dos principais focos de tensão agrária do país. A violência na Região culminou com o assassinato de Padre Josimo, em 1986, religioso católico que atuava junto aos sem terra e assentados da Região organizando-os e defendendo-os em relação aos interesses dos grandes proprietários e à atuação do Estado, em seus diversos níveis. Sua morte teve grande repercussão na região, e mesmo nacional e internacional, mas apenas em 2003, um dos acusados pelo crime foi preso no sul do Pará.

Diante de todo esse cenário preocupante, que há décadas vem atravessando o contexto agrário nacional, torna-se necessário solidificar a organização do espaço agrário brasileiro, mediante normatização de uma política agrária consistente, igualitária, justa e que, de forma homogênea, contemple as necessidades do acampado ao assentado. A apropriação e a aplicação dessa ideia significa alimentar a construção de um novo modelo produtivo da agricultura no território nacional.

Nesse sentido, a maioria dos assentamentos rurais da região norte está centrada em diversos problemas que, conseqüentemente, priva o desenvolvimento dos mesmos. Esses problemas vão desde as deficiências estruturais básicas às deficiências para regularização econômica, social e ambiental nos assentamentos, o que tem dificultado o acesso aos créditos fundiários destinados pelo governo e também pelos bancos.

1.5 A dinâmica da formação territorial e distribuição dos assentamentos rurais na Região Norte brasileira

Como já relatado por diversos pesquisadores que estudam a questão agrária na Amazônia – Becker (1990; 1998; 1999; 2004; 2005), Oliveira (1998; 2007), Prado Jr. (1979),

Abramovay (2000), dentre outros –, o papel e razão justificadas pela reforma agrária, aplicada ao dinamismo do território amazônico, remete a assuntos conflituosos. O que se sabe, é que as discussões, em função de uma reforma agrária na região, vêm ganhando dimensões discursivas, a partir dos anos de 1950, no plano de reforma agrária nacional, repercutindo com mais intensidade nos dias atuais, principalmente, por causa dos conflitos em função da posse da terra.

Por outro lado, mediante as pressões ao governo, os movimentos sociais no campo, através das lutas e conquistas, vêm conseguindo, ainda que de maneira muito lenta, fazer com que os assentamentos rurais sejam criados por todos os estados da região Amazônia. Nesse sentido, foi construído gráfico 3, que mostra a distribuição em porcentagens, dos assentamentos rurais de reforma agrária, criados por estado na região norte do Brasil, de 1979 até 2010.

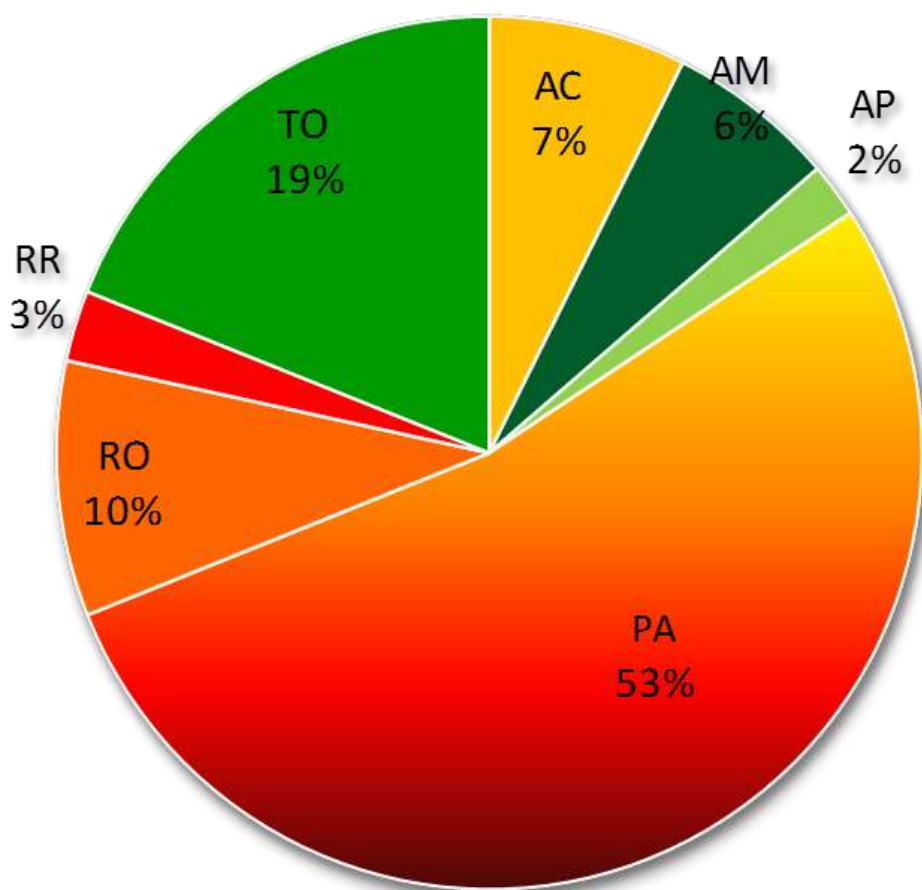


Gráfico 3: Percentual de Assentamentos Rurais por Estados Criados na Região Amazônica (1979-2010).
Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus, partir dos dados do DATALUTA, 2011.

A análise do gráfico (03) segue a partir da delimitação marcada pela cor amarela, a qual representa, em termo percentual, a quantidade de assentamentos rurais criados no Estado do Acre. Dessa forma, a análise parte da observação sobre a política de distribuição de terras, mostrando que 7% dos assentamentos de reforma agrária, criados em toda região Amazônica, estão no estado acreano. De acordo Paula (2012), no território acreano, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), através da luta de resistência na Amazônia, contribuiu para o aumento do acesso a terra, o que de acordo com o DATALUTA (2011), propiciou a criação de 146 assentamentos rurais, que beneficiou 26.548 famílias.

O Acre, que se tornou estado da União em 1963 (GUERRA, 2002), foi um dos primeiros estados amazônicos a sofrer, em seu contexto agrário, a pressão do latifúndio a partir da chegada e da expansão do capital na década de 70, o que modificou, de forma brusca, o uso da terra em seu território. Nesse momento, em que o território acreano dinamizava os problemas agrários, o INCRA, desprovido de um projeto de assentamento consistente voltado para a realidade da região, distribuía terras virgens. O órgão do governo ficou visto como fomentador da destruição da floresta amazônica (WOLSTEIN et al., 1998).

O Estado do Amazonas, caracterizado no gráfico (03) pela cor verde escura, possui uma área de 1.570.745,680 km². Segundo Clément (2008), esse estado teve sua problemática agrária iniciada na década de 1960, com a crise da borracha e o adentramento dos empresários sulistas em seu território, interessados em comprar terras para desmatar e promover a expansão da pecuária, principalmente, na região sul do Estado. As terras, ainda ocupadas por seringueiros, eram alvos desses empresários que as desmatavam, obrigando os “soldados da borracha” a migrarem para outras partes da floresta e/ou para a periferia de Manaus (CLÉMENT, 2008).

Como demonstrado no gráfico 3, o território do Estado Amazonas, entre os anos de 1979 e 2010, diante de tantos conflitos agrários entre seringueiros, sem-terras e grileiros principalmente, o governo conseguiu desapropriar e formar 125 assentamentos, o que foi muito pouco. Porém, esse número permitiu abrigar, aproximadamente, 48 mil famílias.

O estado amazonense, assim como os outros da região amazônica, é um território que possui sua história intimamente ligada ao sistema extrativista. Para Clément (2008), o estado faz parte de um sistema dinâmico que, ao longo dos tempos, vem conseguindo mudar e adaptar-se às condições econômicas e sociais, principalmente.

No Amazonas ocorreram vários programas de desenvolvimento desde o grande boom de crescimento da economia vivenciado durante o período áureo da borracha e sua estagnação em 1950. No estado, antes da Zona Franca de Manaus, a principal

receita provinha da atividade agropecuária e do extrativismo da juta e da borracha. Hoje, o modelo econômico, é a indústria de bens finais, baseado numa matriz de importações e incentivos fiscais. Este modelo, nunca surtiu e nem hoje demonstra os efeitos esperados no crescimento do estado. O que transformou o interior em bolsões primitivos de miséria. [...] Hoje, a estratégia do Estado do Amazonas é o crescimento de uma economia mais interiorizada, baseada nas potencialidades regionais, para gerar emprego e renda, juntamente com o setor industrial de Manaus (ARAÚJO & PAULA, 2009, p.143).

Outro estado que compõe a região da Amazônia é o Amapá. Este estado encontra-se localizado no gráfico (03), identificado pela cor verde relva. O estado do Amapá possui uma área territorial de 142.814,585km². Nessa área foram criados 2% dos assentamentos rurais da região amazônica, o que significa dizer que, durante o período estudado pelo Dataluta (2011), foram criados pelo governo federal 40 assentamentos rurais para assentar 12.612 famílias.

O Amapá é um dos mais jovens Estados da Federação, instalado em 1991. Segundo Santos (2010), desde a criação do então território do Amapá, em 1943, os grandes projetos geopolíticos no estado têm possibilitado fortes impasses agrários, remanescentes das raízes históricas que prevalecem e incorporam, em um sistema injusto de gestão do território, contribuindo para um modelo atual de desenvolvimento, que é incapaz de contemplar a essência da proteção social, ambiental e cultural do Estado, o que resvala no baixo índice de desapropriação de terras para reforma agrária no estado.

A transformação do Território Federal do Amapá em estado em 1988 desencadeou uma série de transformações econômicas e espaciais, que foram sentidas de forma mais intensa nas cidades de Macapá e Santana. Essas mudanças na política e economia amapaense estão relacionadas, em especial, às políticas de desenvolvimento promovidas pelo poder público e com a chegada de novos agentes do capital no estado (SANTOS, 2010, p. 62).

Ainda, segundo Santos (2010, p. 63),

A ilusão do Amapá como uma fronteira econômica ou como uma promessa de lugar de prosperidade socioeconômica, somado a uma conjuntura nacional de baixo desenvolvimento e elevados índices de desemprego, em particular nas duas últimas décadas do século XX, foram alguns dos elementos que contribuíram para o deslocamento de milhares de pessoas em busca de uma vida melhor.

Da mesma forma que os outros estados da região amazônica, no estado do Amapá, a partir da década de 1960, foram incorporados grandes projetos que provocaram intensos problemas agrários e ambientais, como por exemplo, o caso do Projeto JARÍ que, segundo Greissing (2010), o empreendimento é destinado à produção de celulose, arroz e criação de gado, o que já desmatou grandes extensões de terras na região. Conforme afirma Torrinha

(2006), no Amapá existe um elevado índice de migração rural devido aos poucos investimentos rurais e a desproporcional concentração agrícola que obriga o pequeno produtor agrícola ou familiar a partir para a cidade, em busca de trabalho e renda.

A cor vermelha sol, que ocupa a maior fração no gráfico (03), representa, em termos percentuais, a distribuição dos assentamentos rurais no estado do Pará. Com 53% dos assentamentos da região norte do país, os números do DATALUTA (2011) mostram que, os governos federais, de 1979 até 2010, criaram 1052 Projetos de assentamentos e, ainda, assentou 260.486 famílias.

No contexto da reforma agrária nacional, o estado do Pará, como mostra o gráfico (3), é um dos estados em que o governo mais promoveu a distribuição de terras para a criação de assentamentos rurais, no Brasil. De acordo com Le Tourneau e Bursztyn (2010), o fato de criar esse grande número de assentamento, para assentar esse contingente populacional na região amazônica, partiu de interesses do INCRA, pois o mesmo sofria pressão governamental para cumprir suas “metas ambiciosas”, logo após a democratização nacional.

O Pará é o segundo maior estado da federação, com uma extensão territorial de 1.247.689,515 km². É o mais populoso e rico da região amazônica e, também, o que mais tem apresentado conflitos pela posse da terra e violência na terra nos últimos anos, em todo território nacional (OLVEIRA 2007). Segundo Machado (1999), esse estado vivenciou, no século XIX e início do século XX, o momento de um forte avanço econômico impulsionado pela a exploração da borracha, conhecida como a “droga do Sertão” (LITTLE 2002).

Com a decadência do 1º ciclo da borracha, o estado passou a enfrentar uma estagnação econômica (DIAS & DIAS 2007). Só mais tarde, na década de 1960, através do desenvolvimento da agricultura na região sul do estado, é que a crise econômica paraense começou a ser aliviada. Em fins da década de 1960 e início dos anos 70, a economia do estado do Pará voltou a se desenvolver novamente, dessa vez, além da expansão agrícola, dá-se início a um processo de exploração dos recursos naturais na região sudeste do Pará, como a extração do ferro na Serra dos Carajás e do ouro em Serra Pelada, iniciando, aí, um contexto agrário conflituoso em função da valorização da terra (SERRA *et al*, 2004).

Segundo Casaldáliga (1971), em 1966, foi criada a Superintendência de desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a qual tinha o objetivo de fomentar o desenvolvimento da Amazônia, a partir dos incentivos fiscais e financeiros do governo federal, para atrair investidores nacionais e internacionais. A SUDAM extinguiu-se em 2001, devido às denúncias de corrupções da própria entidade no gerenciamento de programas destinados à Amazônia legal. Através das investigações, o Ministério Público e a Polícia

Federal descobriram o forte esquema de desvio de dinheiro, liderado pelo ex-governador do estado Pará, Jader Barbalho (GRAEFF, 2002).

Ainda, segundo Craeff (2002), com a extinção da SUDAM, na época, o Governo FHC criou ainda em 2001 a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), que tinha os mesmos objetivos que a SUDAM. Em 2003, com a chegada, após ser eleito presidente do Brasil, o governo Lula recria novamente a SUDAM, em 2003, e extingue a ADA (LIRA, 2008, p. 21).

Mesmo com esses grandes projetos, o contexto agrário do estado do Pará não conseguiu se organizar. Dessa forma, apenas a expansão agrícola avançava sobre o território paraense, propagando desigualdades sociais, ocupando e destruindo as matas para a expansão do capital.

De qualquer forma, com a utilização dos incentivos fiscais, foi dada uma outra direção para o desenvolvimento da região, não exatamente no sentido de correção dos desequilíbrios regionais, mas no sentido de aprofundar a integração da região no processo mais amplo de concentração e centralização do capital no âmbito do espaço nacional. Do mesmo modo, como essa integração subordinou um papel diferenciado e complementar à economia da região, distinto do ocorrente na região mais dinâmica do país, atuou não no sentido de corrigir as desigualdades de desenvolvimento existentes, mas sim no de produzir essas desigualdades, agora sobre a lógica do capital (LIRA, 2005, p.98).

Na região sudeste paraense, em Serra Pelada, por exemplo, o que resultou foi uma grande concentração de terras para a produção pecuarista de um lado, e uma segregação social total, do outro, principalmente, após a desativação do garimpo local (SANTOS, 2002). Outro ponto importante que vale apenas destacar, é que o modelo de desenvolvimento Amazônico contribuiu não apenas para o avanço do latifúndio, mas também para a degradação ambiental.

Isto leva a crer que:

Embora se reconheçam como lentos os avanços no modelo de distribuição de terras no País, ocorre que, após séculos de proteção ao latifúndio, o que se verifica no Brasil é a existência de uma estrutura já cristalizada de favorecimento de interesses da grande agricultura, portanto, muito difícil de ser rompida e substituída por um modelo mais democrático de acesso a terra e ao crédito (SILVA E HOMMA, 2007, p. 03).

Diante disso, apesar de tanto descaso voltado para a distribuição de terras no Brasil e uma prioridade voltada para o crescimento econômico do país, apoiado no agronegócio, o estado do Pará foi o território da federação onde mais houve desapropriação de terras para a formação de assentamentos rurais. Como se sabe, boa parte dos assentamentos criados e

regularizados pelo governo é decorrente da necessidade do governo em amenizar a pressão pela reforma agrária no país.

Outro estado da região amazônica, discutido dentro do contexto agrário da região norte brasileira, é o de Rondônia. Esse estado ocupa uma área de 237.576,167km², com aproximadamente 1,6 milhões de habitantes, sendo considerado o terceiro mais populoso da região amazônica (IBGE, 2012). Em função desse contingente populacional, Rondônia possui uma população bastante diversificada que imigrou de diversas regiões do país. Segundo Becker (1990), a gênese de ocupação do estado de Rondônia, está ligado ao processo da criação de projetos de colonização pelo INCRA, através da indução de fluxos migratórios, da construção da BR-364 e pelo estabelecimento de polos de desenvolvimento.

Como mostra Tavernard (2010), o então Território Federal de Guaporé que nasceu em 1943, passou a ser chamado de Rondônia em 1956. Como afirma Santos (2009, p. 5), até meados dos anos de 1970, a economia do estado era baseada, também, na extração da borracha, da Castanha-do-Pará, do ouro e da cassiterita. A partir dos anos 1970, com os incentivos fiscais feitos pelo governo federal, aos empreendimentos privados, os investimentos nos projetos que viabilizaram a construção de rodovias e implantação de núcleos de colonização, feitos pelo governo, é que fez com que a economia do estado começasse a se alavancar.

Como escrevem Souza & Pessoa (2007, p. 5),

O então Território Federal de Rondônia constituiu-se, a partir de 1970, em um verdadeiro laboratório dos projetos militares para a Amazônia. Entre 1970 e 1978 foram instalados sete projetos dirigidos de colonização em Rondônia, com o assentamento de 23.210 famílias de colonos. Juntamente com as famílias instaladas nos projetos do Estado Militar, veio para o estado um imenso fluxo migratório espontâneo.

Como afirma Becker (1990), a construção de rodovias, a implantação dos projetos no estado e o fácil acesso a terra de qualidade e barata, incentivara a migração de investidores interessados em fazer investimentos no ramo da indústria madeireira e da atividade pecuarista. Outro fato importante que contribuiu, ainda mais, para atrair os imigrantes para a região foi a descoberta do ouro e da cassiterita entre os anos 60 e 80 do século XX (NASCIMENTO, 2010). Nessa época, os problemas agrários e ambientais começaram a se manifestar de maneira mais avantajada.

Para justificar a dinâmica social no território rondonense, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial de Rondônia explica que:

Cada território se caracteriza pela diversidade de visões e interesses que buscam construir espaços de concertação, onde ocorrem articulações, entendimentos e negociações. Este espaço deve ser um fórum privilegiado e se constituir numa nova institucionalidade, agora de âmbito territorial, onde seja garantida e legitimada a presença dos diversos atores sociais existentes no espaço do território (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 2006, p.9).

Em 1982, Rondônia é reconhecida como estado e tornou de 2002 a 2010 um dos estados mais ricos da região norte do Brasil, sendo o 2º estado nacional que mais elevou o crescimento econômico nos últimos anos, IBGE (2010). Porém, com o fim dos projetos do governo, o fim dos investimentos no estado e desvalorização das terras, devido ao seu esgotamento para o desenvolvimento da pecuária, Rondônia passou a impossibilitar o desenvolvimento da economia estadual, o que causou graves problemas sociais e ambientais, provenientes da devastação florestal ocorrida nos anos anteriores.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (2006, p.12) o intenso fluxo de migrantes em busca de terras, nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX, trouxe consequências negativas sobre a cobertura florestal do estado. Os intensos desmatamentos, nas últimas décadas, predominaram nas atividades antrópicas: culturas agrícolas, perenes e temporárias, pastagens e capoeiras.

De acordo com dados do IBGE (2000), somente na década de 1970 a população rondoniense cresceu 16,03%, enquanto o crescimento nacional cresceu apenas 2,48% no mesmo período. Os lotes demarcados pelo governo militar, no entanto, não foram suficientes para assentar nem mesmo metade da população migrante (SOUSA & PESSOA 2009, p.3).

Diante desse contexto, foram criados dois projetos de colonização: Projetos Integrados de Colonização (PIC) e Projetos de Assentamento Dirigido (PAD). Ambos tinham como objetivos, usar a mão de obra dos colonos, nos projetos ligados aos grandes empreendimentos capitalistas. Porém, esses projetos não conseguiram absorver o contingente populacional que migrava para o estado de Rondônia (SOUSA & PESSOA, 2009).

O que se sabe, é que esses projetos além de serem, ideologicamente, criados para atender os colonos, serviram apenas para aumentar o agravante agrário no estado de Rondônia. Segundo Sousa & Pessoas (2009, p. 10), somente a partir das décadas de 1970 e 1980, é que o estado começa a criar projetos de assentamentos rápidos. Mesmo assim, haviam uma intenção do estado de promover a expansão do capitalismo local.

O Projeto de Assentamento Rápido foi criado, em 1980, como meio de solucionar o excedente de 23 mil famílias localizadas em lotes de outros ou núcleos urbanos, e tiveram uma diferença marcante: Reduziram pela metade a área dos lotes, que

passou a ser de 50 hectares, e não possuem linhas que possibilitem seu acesso (CUNHA, 1985, p. 62).

Em síntese, o que se observa em todo o contexto territorial do território rondoniense, é que a aceleração na formação dos assentamentos no estado foi, principalmente, porque o governo queria evitar os diversos conflitos pela posse da terra. Com isso, entre os anos de 1979 a 2010, os dados do DATALUTA (2011) mostram que foram criados, no estado, aproximadamente, 187 assentamentos, representando 10% dos assentamentos da região norte, como mostra a fatia de cor laranja exposta no gráfico (03). Esses assentamentos foram ocupados por 52.596 famílias (DATALUTA, 2011).

No estado de Roraima, a formação dos primeiros assentamentos rurais assim como o garimpo seguiu a partir de um modelo atrativo para a população do estado (DINIZ, 2008). O denominado Território Federal de Roraima, de 1962, passou a ser reconhecido como Estado em 1988 pela constituição Federal, sendo também uma das 27 unidades da federação, que possui uma área de 224,3 mil km², situada dentro da região amazônica.

O processo de colonização da região foi, ligeiramente, incentivado no final do século XIX, com formação de fazendas do território nacional. Entretanto, a estabilidade populacional do estado só foi efetivada com o surgimento dos garimpos de ouro e diamante no século XX, os quais atraíam pessoas de diversas partes do país. Segundo Clementino (2004), a imigração e o processo de exploração desenfreada passaram a provocar diversos conflitos seguidos de mortes por assassinatos e também por doenças da população indígena.

Um dos fatores importantes que levou a expansão da ocupação do território de Roraima foi a implantação da rodovia BR-174 (MOURÃO, 2008). Com a abertura da rodovia, muitos imigrantes passaram a ocupar as terras do estado. Com o apoio do poder público municipal, do governo do estado e o INCRA, essas terras tornaram-se assentamentos regularizados. Diante disso, além dos colonos vindos de outras regiões e o processo de povoamento no estado, despertou também o interesse de madeireiros e pecuaristas do estado de Roraima que, através da colonização, procuraram participar do processo de apropriações de terras (MOURÃO 2008).

Ainda, segundo o mesmo autor, “[...] um grande número de imigrantes começou a ocupar suas terras, de forma espontânea e com apoio da Prefeitura de Caracaraí, estes programas de assentamentos foram regularizados anos mais tarde, pelo governo do Estado e pelo o INCRA” (MOURÃO, 2008 p. 3). Como afirma Arantes (2009), os modelos projetos de assentamentos dirigidos, foram os primeiros a serem criados no território de Roraima ainda em 1979. A partir de 1988, com a criação do estado de Roraima, vários assentamentos de

reforma agrária foram criados, no entanto, esse foi o segundo estado da região norte que o governo federal menos criou projetos de assentamentos, ficando à frente, apenas, do estado do Amapá, que possui 2% de todos assentamentos criados na referida região.

O gráfico (03), mediante uma fração de cor vermelha, apresenta os números da reforma agrária no estado de Roraima, a partir de 1979. Em alguns casos, boa parte desses assentamentos foi criada mediante alguma forma de reivindicações pelos movimentos sociais. Os dados do DATALUTA (2011) mostram que, em Roraima, até 2010, totalizaram 3% dos assentamentos de toda região da Amazônia Legal, o que somou 52 assentamentos. Nestes foram assentadas, aproximadamente, 20.178 famílias.

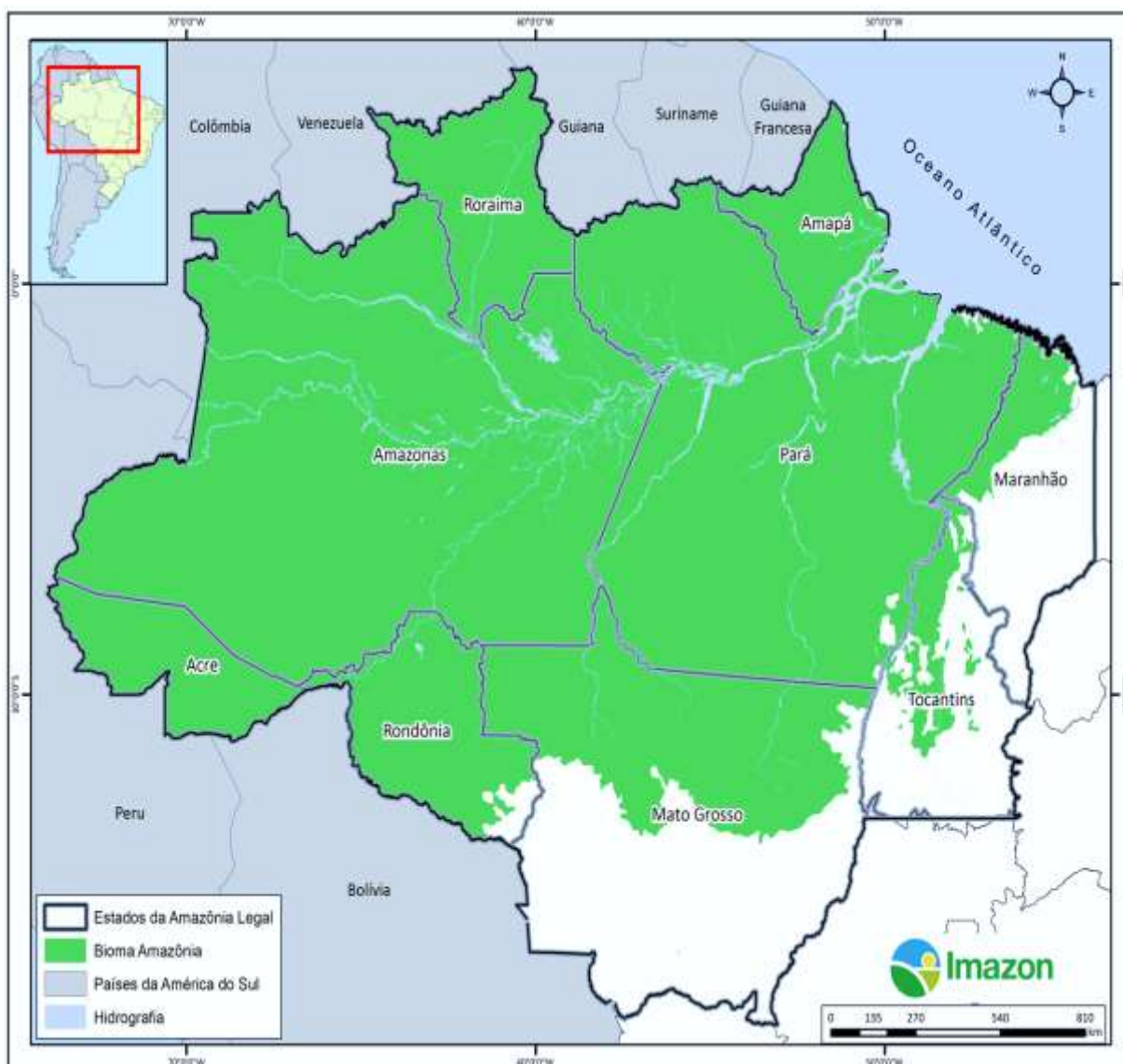
O contexto agrário do estado do Tocantins segue as linhas, de fato, de todos os estados da região norte, pois assim como os outros estados, ele também conta com uma estrutura fundiária instabilizada, fato que está diretamente ligado com expansão da fronteira agrícola. Nesse sentido, Alentejano (2011, p.2) explica que “o movimento de concentração foi puxado pelas grandes culturas de exportação, pela expansão do agronegócio e pelo avanço da fronteira agropecuária em direção à Amazônia - impulsionada pela criação de bovinos e pela soja”.

O estado do Tocantins caracterizou-se ao longo de sua história, pelo domínio dos grandes latifundiários criadores de gado. Com a expansão agrícola na Amazônia, aos poucos o estado vem sendo alvo dos empresários do ramo do agronegócio que cultivam as monoculturas da soja e do eucalipto (CANUTO, 2004). O estado do Tocantins, como mostra no mapa (1), possui uma dimensão territorial de 277.620,914 km². Está localizado no sudeste da região amazônica, no norte do país e, também, integra aos estados que compõem a Amazônia Legal.

A Amazônia Legal é uma região estabelecida por lei, pelo governo federal brasileiro, no ano de 1953, com o objetivo de planejamento regional. Segundo Souza (2008), essa região possui uma área de aproximadamente 5 milhões de km². É composta por nove estados da federação, sendo sete estados da região norte, composto por: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins, além dos estados de Mato Grosso da região central e o estado do Maranhão, da região Nordeste do Brasil.

A região que compõe a Amazônia Legal contraiu, ao longo de sua ocupação, diversos problemas, envolvendo disputas e interesses locais, regionais, nacionais e internacionais (TODESCO, 2013). A falta da realização da reforma agrária tem proporcionado a essa região, deficiência na sua infraestrutura básica, uma distribuição irregular de pessoas, a formação do

latifúndio, a exploração dos recursos naturais de forma inadequada, conflitos agrários e outros.



Mapa 2: Os estados que compõem a Amazônia Legal no Brasil.

Fonte: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON). <http://www.imazon.org.br/mapas/amazonia-legal/view>.

Tocantins teve sua origem marcada no final do governo militar, a partir de 1985. A criação desse estado se deu a partir dos problemas causados pela falta de infraestrutura no antigo norte goiano. Como relata Rodrigues (2012), os governos do estado de Goiás sempre priorizavam as outras regiões do estado em detrimento da sua região norte, sempre esquecida e marcada pela ausência de infraestrutura básica, mantendo assim, na região, uma população marginalizada com a falta das políticas públicas do estado.

Diante disso, essa população e algumas autoridades locais decidiram reivindicar, junto ao governo Federal, o desmembramento da região norte goiana, do estado de Goiás. Várias

tentativas em função de desmembrar essa região foram feitas. Uma das tentativas foi realizada ainda em 1966, pelo professor Samuel Benchimol da universidade de Manaus (SILVA, 1996, p. 161; BENCHIMOL, 1966). Porém, como relata Clementino & Monte-Mor (2004, p. 8), só em 05 de outubro 1988, com a Constituição Federal, a região norte goiana é desmembrada e deixa de ser território de Goiás, formando o então o mais novo estado brasileiro, o estado de Tocantins.

O estado do Tocantins possui uma vegetação muito diversificada, em todo seu território, sendo que a vegetação predominante é o Cerrado. Banhado pelas bacias do rio Araguaia-Tocantins, o estado, em quase toda sua totalidade, cerca de 60% do seu território, possui um solo arenoso, rico em alumínio e de baixa qualidade produtiva (KLINK & MACHADO, 1997). O clima do estado é caracterizado por um clima tropical e seco, o que deixa a vegetação vulnerável e susceptível às queimadas, no período seco do ano.

Mesmo com um solo de qualidade inferior aos demais solos produtivos da região norte do país, Tocantins tem sua economia pautada na agroexportação, tendo como principais produtos a soja e a carne bovina. As Rodovias BR 153 e 226 que dividem, praticamente, o estado ao meio, facilitaram a instalação de grandes latifúndios e empresas do agronegócio, como é o caso da Suzano, empresa que se instalou no norte do estado para produzir eucalipto. Segundo afirma Brito (2009, p.111), outro fato que contribuiu para a presença do agronegócio, no estado, foi a hidrovía Araguaia-Tocantins.

Por outro lado, o estado de Tocantins, assim, também, como os outros estados da Amazônia Legal, é marcado pela presença de conflitos pela posse da terra. A nova “onda verde”, como é conhecido o cultivo da soja e do eucalipto no estado, vêm apropriando do Cerrado, devastando-o e comprometendo, sobremaneira, os recursos hídricos, provocando o êxodo rural e tensões entre trabalhadores rurais e latifundiários, principalmente, na região norte do estado. Nesse contexto, uma das regiões que mais se destacou, por apresentar focos de diversos conflitos pela posse da e na terra, é a Região do Bico do Papagaio.

Como certifica Lopes (2013, p. 12):

Estas regiões no Tocantins com maior índice de trabalho escravo – o Extremo Norte e Centro- Norte – são áreas que correspondem a uma transição do Cerrado para a mata equatorial, isto é, são áreas que fazem parte da expansão de desmatamento para dar lugar às pastagens, às lavouras de soja e ao carvão. Tais regiões também foram locais de conflitos pela posse da terra no final da década de 1960 e início da década de 1970, quando vários trabalhadores rurais foram vítimas da violência e da barbárie que aconteceu na Guerrilha do Araguaia.

Na metade da década de 1970, a Guerrilha do Araguaia chegou ao fim, mas os conflitos pela posse da terra na região, envolvendo fazendeiros, grileiros e posseiros durante todo período do regime militar, persistiram até 1985. Por outro lado, através desses embates, os movimentos sociais, com apoio da CPT e outras entidades, têm conseguido pressionar o governo pela realização da reforma agrária no estado do Tocantins e, ainda que de forma lenta, alguns assentamentos têm sido criados para atender milhares de famílias, em todo o estado.

De acordo o banco de dados do DATALUTA (2011), os dados apresentados no gráfico (03) mostram que foram criados 375 assentamentos no estado do Tocantins, representando uma porcentagem de 19% de todos os projetos de assentados criados em toda região norte do país. Como é apresentado pela cor verde limão no gráfico, esses assentamentos foram responsáveis por abrigar, aproximadamente, 24.300 famílias.

Como via de regra, muitos desses assentamentos, da mesma forma que na maioria dos outros estados da Região Norte, foram criados pelo governo, a fim de minimizar as pressões feitas pelos movimentos sociais e, também, para tentar conter os altos índices de conflitos e violência pela posse da terra nos estados. Outro agravante é que segundo muitos beneficiários da reforma agrária no Tocantins, como é o caso dos assentados do PAAT, afirmam que a maioria dos assentamentos distribuídos pelo governo é de péssima qualidade, e chega dificultar até mesmo a sobrevivência do próprio assentado.

Como se pode perceber são muitos os desafios enfrentados pelas famílias de trabalhadores rurais, após a conquista da terra. Oliveira (2007) mostra que após as famílias receberem seus lotes, elas ainda precisam lidar com “(...) a luta para permanecer na terra, encarar os desafios da falta de infraestrutura, falta de recursos, a convivência com pessoas de origens diferentes e os problemas relativos a adaptação num outro espaço” (OLIVEIRA (2007, p.166).

Em fim, este trabalho prima por apontar elementos básicos do contexto agrário nacional e do processo histórico e político que tem influenciado na formação dos assentamentos rurais no Brasil, na Região Amazônica, a partir dos anos de 1970 até 2010. Assim, foram resgatados alguns problemas do processo de ocupação da Amazônia legal, principalmente, no regime militar, o que tem fomentado a desorganização fundiária de diversos estados da região.

O Brasil, após 500 anos de história, ainda não conseguiu se consolidar como nação soberana e independente, quando se trata dos problemas agrários no país. Durante todo esse tempo, o país não teve a capacidade de construir um projeto consistente de interesse popular,

voltado ao contexto agrário que atendesse toda a demanda nacional. Porém, o que a sociedade tem acompanhado, durante esse período, foi um país de contrastes, um governo ausente e repressivo com o movimento campestre e, ao mesmo tempo, democrático e motivador ao desenvolvimento latifundiário, no território nacional.

Dessa forma, resta apenas uma alternativa para os movimentos sociais: lutar pela terra. Esta luta é, para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, como a busca de um refúgio. Diante do liberalismo exacerbado, que sempre protegeu os interesses dos latifúndios, milhares de pessoas foram e estão sendo vítimas do êxodo rural, do subemprego e da marginalização social, diariamente, no Brasil. E isso tem contribuído, ainda mais, para a formação de uma classe unida, com um sonho comum a todos: a busca pelo seu lugar no espaço, um pedaço de terra para sustentar sua família e viver dignamente.

Porém, a Reforma Agrária nacional tem sido colocada como uma proposta dos governos para conter os conflitos agrários, desde o fim do regime militar, sem ou quase nenhum interesse em desenvolver as políticas sociais no campo. Diante do que foi discutido, nesse trabalho, no contexto temporal de 1979 até 2010, fica nítido que o agravante histórico dos problemas agrários só tem aumentado a luta pela posse de terra. A violência provocada pelos latifundiários e a ineficiência do estado na aplicação das políticas públicas e justiça sociais no campo evidenciam que a verdadeira reforma agrária, a cada dia, torna-se uma utopia.

Faz-se necessário entender que a luta pela posse legal das terras, no Brasil, pelos movimentos sociais, só é possível mediante os conflitos, primordialmente, entre trabalhadores sem-terra, trabalhadores rurais e indígenas contra latifundiários e o governo. Muitas das vezes, esses conflitos são sangrentos e com vítimas fatais. No território nacional a conquista da terra tem se tornado uma tarefa árdua, e na região amazônica esse agravante tem crescido, ainda mais, visto que os latifundiários fazem parte da administração pública ou possuem apadrinhamento político, o que fazem deles ‘protegidos da justiça’.

É incoerente dizer que não houve distribuição de terras para os trabalhadores rurais no Brasil. Mas é visível que os problemas relacionados às mesmas têm tomado dimensões muito maiores no que diz respeito à pobreza e à miséria social, nos diversos projetos de assentamentos criados, praticamente, em todo território nacional.

O que se observa, do período estudado até a atualidade, é um crescimento linear da pobreza e da miséria no campo, ao passo que a internacionalização da produção e concentração de poder ao latifúndio se desenvolve. Esse processo inescrupuloso trava as

relações do camponês com a terra e viabiliza a participação efetiva das políticas econômicas, no território dominado pelo agronegócio.

Com isso, os problemas sociais, ambientais e culturais são cada vez mais agravados em seu *habitat* de origem, em função do modelo concentrador o que, através da tecnologia, permite ser mais preciso nesse processo. Assim, a massa social, impulsionada pelo êxodo rural, é obrigada a encontrar alternativas que justificam a sua sobrevivência e, na maioria das vezes, essa grande porção da população camponesa tem como seus “aliados” a resistência do governo em desenvolver a reforma agrária e a violência dos grandes proprietários de terras.

Destaca-se, ainda, nesse contexto, o expressivo recrudescimento ao MST nos estados da Amazônia Legal, aonde o governo federal, através dos seus órgãos públicos, vem se impondo com todo rigor para conter os conflitos agrários, prendendo e expedindo mandados de despejos. O registro dessas ocorrências se verificou até nas ocupações das terras públicas dos estados da Região Norte, ao passo que as áreas públicas foram e vem sendo ocupadas pela figura dos grileiros que operam “sem restrição”.

Todavia, o Pará, por exemplo, se destaca pelo seu comportamento *sui generis*, onde o estado apresenta um expressivo crescimento da violência no campo. Por outro lado, o estado exerce uma forte repressão aos movimentos sociais, enquanto que o combate ao trabalho escravo e as prisões dos mandantes e assassinos dos trabalhadores e líderes sindical são ignorados.

Desse modo, a democratização da propriedade da terra, expressaria, nesse contexto, o principal modelo de uma estrutura agrária, necessária para iniciar construir o novo cenário que contrapõem o modelo atual. Assim, o sonho de décadas que a sociedade vem alimentando, possa enfim, ser a realização daqueles que, em anos de luta, já sofreram diversos tipos de repressões em nome da tão sonhada reforma agrária nacional.

Portanto, os assentamentos rurais requerem urgentemente políticas do governo bem formuladas e consistentes que viabilizem, de forma igualitária, o avanço social de cada família dos assentamentos, em todo território nacional. Desse modo, a produção justa e legal da terra justificará, de maneira positiva, para garantir a permanência do trabalhador e trabalhadora na terra.

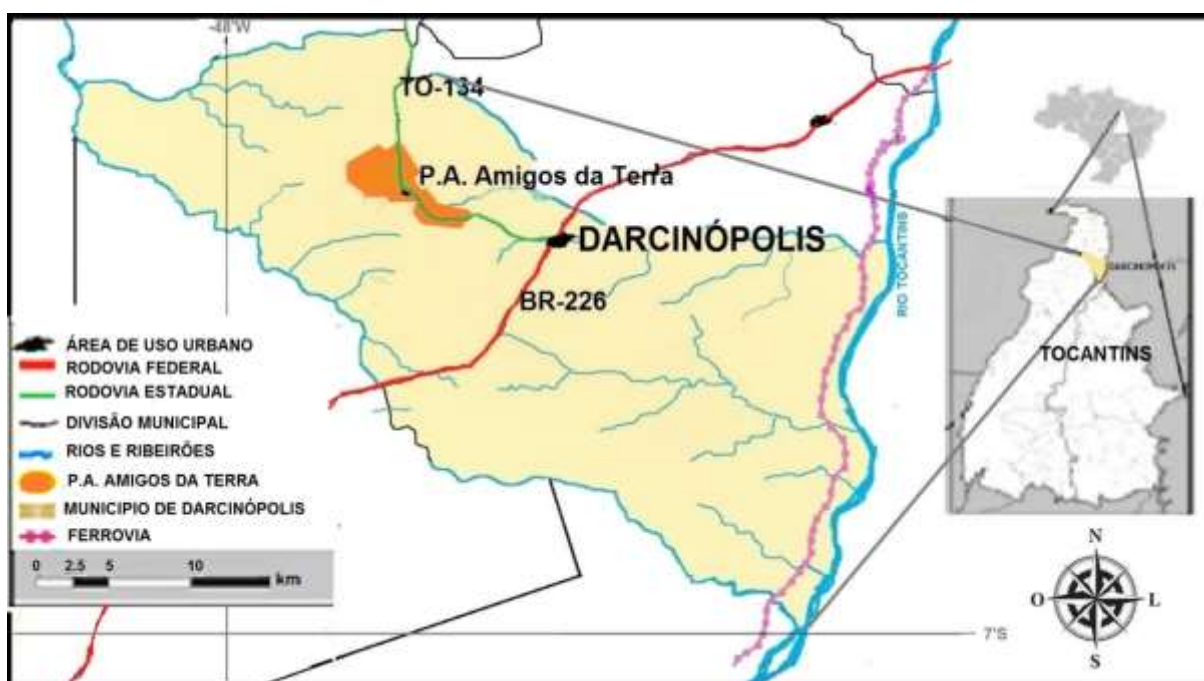
Enfim, nesse modelo é preciso que a agricultura seja construída de forma organizada para produzir alimentos saudáveis, a fim de sustentar a toda comunidade camponesa dos assentamentos e também de certa forma, esse alimento possa chegar de maneira acessível, principalmente às famílias de baixa renda na zona urbana. Para isso, torna-se necessário a criação de políticas públicas que priorize e estimule o desenvolvimento de uma agricultura

diversificada, dentro de cada unidade de produção dos assentamentos, partindo de uma visão agroecológica e que não degrada o meio ambiente. Além disso, o programa de compra direta do Governo Federal deverá ser ampliado para absorver e garantir a compra da produção de cada agricultor familiar.

CAPÍTULO II - OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO TERRITORIAL DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AMIGOS DA TERRA.

O projeto de Assentamento Amigos da Terra⁴ encontra-se localizado às margens da rodovia TO 134, ao oeste do município de Darcinópolis no estado do Tocantins. Segundo os dados do IBGE (2008), “o município de Darcinópolis localiza-se a uma latitude 06°42’47” sul e a uma longitude 47° 45’ 35” oeste, estando a uma altitude de 305 metros, fazendo parte da micro Região do Bico do Papagaio.

O mapa (3) permite uma melhor localização da área do PA Amigos da Terra.



Mapa 3: Localização do PAAT.

Fonte: SOUSA, Felex Martins (2013).

O processo de formação do Projeto do Assentamento Amigos da Terra não foi diferente da formação de outros Projetos de Assentamentos (PA's) ocupados e formados no Brasil, pois foram através das reivindicações e lutas sociais, que esse território foi conquistado. Fernandes (1998) afirma que a luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação.

Para que de fato a Reforma Agrária acontecesse para as famílias que, hoje, ocupam o PAAT, foram feitas intensas negociações entre os trabalhadores, a proprietária da terra e o

⁴ O Projeto de Assentamento Amigos da Terra criado em 1999 faz divisa ao oeste e sudoeste com a Comunidade Vale do Corda e Ilha Verde. Ambas são comunidades que surgiram na década de 1980, sob grandes impasses agrários em terras da união e que de acordo Jesus (2011), em 1986, conseguiram a posse dessas terras. Ao norte e leste faz divisa com uma fazenda de pecuária de corte, ao nordeste e sul faz divisa com a monocultura da soja, e ao sudeste faz divisa com plantação de eucalipto.

governo. Embora tenha havido uma luta pela conquista da terra, não ocorreu violência física a nenhuma das partes envolvidas no processo.

A luta pela posse da terra na RBP, nem sempre aconteceu de forma pacífica. Na maioria dos casos, os confrontos foram armados e violentos, em que o latifundiário, com seus capangas e/ou até mesmo a polícia, exerciam pressões psicológicas e executavam trabalhadores, provocando perdas irreparáveis para as famílias camponesas, maculando ainda mais, a história do contexto agrário nacional. Vale ressaltar que a ocupação de latifúndios tem constituído a principal ação na luta pela terra no país.

Historicamente, o campo brasileiro tem sido cenário de violentos conflitos sociais. Neste sentido a região do Bico do Papagaio, que envolve os estados do Tocantins, Pará e Maranhão, tornou-se uma das mais violentas do país. Ali a luta pela posse da terra, onde a grilagem e a pistolagem têm sido prática constante, têm causado centenas de vítimas durante os últimos anos. Estas vítimas têm sido dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais, líderes religiosos, parlamentares e, mais (...), membros do Movimento dos Sem-terra. (PORTO-GONÇALVES 2000, p.202).

No PA Amigos da Terra não houve confrontos violentos e nem morte, porém, as famílias que lutaram para ter seu espaço naquele território, sofreram bastante com o descaso do INCRA, o único órgão do governo responsável pelo processo agrário na RBP. Após a conquista da terra, aquelas famílias resistiram, ali, com muitas dificuldades, enfrentando sede e fome. Alguns chegaram a abandonar o lote para não ver seus filhos morrerem de fome.

As famílias que ocuparam o Projeto do Assentamento Amigos da Terra foram privilegiadas pelo fato de não ter enfrentado conflitos armados. Por outro lado, aqueles que chegaram ao local, no início da luta, e permaneceram no assentamento, experimentaram intensas dificuldades. Para superá-las, tiveram que dispor de bens materiais, vender sua força de trabalho ao latifúndio etc. Tudo isso, para que pudessem resistir, até que o INCRA decretasse o corte dos lotes, para que as famílias pudessem começar a trabalhar na terra e construir, naquele território, a sua identidade.

2.1- Território e Identidade

Diante das diversas discussões dentro da Geografia, os debates travados sobre o espaço vivido tem ganhado um campo para um debate muito maior e ainda tem criado dicotomia no campo dos estudos por diversos geógrafos nacionais. Com isso, é possível observar, dentro dessa temática, as categorias de análises geográficas e compreender que o espaço vivido, o lugar, a paisagem e o território têm sido fontes importantes para esse debate.

Vale apenas destacar que, nesse sentido, o território, na visão abordada por Gilles Guattari (1995; 1996; 1997), é enfatizado em uma linha de pensamento onde o mesmo é tido como objeto de desejo. Dessa maneira, o território passa a ser discutido de uma maneira mais aprofundada a partir do material e do simbólico.

Nesse contexto, apesar dessas categorias da geografia possuírem uma relação muito importante nessa discussão, no entanto, a análise sobre o território será priorizada. Em virtude disso, a partir da categoria território, a qual é inerentemente discutida por grandes geógrafos como o Prof. Dr. Milton Santos, Prof. Dr. Rogerio Haesbaert da Costa, Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet e Raffestin, será possível o entendimento das relações de força e poder sobre o mesmo.

Este tópico busca apresentar um entendimento, através de uma discussão que discorre sobre o conceito do território. Esse entendimento, que vai além das relações de poder, busca estudar os processos de apropriação de um determinado local, pautado sobre uma identidade social e cultural dos atores envolvidos no processo. Entretanto, essa relação faz parte do cotidiano da comunidade do Projeto de Assentamento Amigos da Terra que, ao longo de sua história, vem mediando relações de poder, através das mudanças socioambientais e culturais no assentamento, a falta de políticas públicas e os grandes empreendimentos agrícolas de seu entorno.

Diante desse contexto, é necessário que haja uma compreensão delineada sobre o movimento que faz de seu território o *locus* da vivência, do modo de vida com o seu redor e com outras territorialidades criadas por outras organizações, criando assim uma identidade que represente a força da ação coletiva da comunidade. Essa identidade caracteriza a sociedade e mobiliza ações que possam ser mediadas em função de uma melhoria estrutural do território.

Dessa forma, a relação território-identidade, constitui-se um processo em movimento, o qual se forma ao longo de sua história, constituindo para si um elemento essencial desse processo. De acordo com Lobato Corrêa, é a “ideia de pertencimento” do grupo social que forma aquele território, ou seja, a terra pertence a alguém, aos sujeitos que lutaram e resistiram, ali. Pois, o território passa a ser entendido como apropriação, uso e dominação pelos sujeitos que o criam e modificam, fortalecendo as relações de poder e identidade, delimitado em um determinado espaço geográfico (SANTOS 1996, p. 252).

Dentro do contexto da geografia, a palavra território começa a se destacar só no final dos anos 70 do século XX. De acordo com Haesbaert (1997), essa palavra vem do latim

territórium o qual deriva da terra, onde, no contexto da agrimensura, tem o significado de um ‘pedaço de terra apropriada’.

No entendimento do território, é necessário saber que o mesmo é precedido do espaço. “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (SANTOS, 1978, p.122).

Raffestin (1993) compreende o espaço como um substrato, um local de ação que é pré-existente ao território. O autor explica, ainda, que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializar” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Assim, o território é concebido a partir de um agrupamento de pessoas, grupos sociais e, até mesmo, na formação de um Estado-nação. Para uma melhor definição, pode se afirmar que o território nada mais é que palco onde as forças de poder políticos, econômicos, sociais e culturais se materializam. Saquet (2011, p. 36) acrescenta, ainda, que “o território é fundado em comportamentos humanos que envolvem a comunicação, a cooperação e a troca, todas as formas de socialização em dada formação territorial”.

As discussões sobre o território têm suas origens fundadas no período em que se efetivou a criação do Estado-nação. Esse tema surgiu dentro do contexto da geopolítica, no século XIX. Assim, mediante as discussões propostas na época, o território passou a ser definido como um espaço de força e poder, onde o mesmo permaneceria demarcado, vigiado, governado, mantendo-se por, sua vez, um elemento intacto sem movimento. Nos dias atuais, dada a grande importância do território para a mobilidade social, é possível observar o território em movimento, que constrói e se desconstrói de acordo as suas formas e funções.

De acordo com a concepção de Raffestin (1993), o território, tal qual foi proposto com a criação do Estado-nação, é concebido a partir de uma ótica, principalmente, político-administrativa, ou seja, é delimitado como o território de um país; é um espaço físico ocupado por um determinado povo ou nação; é um espaço delimitado e regido jurídico e politicamente com leis próprias. Nesse sentido, é um espaço de limites material e simbólico, impostos pela própria sociedade.

Dentro do campo simbólico, aquele que vai além do real, o abstrato. O mesmo autor compreende o território a partir de:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Haesbaert (2001, p. 67), também mostra a importância funcional do território simbólico e material. O autor explica que:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium quanto de térreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com a dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Na contemporaneidade moderna, o território incorpora um modelo territorial relativamente novo e não mais fixo. Esse novo, parte da configuração de uma sociedade de massa pautada nas forças políticas e culturais caracterizado por uma identidade inerente a si própria. Nesse contexto, a dimensão do simbólico passa a ser a força condicional do território, manifestada para reproduzir o poder e a identidade. Desse modo, o território discutido abrange:

[...] sempre e ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p.42).

Haesbaert trabalha o conceito de território apresentando uma relação múltipla e ampla, referindo-se, dessa forma, a uma semelhança relacional do material e funcional e/ou simbólica e igualitária. A relação do material e o funcional, sendo desta forma a política/econômica, retoma o território a partir de um local “[...] delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente... relacionado ao poder do estado” (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Por outro lado, observando a perspectiva simbólico-afetiva, dentro de uma visão um pouco diferenciada da anterior, percebe-se que, o:

Território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos

simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p. 241).

Nesse sentido, é possível perceber que para a compreensão das categorias espaço, território, identidade, simbólico e cultural de cada grupo ou indivíduo, é necessário uma percepção concreta do conceito de território, para obter o entendimento do exercício do material e do poder exercido por cada elemento que compõe uma determinada sociedade. Como vemos em Costa & Costa (2008), a proximidade relacional entre território e identidade é tão presente e recíproca que “toda identidade implica numa territorialização, assim como a territorialização permite a permanência identitária”.

Assim, o desejo de compreender o território, através da percepção espacial do mesmo, parte antes de tudo, pela compreensão do valor identitário e cultural de cada grupo social ali presente, o qual seja de fundamental importância para a formação subjetiva de cada grupo social que compõe o território. Partindo desse sentido, busca-se aprimorar a discussão sobre a identidade campesina pautada sobre o PAAT e, de maneira simbólica, entender como, aos poucos, esse grupo vem transformando o seu território, isto é, construindo e desconstruindo territorialidades.

2.2- Projetos de Assentamento Amigos da Terra: territorialidades e contradições

O Projeto de Assentamento Amigos da Terra é também um espaço identificado como objeto de estudo deste trabalho, e que vai ao encontro com a perspectiva de Moreira (1982), que designa esse espaço enquanto “*objeto da geografia*”, que se territorializou como um projeto rural de reforma agrária, porém, com a contradição de se apresentar como uma comunidade esquecida pelas políticas públicas do governo.

Este estudo se justifica e se pauta pelo desejo da busca por um entendimento dos eventos ocorridos sobre o território do PAAT. Mesmo sendo um estudo a longo prazo, faz-se necessário, num primeiro momento, se debruçar sobre as variantes que levarão a compreender o contexto sócio ambiental entendido dentro do processo de formação desse território, onde o homem e a natureza coexistem e são partes intrínsecas e essenciais do todo.

A partir de um entendimento empírico, do exercício da práxis geográfica, será possível aprofundar na pesquisa que envolve esse território e entender também os conflitos pautados a partir das relações fundadas no contexto entre os grupos sociais e a natureza que compõem o PAAT. Para isso, a fundamentação teórica possibilita entender que o início de todo o processo

da formação do território pelos diversos grupos sociais, isto é, “A organização espacial da sociedade começa com a prática da seletividade” (MOREIRA, 2007).

Assim, infere-se que esse processo nos leva a entender que as diversas territorializações surgidas, tanto no PAAT quanto no seu entorno, se manifestam no mesmo contexto, o da seletividade espacial e todo o movimento produzido nesse mesmo espaço, o que produz uma diferença, onde a mesma também pode ser considerada produto do contexto da seletividade. Moreira (2001, p.2) afirma que a seletividade é uma “espécie de ponte entre a história natural e história social do meio, a seletividade é o processo de eleição do lugar e do(s) respectivo(s) recurso(s) que inicia a montagem da estrutura espacial das sociedades”.

Ainda, de acordo Santos (2007) em sua obra a Economia Espacial,

Esta seletividade espacial, que se manifesta tanto no plano econômico como no social, detém a chave da elaboração de uma teoria de espaço. Segundo, se considere a produção ou o consumo, a seletividade espacial pode ser interpretada de duas formas. A produção, especialmente aquela que requer um alto nível de tecnologia, tende a se concentrar em pontos específicos. O consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio sobre essa dispersão porque a capacidade de consumir varia qualitativa e quantitativamente através do espaço (SANTOS, 2007, p.126).

Faz-se necessário observar que o processo de formação do PAAT, o qual será aprofundado mais adiante, permitirá perceber que, a seletividade, a partir de um instrumento de sua ação, a técnica, está produzindo um processo de segregação da comunidade que vive sobre seu território. A técnica provém do processo de ambientalização, territorialização e enraizamento cultural promovida pela seletividade, com a qual, ao mesmo tempo, mantém uma relação de interioridade e autonomia, de modo a melhor servir-lhe a mediação (MOREIRA, 2001).

Assim, é necessário saber que a técnica pode tornar um elemento complexo no modo de vida de um determinado grupo social, principalmente quando novas técnicas modificam o território immobilizando a forma de uso das velhas técnicas (enxada, foice, machado, fogo e etc.), muito usadas no sistema de vida desses indivíduos, no passado. Com a agricultura moderna, incorporada no entorno do PAAT, um novo aparato tecnológico usado passou a modificar a estrutura do ambiente local, limitando a forma de trabalho dos grupos familiares.

A história do espaço agrário é a história da técnica agrícola. Usado como técnica, o fogo instrumenta os primeiros ordenamentos espaciais através da agricultura, uma forma prática seletiva que tecnicamente confunde-se no tempo com o escavador, a transformação deste na pá e por seu turno da pá na enxada dos complexos espaciais antigos, ate que por fim, desemboca na mecanização que modelam a cara do ordenamento rural dos espaços agrários de hoje (MOREIRA, 2001, p. 4).

Daí, com esse novo modelo de desenvolvimento do território, ancorado em um conjunto de técnicas modernas, transforma as técnicas de produção de antes em um modelo selecionado e padronizado que agrega valor e atende às exigências do grande mercado consumidor. Por outro lado, aquele grupo de agricultores familiares que sempre teve, no seu contexto de vida, uma forma arcaica de produção, mas que era suficiente à sobrevivência dos mesmos, com o surgimento das novas técnicas, as anteriores utilizadas na agricultura de subsistência, não mais conseguem atender um padrão de produção devido ao grande impacto imposto pela técnica moderna.

Em função da padronização da produção da agricultura moderna que margeiam o PAAT, os produtos advindos da agricultura familiar estão perdendo o seu valor de troca, devido à “baixa” eficácia das técnicas utilizadas no cotidiano do agricultor, todavia, esta já não tem a mesma eficiência que aquela destinada às grandes culturas capaz de produzir com mais qualidade. Dessa forma, percebe-se que a técnica encara o princípio da racionalidade que orienta seu surgimento, de modo que já no começo da história dessacraliza a natureza aos olhos dos homens e, com isso, dá início ao processo que (des)ambientaliza, (des)territorializa e (des)enraíza as comunidades humanas em sua relação com o seu entorno geográfico (MOREIRA, 2007).

Percebe-se então, dessa forma, que o processo de seletividade legitima todo processo de formação de um território e, a mesma, através da ação das técnicas, diferencia o contexto dessa formação. Essa prática se aplica no cotidiano do objeto deste estudo.

O processo de ocupação do território⁵, no qual se formou o Projeto de Assentamento Amigos da Terra em 1999, aconteceu de forma espontânea, ou seja, passivamente e sem conflitos violentos, centrado a partir de acordos entre as partes interessada pela desapropriação da antiga fazenda Canto Bom, a proprietária da mesma e os agricultores camponeses.

Os conflitos apresentados durante o processo de formação do assentamento no final da década de 1990 continuam acontecendo até os dias atuais, os mesmos, são quase sempre comuns nas áreas destinadas à reforma agrária no Brasil. Esse é um tipo de conflito que essas populações travam no e com o território em função de sua sobrevivência, pois são sempre relacionados à qualidade dos recursos naturais que afetam e alteram diretamente o modo de sobrevivência dos assentados.

⁵ Entendemos que o território é o palco onde as relações de força e poder se materializam. Santos (1997), nesse contexto, avança ainda mais e define o território dizendo que este não apenas é um conjunto de formas naturais, mas é um conjunto de sistemas naturais e artificiais, junto com as pessoas, as instituições e as empresas que o abrigam.

Em defesa dos povos tradicionais⁶, Rodrigues (2004) discorda dos modelos de projetos criados pelos órgãos governamentais com finalidade de proteger os recursos naturais e para viabilizar a “melhoria” da vida dessas comunidades, afirmando que:

Seguindo nessa linha de pensamento, conclui-se que grande partes dos "métodos participativos" utilizados nas oficinas de planejamento dos atuais projetos ambientais no país é social e culturalmente excludente, por intimidar aqueles que possuem outra lógica, outra linguagem e tem interesses distintos na maioria dos presentes. Assim acabam sendo silenciados aqueles que possuem um universo simbólico distinto daquele grupo predominante. Portanto, fica claro que se força uma situação de consenso (RODRIGUES, 2004, p.193).

Esse retrocesso se deve a má gestão da política agrária do país, que leva famílias a ocuparem territórios que estão além da sua capacidade de sustentar um determinado grupo social, visto que os órgãos responsáveis como: o Instituto de Colonização de Reforma Agrária (INCRA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) e tantos outros, destinados a cuidar da política agrária e ambiental no país, estão inertes diante de tal situação.

Faz-se necessário lembrar que a definição de Reforma Agrária contida no primeiro parágrafo da resolução 289, do MMA (2001) é apresentada como: “Conjunto de medidas que visem a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender ao princípio de justiça social, ao aumento de produtividade e ao cumprimento da função socioambiental da propriedade”.

Porém, percebe-se, ao analisar a realidade vivenciada no PAAT, que as ações de regulamentações promovidas pelos órgãos governamentais, responsáveis pela política de regularização fundiária e ambiental, são contraditórias. Ao aplicar suas normas políticas, tais órgãos promovem uma paralização discriminatória das ações exercidas pelos trabalhadores sobre o território, enquanto que as mesmas políticas se mostram parciais em relação à sua aplicação ao latifúndio.

No caso do PAAT, o órgão responsável pela criação e desenvolvimento do assentamento, o INCRA, se omitiu, deixando de realizar as pesquisas e/ou análises do

⁶ O Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, normatiza um conceito técnico e científico, em que “povos e comunidades tradicionais” podem ser definidas ou conhecidas como: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

processo histórico, político, econômico e social daquele local, mesmo sabendo que tais ações seriam prioritárias para que pudesse justificar a sustentabilidade da vida sobre esse território.

Dessa forma, seria de suma importância que os grupos familiares que ocupam o PAAT, conhecessem as territorialidades⁷ imbricadas anteriormente sobre seu território. Um levantamento do contexto histórico do assentamento assim como do seu entorno, daria possibilidade de cada trabalhador entender as contradições do local e buscar as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de suas ações na e com a terra. Como afirma Haesbaert (2007, p. 22).

Mais importante, contudo, do que essa caracterização genérica e aparentemente dicotômica é fundamental perceber a historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico. Os objetivos dos processos de territorialização ou de apropriação do espaço variam muito ao longo do tempo e dos espaços.

A territorialização de aproximadamente 150 famílias no PAAT, viabilizada pelo INCRA, assim como em outros Projetos de Assentamentos, aconteceu e continua acontecendo de forma indiferente à compreensão da capacidade de sustentabilidade gerada pelos seus recursos naturais. Assim, mesmo sendo habitada por indivíduos que teoricamente sabem cuidar do solo, a terra não tem capacidade de dar respostas à seu cultivador, pois os processos anteriores de territorialização, desse espaço geográfico, já se encaminham e sinalizam o processo de degradação do solo.

E todos esses problemas relacionados à capacidade de produção da terra são, em quase toda sua totalidade, adquiridos a partir de uma territorialização anterior, baseada, exclusivamente, na exploração dos recursos naturais. Foi em um território dessa categoria que o governo permitiu a formação do PAAT. Ali, centenas de famílias foram jogadas aleatoriamente, sem que existisse qualquer forma de preocupação sobre a sobrevivência das mesmas, ou seja, ao invés de assegurar o desenvolvimento social, como prevê o Estatuto da Terra, o processo de reforma agrária, naquele momento, serviu apenas para segregar as

⁷ É fundamental destacar o conceito de territorialidade. Entende-se que esta retrata o vivido territorial, que é compreendido como um conjunto de todas as relações produzidas e reproduzidas sobre o território, sendo processo e relação ao mesmo tempo. São: políticas, econômicas, culturais e sociais. Saque (2011) retrata, também, que a territorialidade é, concomitantemente, trans-multiecalar e trans-multitemporal, isto é, é reproduzida com descontinuidades (mudanças e permanências) socioespaciais e temporais, saltos e superações por meio das relações sociais naturais vividas pelo homem-animal ou o animal-homem cotidianamente, o que significa que a reprodução é espaço-temporal-territorial.

famílias que bastante lutaram pelo seu pedaço de chão. Com isso, foram jogadas à própria sorte. Ficaram esquecidas, sem qualquer tipo de assistência política e social.

Assim, como afirma Bergamasco e Norder *apud* Lopes (2005, p. 6):

De qualquer modo, após a (re) conquista da terra os assentados deparam com as dificuldades para garantir a viabilidade socioeconômica dos projetos, decorrentes em grande medida, do descaso de um poder público que não tem oferecido a necessária infraestrutura social de saúde, educação, transporte, energia elétrica etc., nem uma política agrícola condizente com as especificidades socioeconômicas e regionais destes produtores.

À medida que acontecem essas formas de territorializações, as relações com a natureza, com o solo tendem a ficar cada vez mais complexas, pois, com isso, sem nenhum tipo de assistência, a exploração do solo é inevitável. Por desconhecerem e serem desprovidos de tecnologias apropriadas para viabilizar, de maneira menos impactante, a produção de seus sustentos, os camponeses acabam sendo obrigados a usar métodos comuns a seus conhecimentos para facilitar a exploração da natureza - a derrubada e o fogo - e, dessa forma, continuam degradando cada vez mais o seu espaço.

Ao ocuparem um determinado território, aquelas famílias buscavam uma alternativa para que pudessem viver dignamente, criar seus filhos e, a partir daí, poder criar perspectivas de vida, sonhar com um futuro melhor. Mas, como é possível perceber, não é bem assim que acontece. Percebe-se que há um processo de marginalização da comunidade, devido a falta das políticas públicas do Estado, e essas famílias ficam expostas às mais diversas formas perversas de territorializações, como por exemplo, a exploração da sua força de trabalho pelo agronegócio, que atua em seu entorno.

Saquet (2008, p. 49) faz uma referência sobre as condições da produção das relações da vida social relacionada ao território, dizendo que:

A territorialização constitui e é substantivada por diferentes temporalidades e territorialidades, resultado e condição de processos sociais em interação com a natureza exterior ao homem; é marcada pelo movimento de produção de relações sociais e por uma complexidade cada vez maior nas forças reprodutivas (máquina redes de circulação, comunicação...).

O PAAT é um território composto, em seu interior, por diferentes formas de territorialidades criadas ou formadas pelas relações naturais e/ou produzidas por relações econômicas e sociais. No entanto, essas relações são, quase sempre, de ordem contraditória, quanto sua maneira de ocupação e produção, ou seja, enquanto a política ambiental diz que as

famílias do assentamento têm que trabalhar de modo que se preserve a natureza, há, em seu entorno, grandes forças econômicas produtivas que acabaram se territorializando ali e transformando totalmente o ambiente antes preservado, em um ambiente totalmente devastado e inóspito às condições de manutenção, desenvolvimento e continuidade da vida, tanto da flora quanto da fauna.

Saquet (2003, 28) afirma que:

[...] as forças econômicas, políticas e culturais (E.P.C.), reciprocamente relacionada, efetivam o território(...) no e com o espaço geográfico centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidade/territorialidade. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais.

Nesse contexto histórico do PAAT, observa-se que o material político ideológico, legitimado pelo Estado, mascarado a partir da ausência ou do mal direcionamento das políticas públicas, faz cumprir o papel de garantir as condições plenas de pilhagem capitalista no espaço agrário local, por meio de um processo de marginalização dos trabalhadores no campo. Esse processo vem se intensificando cada vez mais sobre o território do PAAT, assim como na maioria dos espaços destinados a reforma agrária no país.

Observa-se, então, que o Estado é o principal agente responsável pela apropriação das forças hegemônicas sobre o território. Todavia, além de propiciar isenção fiscal para esses empreendimentos, ainda deixa de fiscalizar seus atos, o que na maioria das vezes são maléficos para com a sociedade e para a natureza, facilitando, assim, a exploração do homem e do meio ambiente, através da sobreposição das formas, a fim de gerar novas funções (SANTOS, 2011) que sutilmente modificam tanto a natureza do território quanto as suas relações.

É preciso saber que, tanto uma corporação quanto a outra (os grandes empreendimentos agrícolas e as indústrias), estão conectadas pelo sistema, fazendo o papel do Estado, controlando o comércio local e, até mesmo, as relações do homem com a natureza. Essa forma de controle é perversa, pois tira o direito legal do sujeito desenvolver suas ações na terra, impondo limites para o seu desenvolvimento, enquanto que o latifúndio tem total liberdade para transformar a terra como bem entender.

Faz-se necessário compreender que “a práxis de desenvolvimento territorial não pode ser burocrática e centralizada, direcionada por e para poucos, político-partidária e subordinante” (SAQUET, 2011, p.105). Há a necessidade de rever o modelo atual do

desenvolvimento no campo, para que os anseios de uma grande maioria não sejam totalmente extirpados de seus territórios.

Conforme salienta Gomes (2008),

Finalmente, ainda um ponto importante a ressaltar no que diz respeito a essas notas introdutórias sobre o conceito de território é a questão relativa a apropriação [...]. Assim, um proprietário de uma área nem sempre é aquele que consegue estabelecer um território sobre esse recorte; a posse a propriedade, ou qualquer outro instrumento formal não garante de modo algum o controle territorial, embora possa sem dúvida ajudar em seu estabelecimento ou exercício (GOMES, 2008, p.38).

Por outro lado, observa-se a atuação perversa dos grandes empreendimentos agropecuários que se apropriam dos solos no entorno do PAAT e os modificam sem sofrer nenhum tipo de sanções pelo uso irracional dos recursos naturais. Santos (2011, p. 188) explica que “as condições históricas presentes facilitam o mecanismo de expansão do capital no espaço através do uso das formas”. Desse modo, é notória a contradição estabelecida entre o legal e o real, pois as normas regulamentadas sobre o uso do solo e da natureza não são estabelecidas da mesma forma para os assentados do PAAT e para o agronegócio instalado no seu entorno.

O que se tem visto ao longo da formação do PAAT é a aplicação de um conjunto de normas pelos órgãos do governo, limitando o uso do lote no assentamento. Por sua vez, o assentado é privado de fazer sua roça de toco, tendo que aproveitar o solo já danificado, sem que haja condições técnicas para transformá-lo e torná-lo produtivo. No entanto, para os grandes empreendimentos não acontece da mesma forma: ao se territorializar sobre o Cerrado, o agronegócio ignora as políticas agrárias de conservação ambiental e não são penalizados por isso.

É de suma importância destacar, todavia, que o aparato político administrativo governamental, produto de uma combinação de características estatais e culturais herdadas - estrutura de poder concentrada, padrão tecnocrata, burocracia, postura formalista, etc - é dos mais perversos para uma gestão pública que se pretenda moderna, democrática e equitativa para o território e para a sociedade, principalmente para os menos favorecidos, ou seja, os trabalhadores rurais. Enfim, é preciso reconhecer que:

As políticas públicas estão hoje a meio caminho entre um discurso atualizado e um comportamento social bastante predatório: por um lado, as políticas públicas têm contribuído para o estabelecimento de um sistema de proteção ambiental no país; mas, por outro, o poder público é incapaz de fazer cumprir aos indivíduos e às empresas uma proporção importante da legislação ambiental (FERREIRA, 1998, p. 107).

No Tocantins, assim como em outros estados brasileiros, a falta de proteção ambiental e a introdução das monoculturas da soja e do eucalipto têm provocado graves consequências ao Cerrado. O agronegócio carrega na sua esteira o mais surpreendente e rápido desmatamento de que se tem conhecimento na história brasileira. Esse desmatamento atinge dois biomas, em especial: o Cerrado e a Floresta Amazônica (CANUTO, 2004, P. 6,7).

O Cerrado próximo ao PAAT que há muito tempo serviu de abrigo para a fauna e flora local e, também, como fonte de alimento e renda para boa parte das famílias do assentamento, vem sendo suprimido pelas monoculturas da soja e pelo eucalipto. As figuras 2 e 3 mostram o cenário devastador do capital produtivo, impulsionado pela instalação do agronegócio.



Figura 1: Monocultura da soja às margens do PAAT.
Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2011).

Com relação às figuras 1 e 2, pode-se afirmar, com base na perspectiva teórica de Moreira (1982, p.18), que “Mais importante que a imagem é o que ela revela: que a causa das desigualdades espaciais é a mesma das desigualdades sociais, ou seja, a exploração do trabalho pelo capital”. O agronegócio, ao se territorializar sobre o Cerrado, traz, consigo, mecanismos que, sem nenhuma hesitação, modificam toda a estrutura da terra e do social, como a destruição da vegetação, a degradação do solo, da biodiversidade e a mudança do modo de vida da sociedade, pois o seu principal objetivo é o lucro. Nessa perspectiva, Santos (2011, p. 189) explica que essa nova configuração do campo se dá devido “a substituição de

funções já existentes por outras mais funcionais em termos capitalistas, através da ação direta sobre as antigas formas que são extirpadas e substituídas por novas”.



Figura 2: Monocultura do eucalipto às margens do PAAT.
Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2011).

Diante desse cenário, o meio ambiente, antes preservado como a própria identidade cultural dos indivíduos que o compõem, passam a ser ameaçados ou até mesmos extintos, em função da modernização e aplicação das técnicas modernas para o “desenvolvimento” econômico dos territórios do desenvolvimento social. As formas introduzidas, desse modo, servem ao modo de produção dominante em vez de servir à formação socioeconômica local e às suas necessidades específicas. Trata-se de uma totalidade doente, perversa e prejudicial (SANTOS, 2011, p. 202).

Como mostrado anteriormente, esses empreendimentos recebem isenções fiscais do Estado para comprometer o ambiente, enquanto um mísero camponês, desprovido de recursos financeiros e tecnológicos, sequer recebe qualquer tipo de apoio para sobreviver com sua família e, na maioria das vezes, são severamente punidos por plantar uma pequena roça em algum local em que os órgãos ambientais do governo entendem ser inadequado. Nesse sentido, a busca por novas alternativas de produção para viabilizar e justificar a sua sustentabilidade torna-se cada vez mais necessária.

Como afirma Mendonça (2002, p. 125),

(...) inserir na abordagem ambiental a perspectiva humana – portanto social, econômica, política e cultural – parece ser um desafio para toda uma geração de intelectuais, cientistas e ambientalistas que se encontram vinculados a tais discussões no presente, e certamente também no futuro próximo.

Nessa perspectiva, apropriar desse discurso, instiga o pesquisador a interagir com a abordagem socioambiental, econômico, político e cultural e discutir a relação homem e natureza, na atualidade, a fim de contribuir cientificamente com as próximas gerações de pesquisadores e com a própria luta dos camponeses no sentido de orientá-los em suas conquistas.

É com o enfoque sobre a busca pela sobrevivência e a sustentabilidade dos movimentos sociais no campo, que as reivindicações sociais em prol das políticas públicas voltadas para a proteção dos recursos naturais e sociais se espalham sobre o território agrário nacional, e que o debate sobre a soberania alimentar torna-se cada vez mais forte. Nesse sentido, os projetos do governo, destinados à assistência socioambiental nos assentamentos rurais de reforma agrária, levam a compreender que esta é a possibilidade das populações locais garantirem sua autonomia sobre o que devem plantar e como devem se alimentar (MEDEIROS, 2005).

A forma da implementação da política ambiental no país, sempre buscou favorecer o grande latifúndio e marginalizar o camponês, comprometendo a sobrevivência de milhares de trabalhadores rurais no campo. Dessa forma, a maioria das políticas ambientais atuais priva o uso da natureza para a sobrevivência do agricultor, fechando assim os olhos para a degradação em massa da natureza em função do desenvolvimento econômico. Diante disso, é de grande valia remeter à afirmação de Saquet (2011, p.39) que reconhece esse sistema como um produto das relações historicamente determinadas, nas quais há exploração e expropriação do trabalhador.

A sobrevivência do grupo social instalado no assentamento Amigos da Terra tornar-se-ia mais acessível se, no entorno da comunidade, não ocorressem a ocupação e a produção do Cerrado de forma desordenada, por grandes empreendimentos agrícolas. Estes por sua vez, têm se ocupado em destruir toda a vegetação do entorno do assentamento, encurtando o campo de trabalho da comunidade e deixando o modo de vida da mesma ainda mais complexo e precário.

Faz-se necessário, nesse contexto, por meio de uma abordagem socioambiental, a busca pelo entendimento das relações que as famílias do PAAT vêm mantendo com seu território, da gênese da ocupação até a atualidade, pois, a maioria sobrevivia do alimento que

encontrava na natureza, ou seja, sobrevivia do extrativismo animal e vegetal. Com o avanço do monocultivo, o extrativismo está sendo extinto da sua forma de sobrevivência.

Analisando a situação acima relatada pelo viés da teoria de Marx, concorda-se com Moraes (2005, p.75), quando este diz que “O homem é um ser da natureza, que se desenvolve num intercâmbio constante com os elementos desta, que possui necessidades naturais às quais busca suprir mobilizando as capacidades natas sobre os materiais ambientes”. Ampliando essa ideia, entende-se que a natureza é o fator constituinte e constituidor do ser humano, portanto, não deve ser vista e nem compreendida como objeto de degradação do homem, mas com algo que deverá ser desfrutado por todos a fim de que as necessidades de sobrevivência dos seres humanos sejam atendidas em consonância com a consciência de preservação para as próximas gerações.

Na busca por alternativas para uma vida melhor e para formação de seu território, a comunidade do projeto de Assentamento Amigos da Terra aposta na atividade apícola, pois, esta é capaz de fixar o homem no campo, promover a sustentabilidade de todos e, de uma forma racional, visa preservar o meio ambiente. De acordo Silva e Peixe (2008), a apicultura é uma atividade de reconhecida importância na geração de emprego e renda, fator de diversificação da propriedade rural, proporcionando benefícios sociais, econômicos e ecológicos.

É com essa compreensão que a comunidade do PAAT tem buscado a atividade apícola como alternativa para a preservação do seu território, no processo de suprir as suas necessidades de alimentação e trabalho, isto é, de sua sobrevivência e existência. O objetivo é incorporar a apicultura como um instrumento técnico para contribuir com a proteção do Cerrado, na busca pela sustentabilidade das famílias em seu território.

2.3 A luta pela organização do território

No Brasil, os Trabalhadores Rurais “sem terras” obtiveram, através das lutas, o direito de possuir, trabalhar e produzir na terra. Porém, muitos têm encontrado dificuldades, devido a falta de incentivos políticos e financeiros. É neste contexto que os movimentos sociais do campo, em todo território nacional, estão reivindicando seus direitos de produzir na terra com incentivos das políticas públicas do governo.

Nesse sentido, Fernandes (2001, p. 52-53) justifica que:

A ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas que inaugura questões e cria fatos e descortina situações. Evidente que esses conjuntos de

elementos modifica a realidade, aumentando o fluxo das relações sociais. São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por esta razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores.

Mesmo após a conquista do território, esses trabalhadores rurais vêm, de certa forma, se organizando nos assentamentos, lutando e buscando alternativas que venham garantir a sua existência e garantir melhorias no universo de suas famílias. Assim, criam maneiras de se livrar da subordinação e do domínio impostos pelas regras capitalistas de produção.

Diante de tudo isso que foi exposto, além da falta das políticas públicas voltadas para atender as comunidades rurais de forma coletiva, os assentamentos tem se deparado com os problemas de origens técnicas que são fomentados com a ausência das políticas públicas ou agrícolas do Estado. Como via de regra, no contexto agrário nacional, vários territórios conquistados pelas lutas dos trabalhadores sofrem com a falta de infraestruturas públicas e recursos financeiros para custear suas atividades nos assentamentos. É do conhecimento de muitos, que tanto o PAAT como a maioria dos assentamentos rurais no Brasil, vive a realidade desses problemas.

Segundo Oliveira (2007, p. 71), as políticas agrícolas:

São aquelas que se referem ao conjunto de ações que o governo visa implantar nos assentamentos de reforma agrária, como a assistência social, técnica, de fomento e de estímulo à produção, comercialização, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários. Estão incluídos nestas ações: educação e saúde públicas, assistência técnica, financeira, creditícia e de seguros, programas de garantia de preços mínimos e demais subsídios, eletrificação rural e outras obras de infraestrutura, construção de moradias e demais instalações necessárias, etc.

Isso nos remete dizer que as famílias que estão nos assentamentos, vivendo a dura realidade dos problemas agrários, conquistaram o direito a terra, mas vivem as margens da pobreza, excluídos das políticas públicas do governo. Apropriando do entendimento dos problemas na terra de reforma agrária no Brasil, é possível compreender como se deu processo de ocupação e formação territorial do Projeto de Assentamento Amigos da Terra, assim como conhecer as dificuldades vividas pelas famílias que ali se territorializaram.

No final da década de 90, mais precisamente no dia 23 de maio de 1999, surgiu o movimento organizado para lutar pela ocupação do PAAT. A ocupação foi organizada pelo MST, MLST e a própria fazendeira, Joana D'arque, proprietária da antiga Fazenda Itamonte – atual Projeto de Assentamento Amigos da Terra.

Segundo Dona Domingas, moradora do assentamento e líder do movimento MLST, a conquista da terra aconteceu da seguinte forma:

[...] a primeira estratégia que tivemos foi saber organizar-se e esperar. [...] e quando a fazendeira reuniu com nós e disse que podia entrar na fazenda [...] ela viajou [...] nós estavam organizados e ocupamos a fazenda e acampamos [...] fomos logo construindo barracos de palhas improvisados [...] e quando a fazendeira chegou de viagem nós já estava aqui na fazenda [...] esperando até que o INCRA junto com a Fazendeira negociaram a terra. (Entrevista 01, depoimento colhido em: 05/10/2012).

Na luta pela conquista do território do PAAT, o movimento articulado no processo reuniu o maior número de famílias possível para fortalecer o movimento. Dessa forma, as famílias envolvidas vieram de três estados diferentes. Para mostrar a origem dos grupos familiares que lutou pela terra, e hoje reside no assentamento, organizamos os dados colhidos na pesquisa de campo, em gráfico (4), que mostra os números de famílias vindos de outros estados e municípios do país, para formar a comunidade PAAT.

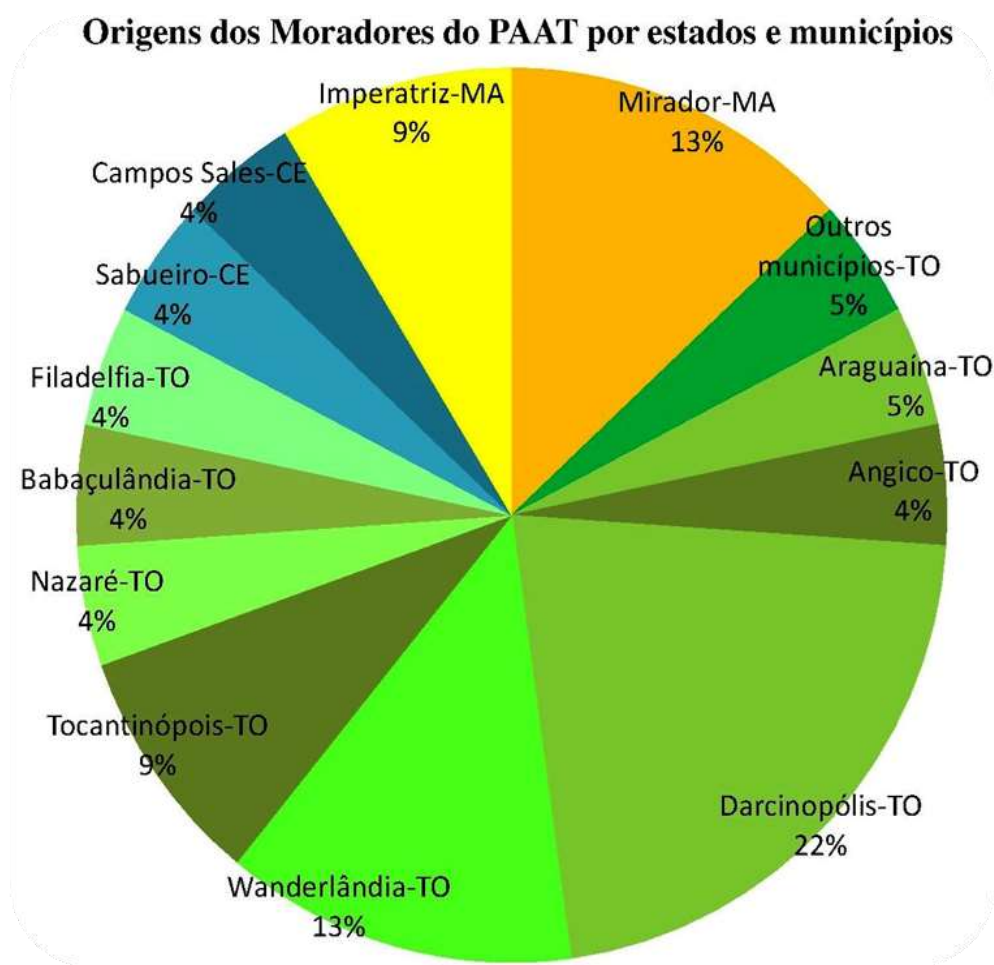


Gráfico 4: Origens dos moradores do Projeto de Assentamento Amigos da Terra.
Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2013).

Conforme demonstrado no gráfico, é possível fazer uma rápida análise da origem da maioria das famílias que ocupa o Projeto de Assentamento Amigos da Terra. Nitidamente, percebe-se que a maioria das famílias que ocupa o PAAT é original do estado do Tocantins, o que totaliza algo em torno de 69%. O estado do Maranhão é representado por um contingente populacional de 22% das famílias do PAAT, esses números de imigrantes do Maranhão ajudam a reforçar os dados do censo do IBGE (1995), em que mostra que, nesse estado, a terra é fortemente concentrada, obrigando parte das famílias a buscarem um pedaço de terra em outros estados.

Os 9% das famílias que migraram do estado do Ceará e, atualmente, moram no PAAT, faz parte de um pequeno grupo de famílias que afirmaram estar ali, pelo simples fato de morar próximo ao assentamento quando iniciou o processo de luta pela conquista da terra, e não porque veio do nordeste exclusivamente para esse fim.

Os interesses comuns entre a fazendeira/INCRA, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Wanderlândia e Darcinópolis no Tocantins, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores do Estado do Tocantins (FETAET) e a comunidade acampada que lutava pela terra, resultaram na territorialização de 159 famílias na antiga fazenda Itamonte. As famílias que lutaram por um pedaço de terra naquele local tinham interesses diferenciados, pois ambas afirmaram que a terra não seria de boa qualidade para produzir o necessário para sustentar suas famílias.

Como mostra o gráfico (5), as famílias lutaram pelo assentamento por três motivos: boa parte dos entrevistados afirmou que o assentamento fica próximo à cidade, outra parte da comunidade comentou que escolheu o assentamento porque estava desempregado. Porém, a maior parte das famílias entrevistadas afirmou que o motivo de suas opções pelo PAAT foi o apresso pela vida no campo. Dentre as questões levantadas sobre o assunto, foi perguntado se alguém estaria ali no assentamento pelo fato da terra ser de boa qualidade, todos afirmaram que não.

Leite (2000) afirma que

[...]. Um dos pontos a ser destacado refere-se às condições que permeiam a seleção de áreas para desapropriação. Observamos, por exemplo, que a existência de assentamentos em áreas inapropriadas para o desenvolvimento da agricultura (com má qualidade dos solos, erosão, degradação, etc.) é bastante recorrente. Esse fator, agregado à necessidade de buscar ganhos imediatos, tem resultado em intensificação do desgaste do solo, limitando as possibilidades de produção e de sobrevivência (LEITE, 2000, p.49).

O território do PAAT é um pedaço de chão com poucos recursos naturais, e seguiu a mesma lógica de desapropriação citada por Leite (2000), onde o solo não corresponde à forma da agricultura tradicional, a que é bastante utilizada pelos assentados. Esse foi o motivo principal que levou boa parte dos assentados a não ver nesse território o *locus* que pudesse garantir a sustentação da vida. Como foi observado durante a pesquisa de campo, além de 90% de todo solo ser arenoso, dentre as 159 parcelas, somente 19 lotes possuem uma pequena parte banhada pela única nascente de água doce do assentamento.

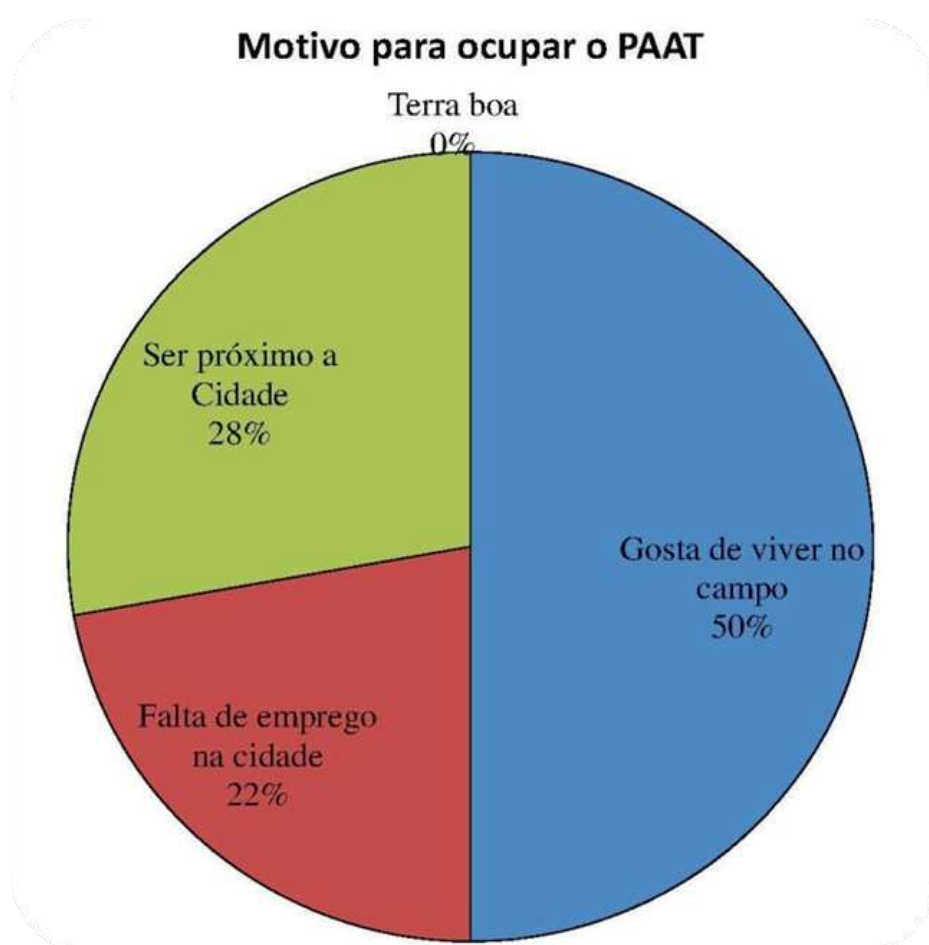


Gráfico 5: Os motivos que levaram a ocupação do Projeto de Assentamento Amigos da Terra.
Autor: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2013)

A fazenda Itamonte era composta dois mil e quatrocentos alqueires de terras. Com a negociação destas terras pela proprietária Joana D'arque e o INCRA, uma pequena parcela de 100 alqueires de terras ficou “empenhorada pelo banco”. Na verdade, os assentados do PAAT acredita que a área que ficou disponível ao banco teria outro fim, pois a mesma é composta por um solo fértil, com existência de água corrente em abundância, de pequenos córregos intermitentes e nascentes permanentes. A comunidade do PAAT afirma que essa área se constituiu para fins especulativos.

Durante o processo de ocupação e territorialização deste assentamento, os trabalhadores demarcaram-no simbolicamente e identificaram seus futuros lotes, sem antes saber a sua verdadeira localidade, pois só os técnicos do INCRA é que poderiam fazer a demarcação e a documentação dos mesmos. Como tudo dentro desse órgão é moroso, quase um ano depois da conquista da terra é que o INCRA fez o sorteio definitivo e a demarcação dos lotes, para que cada trabalhador pudesse fazer uso de suas atividades produtivas.

Assim que foram assentadas, as famílias começaram a vivenciar outros transtornos. Antes os problemas ocorriam pela demora da divisão da terra para que essas famílias pudessem trabalhar, depois, que receberam suas terras, os aborrecimentos foram ainda maiores, pois, os trabalhadores do PAAT, perceberam que a terra que eles haviam conquistado, não atendia as suas necessidades, os trabalhadores desse assentamento, receberam uma terra, praticamente sem água e com baixa capacidade produtiva.

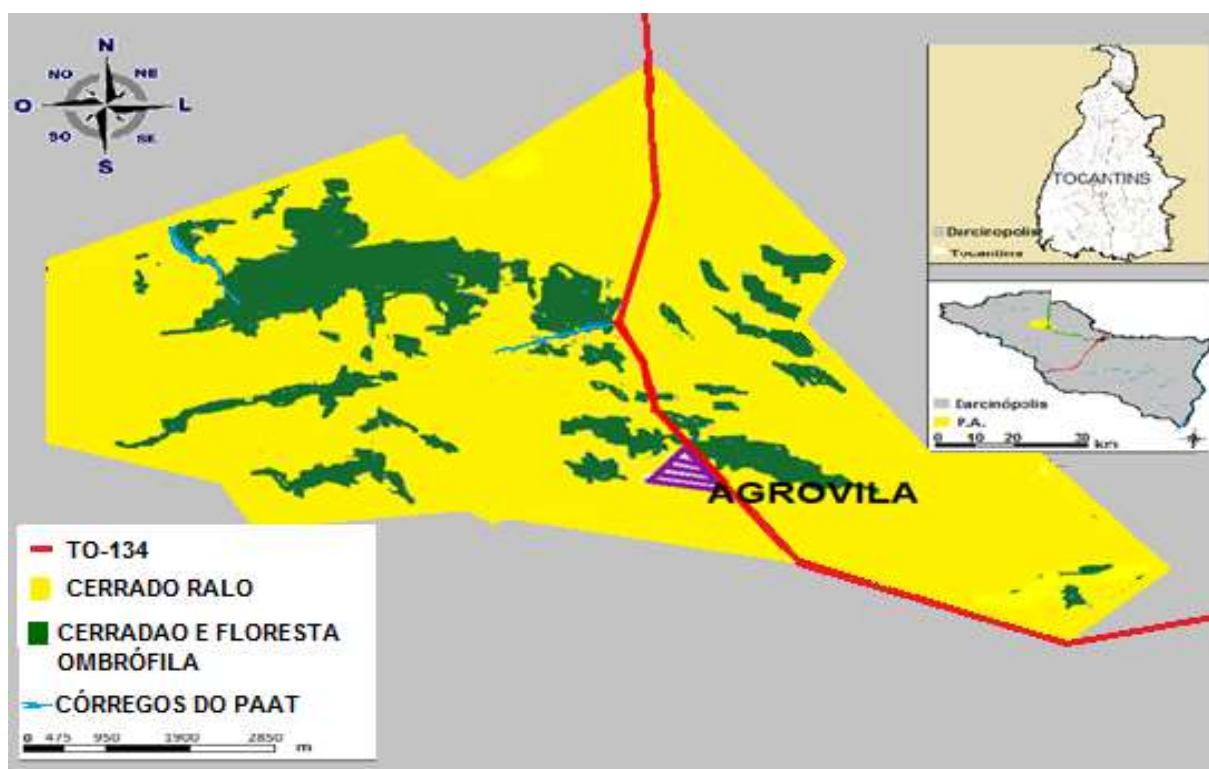
Como relata o morador do assentamento, o entrevistado 02:

Na faixa de 40 a 50% do pessoal que veio pra cá não sabia. Achavam que tinha água. Agora eu sabia que a terra era seca. E a vantagem é que, é pertinho da cidade tem uma estrada boa aí [...] mas, pensando bem, ter uma terrinha aqui pertinho da cidade mesmo não sendo uma terra boa, [...] pode-se dizer que 90% é chapada, é melhor que num ter nada [...] (Entrevista 2, depoimento colhido em: 10/07/2012).

É pertinente dizer que para uma família que vive na cidade pagando aluguel, morando de favor ou talvez até sem local para morar, sem emprego e passando por todo tipo de dificuldades, a conquista de um pedaço de terra para que ela possa fazer ali sua casa, é muito melhor do que a dura realidade vivida nas cidades. Mas, isso não justifica dar-lhes o direito à terra, sem que essa gente possa trabalhar e tirar dali o sustento familiar. Das famílias que lutavam pela conquista da terra do PAAT, todas sabiam que a terra era uma região de Cerrado com solo de baixa fertilidade, mas poucas sabiam que essa era uma propriedade escassa de água, o que tem frustrado o sonho de muitas famílias que hoje vivem ali.

Pelos objetivos que são destinados à formação dos assentamentos rurais no Brasil, uma terra como a que formou o PAAT, jamais poderia ter sido destinada a esse fim, pois a baixa fertilidade do solo, a falta de água até mesmo para o consumo humano e ainda a falta de políticas públicas para amenizar estes problemas, só têm possibilitado o alargamento das dificuldades dos assentados. Como mostra Bertoline e Carneiro (2007), a configuração espacial das fazendas destinadas aos assentamentos rurais caracteriza-se por topografia irregular, terras com desgaste intenso do solo, falta d'água e desmatamento até o leito dos rios.

O mapa (4) mostra o tipo de vegetação no PAAT e descreve toda a estrutura hídrica do assentamento, banhada apenas pelas águas de dois pequenos córregos. Vale lembrar que ambos estão ameaçados, devido o desmatamento para plantio de eucalipto e também pelo excesso de produtos químicos usados para combater pragas e doenças no monocultivo da soja, próximo ao assentamento.



Mapa 4: Tipo de vegetação e localização dos recursos hídricos do Projeto de Assentamento Amigos da Terra. Fonte: IBGE (2010), SEPLAN/TO (2011) e GOOGLE EARTH (2012). Adaptado por Jesus (2013).

Para justificar a ocorrência das desapropriações de áreas como a que deu origem ao PAAT, Silvone (2008) coloca que a implantação de assentamentos em áreas de difícil manejo, solos fracos e de topografias irregulares são fatores que têm favorecido a negociação do Governo e os latifundiários. Ao contrário disso, as terras de boa qualidade e que possuem os parâmetros necessários para cumprir sua função social são de difíceis negociações entre governo e seus proprietários. Obviamente, o preço desse tipo de terreno são mais vantajados e a quantia oferecida pelo INCRA não interessa aos proprietários. Diante disso, é vantajoso para o governo pagar menos e desapropriar uma área mais extensa para assentar um contingente maior de famílias, mesmo essa área sendo de difícil acesso e de péssima qualidade produtiva.

Sobre a aquisição de terras pelo governo para destinar à reforma agrária, Silvone (2008, p. 87) enuncia que:

- o valor pago pela terra nestas áreas é menor e é evidente nos últimos anos que as políticas públicas têm se preocupado mais com o número de famílias assentadas do que com os resultados obtidos por elas no uso da terra.
- em áreas com características citadas a aquisição pelo o INCRA, via de regra, é facilitada, a negociação é interessante ao governo (pelo motivo anterior) e também ao proprietário que, em muitos casos, recebe um valor satisfatório pela área, às vezes difícil de vender para particulares, principalmente por tratar-se de grandes áreas e em locais de difícil acesso.

Sobre o ponto de vista técnico das condições físicas do solo do PAAT, é visto que todo e qualquer estudo sobre a capacidade de produção do solo, desse assentamento, não foi feita ou simplesmente foi desconsiderado, pois as famílias beneficiadas pelo processo de reforma agrária no local não vem conseguindo manter seu próprio sustento, mediante a produção do trabalho familiar. É necessário saber que para esse ou aquele assentamento tornar-se sustentável, é preciso que haja uma equação complexa que envolva a capacidade de suporte da terra, quais sejam: área disponível, qualidade dos solos, topografia, disponibilidade de água, sistemas de produção, acesso a mercados, capacidade de manutenção da produtividade ao longo do tempo.

Por outro lado, mesmo com os problemas causados pela baixa qualidade dos recursos naturais, para que as famílias possam desenvolver suas atividades, ambas têm se preocupado em preservar o que ainda restam desses recursos, a fim de que, pelo menos, o Cerrado possa fornecer, através do extrativismo, a complementação da renda dessas famílias. De certa forma, a localização do assentamento é, sem dúvida nenhuma, um privilégio da comunidade ali assentada. Como demonstrado no mapa (4), a TO-134 divide o PAAT ao meio, o que possibilita uma fácil locomoção pessoal para os centros urbanos, principalmente, dos filhos dos assentados que estudam nas cidades circunvizinhas.

Para a construção de um território, cujo destino seja a formação e reprodução de grupos sociais é necessário, primeiramente, desenvolver um estudo capaz identificar os elementos geográficos, naturais e culturais que, após delimitar de forma concreta seus limites territoriais, os sujeitos possam encontrar condições plenas de controle dos fluxos e de suas ações sobre o espaço habitado. Com isso, aproveitando das condições de infraestrutura viária, como é o caso do PAAT, esses sujeitos podem saber o que produzir, como produzir e para quem produzir, produtos e serviços, o que assegurará o desenvolvimento local.

Nesse aspecto, Haesbaert (2004, p.235) define o território ou os processos de territorialização enquanto “fruto da interação entre relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)”.

Porém, Haesbaert (2004) explica que Godelier (1984), influenciado pelo o marxismo, define o território como:

[...] uma porção da natureza e, portanto do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito a totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (GODELIER *apud* HAESBAERT, 2004, p. 54).

Analisando as palavras de Godelier, citadas por Haesbaert, é certo que os recursos de um determinado território são fatores importantes para o desenvolvimento de seu povo. No caso do PAAT, os recursos naturais existentes no seu interior podem ser compreendidos dentro da ótica do autor, como insuficientes, o que impossibilita a realização de ações sustentáveis das famílias que estão ali territorializadas, exceto para uma minoria beneficiada pelos cursos d'águas que banham seus lotes, o que os possibilitam desenvolver as atividades necessárias à promoção de suas famílias.

Pois assim, Haesbaert (2004) salienta que:

O território se torna assim um dos instrumentos utilizados em processos que visam algum tipo de padronização- internamente a este território, e classificação- na relação de outros territórios. Todos os que vivem dentro de seus limites detém assim, em determinado sentido, a ser vistos como “iguais”. Tanto pelo o fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle (interno ao território) quando pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites (HAESBAERT, 2004, p. 89).

Nessa perspectiva, mesmo havendo uma exceção de poucas famílias que foram beneficiadas com lotes contendo uma superioridade produtiva em relação às demais, principalmente pela presença de recurso hídrico, todas estão condicionadas a lutar pelo seu próprio sustento. De forma comum, essas famílias têm buscado desenvolver relações e ações, que venha beneficiar o cotidiano de toda a comunidade. Foi com propósito de buscar melhorias e igualdades sociais para todos, que os trabalhadores rurais ocuparam o território do PAAT.

Durante o processo de luta e conquista do assentamento, as famílias hoje ali assentadas, lutaram unidas, com o anseio de transformar aquele campo de luta em um local passível de se viver dignamente, um local onde as famílias pudessem construir sua identidade de grupo a partir do trabalho ali desenvolvido. Sobre essa identidade Haesbaert (2004, p. 89) afirma que:

[...] toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação.

Nesse caso entende-se que os grupos sociais constroem suas respectivas identidades, considerando tanto a dimensão funcional como simbólica⁸. A funcional poderá ser percebida pelo o que é produzido do trabalho familiar, o que forma uma característica do produto local. A simbólica é identificada nas territorialidades ali existente, assim como nas relações mantidas interna e exteriormente ao território.

É por esse aspecto, que a classe de trabalhadores rurais do país ao se territorializar num determinado espaço almeja a possibilidade de ter suas potencialidades econômicas e culturais alcançadas e, de fato, estabelecidas em seu território. Assim, Bergamasco e Norder (1996, p. 7) acreditam que “de maneira genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”.

Foi com essa objetividade que os trabalhadores rurais do PAAT lutaram e conquistaram àquele latifúndio. E durante o processo de luta e a espera pela divisão do assentamento já buscaram construir relações sólidas, que possibilitaram as condições de prevalência durante quase quatro anos acampados. Sem pouco ou quase nada, permaneceram ali em prol de seus objetivos. Segundo informou o entrevistado 3, nem uma cesta básica essas famílias receberam.

Entre o período de 1995 a 1999, esses trabalhadores ficaram acampados em barracos de palhas e lonas, assegurando o seu direito conquistado, para que quando o INCRA fosse dividir a terra, pudessem realmente serem contemplados com o lote. Como relata o morador do assentamento, entrevistado 03:

Foi um período que os companheiro que resistiu ali, que possuíam alguma coisa de valor como bicicleta, veículos velhos, animais e lote nas periferias das cidades,

⁸ Haerbaest (2004 p. 4-5) afirma que: “**Território funcional**” são Processos de Dominação, “Territórios da desigualdade”, Território sem territorialidade (empiricamente impossível), Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade), Território como recurso, valor de troca (controle físico, produção, lucro); “**Território simbólico**” são Processos de Apropriação (Lefebvre), “Territórios da diferença”, Territorialidade sem território (ex.: “Terra Prometida” dos judeus), Princípio da multiplicidade (no seu extremo: múltiplas identidades), Território como símbolo, valor simbólico (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva).

acabaram vendendo para comprar o alimento e assegurar o seu lote no P.A, até o INCRA fazer o repartimento.

O fato é que com a longa demora do INCRA em decidir pela negociação da terra e, depois, pelo corte dos lotes, as famílias que ocuparam o assentamento foram bastante penalizadas pela falta de assistência social, sendo esta de inteira responsabilidade do próprio INCRA. Para agravar ainda mais a situação, os assentados não poderiam sair para trabalhar em outros locais, pois correriam o risco de perder o seu direito à terra, que foi conquistado com muita luta. Segundo os assentados, caso o INCRA chegasse para cortar a terra, os que não tivessem presente, ficariam de fora do processo. Com isso, passaram necessidades básicas, como fome, sobrevivendo apenas do extrativismo.

Como afirma entrevistado 04, morador desse assentamento, para sobreviver no lote, até os dias de hoje, “muitas famílias que são assentadas aqui trabalham também no plantio de soja, eucalipto e fazendas vizinhas”, ou seja, são obrigados a vender sua força de trabalho ao capital produtivo, para não passarem fome. Pois, a terra conquistada por esses sujeitos, através do processo de reforma agrária, produz abaixo do suficiente para sustentá-los, e nem as políticas públicas do governo são capazes de promover ações que possam dar aos trabalhadores as condições de trabalharem a terra, a fim de que a mesma possa produzir e cumprir sua função social.

Diante disso, é preciso reconhecer que a situação do PAAT, assim como a de outros assentamentos rurais no Brasil, no que tange à qualidade produtiva do solo e à questão ambiental, atravessa momento crítico, sendo que o imediatismo político prevalece em relação à sustentabilidade e à conservação dos recursos naturais existentes nas áreas desapropriadas. Os instrumentos burocráticos são também agravantes que se mostram face às exigências legais, como o direito a isso e aquilo conquistado pelo trabalhador, mas não se materializa. Nesse sentido, é urgentemente necessário que as leis que façam valer os direitos dos trabalhadores rurais sejam executadas, a fim de mitigar o sofrimento dessa gente, principalmente nos assentamentos que passam por situações como a que se encontra o PAAT.

2.4 A forma de organização social na comunidade

Após a luta pela desapropriação da terra e a sua consolidação enquanto assentamento rural de reforma agrária, o novo território formado passou a ter características próprias diante da sua organização local. Independente da padronização das moradias organizadas e

construídas primeiramente pelo INCRA, cada família assentada passou a moldar seu o espaço mediante as suas necessidades específicas.

Com a territorialização dos Trabalhadores Rurais no PAAT, surgiu um aglomerado de residências conhecido como agrovila, um local para abrigar as famílias assentadas. Como mostra as figuras 3 e 4, os barracos de palha foram, ao longo dos anos, sendo substituídos por moradias simples, construídas de tijolos, cobertas com telhas e com piso de cimento.



Figura 3: Início da formação da agrovila do PAAT.
Fonte: Projeto Reviver (2001).

Um ponto a ser considerado, nessa etapa da construção das primeiras moradias nos assentamentos de reforma agrária, é a ausência de um programa habitacional adequado, para atender as famílias assentadas. Diante disso, os barracos, como são chamados pelos próprios assentados, são construídos como pode e como dá, com o mínimo de qualidade. Para Carvalho et al. (2009),

[...]. O atraso na liberação do dinheiro destinado à construção das moradias de alvenaria é motivo de insatisfação local. A ausência de recursos para construção de moradias obriga as famílias a improvisar habitações com os materiais que encontraram na própria parcela, como folhas de coqueiros, madeira, barro, tabuas, lonas, dentre outros produtos de baixo custo. Geralmente, o piso é de chão batido. As refeições são preparadas fora das casas, numa espécie de rancho, em fogões de lenha de fabricação própria, construídos com barro e madeira. Usa-se lenha

encontrada nos lotes, o que faz da rotina diária uma tarefa árdua, podendo também causar impactos sobre a vegetação local. As residências não conferem segurança e nem protegem adequadamente contra chuva, frio e fogo. Ademais, suas estruturas constituem abrigos para insetos nocivos ao homem, como barbeiro e aranhas. O descontentamento das famílias assentadas com as condições de moradia pode vir a interferir diretamente na permanência destas no assentamento e numa maior dedicação e/ou vínculo dos membros da família à unidade produtiva (CARVALHO, et al., 2009, p.86).

Na maioria dos projetos de assentamentos rurais, só após vários anos depois de sua instalação é que as famílias passam a receber as casas construídas pelo INCRA. No caso do PAAT, as famílias ali assentadas só foram contemplada com o programa habitacional, dois anos depois da criação do assentamento. Enquanto isso, viveram em habitações com situações “precárias”.



Figura 4: Agrovila do PAAT já estabelecida.

Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2012).

A maioria das famílias assentadas reside nessa agrovila, enquanto uma minoria optou por morarem em seus lotes, assim, tiveram suas residências construídas dentro dos mesmos. A agrovila possui energia, água encanada, porém não tratada e nem sempre é suficiente para atender toda a comunidade.

A agrovila possui uma pequena escola que recebe alunos apenas do ensino primário. Aqueles que precisam e querem continuar estudando, é preciso migrarem para as cidades

vizinhas, com parte de seus familiares ou enfrentar uma distância de quase quarenta quilômetros, todos os dias, dentro dos transportes escolares, até cidade de Darcinópolis, o local mais próximo que possui escola para atender os alunos que concluíram o ensino primário no PAAT.

O posto de saúde da comunidade é pequeno, serve apenas para prestar o atendimento básico de saúde ao trabalhador. Em casos de grande demanda, os paciente são encaminhados para as cidades vizinhas. A vida nessa comunidade é bastante sofrida, a vila não possui infraestrutura de saneamento básico e nem de transporte público, ou seja, é visível a ausência das políticas públicas nesse local.

Quando se trata do contexto escolar da comunidade, vale ressaltar que da população residente nos assentamentos rurais no Brasil, em 2012, o IBE (2012) mostra que cerca de 24% não tem acesso à educação. É do conhecimento da maioria da população e do governo que a educação é um direito social garantido pela Constituição da República⁹, citado em seu Artigo 6º. A garantia educacional ao indivíduo é também reconhecida pela LDB¹⁰ que, em seu Artigo 4º, estabelece que a educação pública escolar é dever do Estado, mediante a garantia do ensino fundamental e médio obrigatórios e gratuitos.

Diante disso, com os dados coletados na pesquisa de campo foi criado um gráfico, para viabilizar a análise do grau de estudo dos trabalhadores do PAAT. Nessa perspectiva, pode observar que os números encontrados fazem, dessa comunidade, apenas mais uma comunidade rural escassa das políticas públicas educacionais, contribuindo para a estatística do alto índice de analfabetismo no Brasil.

⁹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

¹⁰ BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). 1996.

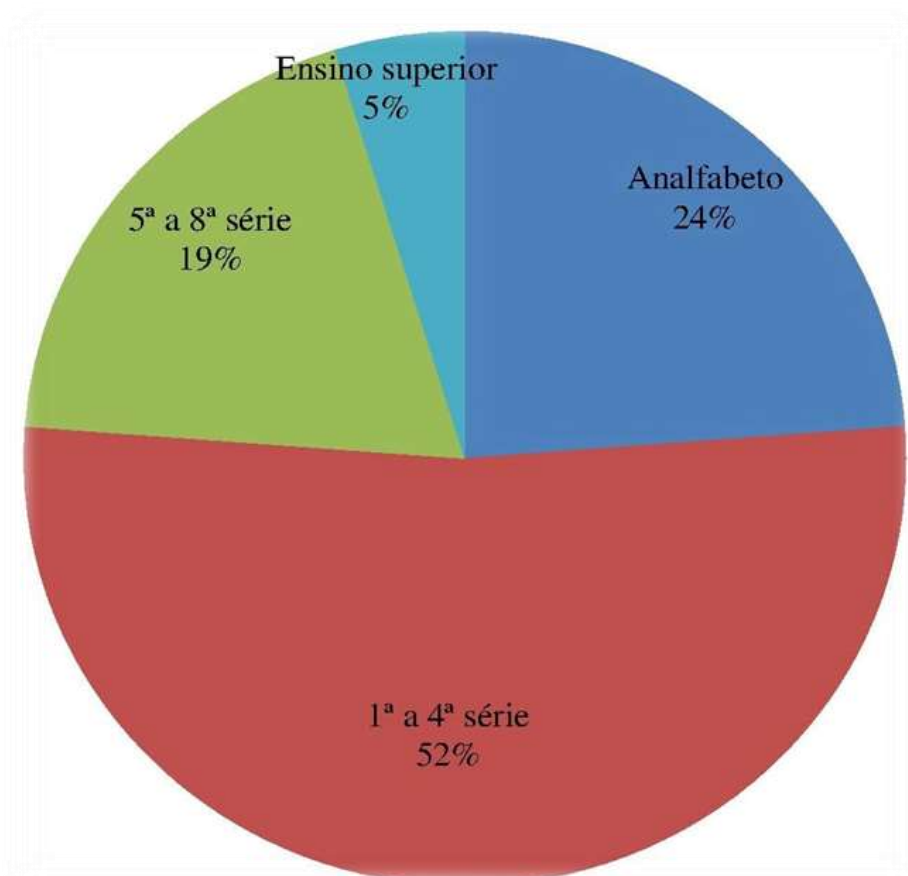


Gráfico 6: Nível escolar da comunidade do Projeto de Assentamento Amigos da Terra.
Autor: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2013).

Os números sobre o baixo índice de instrução educacional no assentamento possuem uma relação direta com a renda dos trabalhadores. Há uma falácia de que para se morar no campo não é necessário possuir auto grau de instrução escolar, porém, é importante lembrar que a educação existe não apenas para que um indivíduo possa ascender economicamente, mas também para o exercício da cidadania, a solidariedade e a justiça social.

Ao instituir as diretrizes operacionais para uma Educação Básicas para as Escolas do Campo, a Resolução CNE/CEB 1, de 3/4/2001, em seu Artigo 4º afirma que:

O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á em um espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Inúmeras comunidades camponesas são carentes de políticas públicas voltadas para atender a demanda educacional, primordialmente nas comunidades tradicionais e/ou assentamentos de reforma agrária. Isso, tem propiciado o alto índice do analfabetismo no

campo, como foi mostrado no gráfico 6, sobre comunidade do PAAT. Essa realidade educacional reflete diretamente na renda familiar da comunidade.

A renda familiar da comunidade, a qual é tratada aqui neste trabalho, fica baseada na pequena agricultura familiar, programas do governo e na aposentadoria, visto que há um percentual muito alto de pessoas idosas, e de pessoas que participam dos programas sociais do governo, como o bolsa família e o bolsa verde. Não existe outro tipo de trabalho que não seja lidar com a terra, uma das únicas formas de assegurar uma renda melhor a esses trabalhadores.

A aquisição da renda *per capita* e também familiar, na comunidade, se torna ainda mais complexo, quando os problemas estruturais relativos à baixa qualidade dos recursos naturais não permitem que os trabalhadores tenham uma sequência na produção da agricultura familiar, o que daria a eles e as suas famílias uma “estabilidade” financeira.

Sobre essas condições de vidas dos assentados, afirma Bergamasco e Norder (1996) *apud* Lopes (2005, p. 6):

De qualquer modo, após a (re)conquista da terra os assentados deparam com as dificuldades para garantir a viabilidade socioeconômica dos projetos, decorrentes em grande medida, do descaso de um poder público que não tem oferecido a necessária infraestrutura social de saúde, educação, transporte, energia elétrica etc., nem uma política agrícola condizente com as especificidades socioeconômicas e regionais destes produtores.

Assim, é possível entender que as condições vividas pelas famílias assentadas, na maioria dos assentamentos criados pelo INCRA, é fruto de uma política agrária desestruturada, sendo esta, por sua vez, uma política que não dá suporte e subsídios necessários às atividades desenvolvidas pelos grupos familiares dentro dos assentamentos.

Dentro desse contexto, Stédile (2012) enuncia que a reforma agrária, hoje, não é mais pra ser feita como antigamente, por exemplo: o governo dava terra e o assentado “se virava”. Hoje, o governo tem que dar a terra, o suporte necessário para a produção e manutenção da propriedade, escola, posto de saúde, assistência técnica e, até mesmo, uma pequena agroindústria de leite ou para outros fins, para que os assentados possam se desenvolver. Dessa forma, o governo dá possibilidades e incentivos para que os trabalhadores, situados em pequenas propriedades, produzam alimentos suficientes para cobrir as necessidades de suas famílias e, até mesmo, das cidades da região.

Ao contrário do que foi mencionado, o entrevistado 05, morador do assentamento, relatou que em vez do PAAT produzir:

Tem gente aqui que compra milho pra criar galinha [...] e num tiro o direito deles não, tiro não [...] gente, aqui nos sofri, num é brinquedo não. Oia plantei um arroz botei tanto adubo que o pessoal passava e perguntava, pra que tanto adubo #####? [...], é pro que a terra é fraca, [...] o arroz nasceu ficou pitititim e não deu cacho [...] a terra num dá. (Entrevistado 05, depoimento colhido em: 07/07/2012).

É visto que a dificuldade das famílias do PAAT em produzir na agricultura familiar esteve muito presente ao longo da formação do território local. Tecnicamente, essa comunidade sempre foi carente de recursos financeiros para fomentar seus trabalhos na terra, a fim de furar as barreiras que impede a produção, como, por exemplo, a falta de preparação do solo para o plantio. Diante disso, o desafio dos assentados tem sido o de se organizar para lutar em busca das melhorias necessárias para o assentamento, reivindicando junto aos órgãos públicos os seus direitos que são garantidos perante a lei.

De acordo com as necessidades encontradas nos assentamentos rurais para os assentados se organizarem e produzirem na terra, é certo que com a assistência de recursos financeiros do governo e mão de obra especializada, teriam condições seguras para que ambos pudessem desenvolver as atividades produtivas de acordo a aptidão de cada trabalhador no seu pedaço de terra. Abdala e Santos (2007, p. 688) mostram que o universo da agricultura familiar necessita de políticas públicas específicas nas áreas de crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, na promoção da agroindustrialização e de um esforço integrado de desenvolvimento da área rural.

No PAAT a assistência técnica cedida pelo governo, só passou a atender as famílias das respectivas associações Agrifate e Margarida Alves, a partir do ano de 2002, três anos após os assentados serem alocados em seus respectivos lotes. No mesmo período, foi acertado entre as associações e o INCRA a concessão de ATE's para a elaboração de projetos destinados a cada assentado, para que tivessem acesso às linhas de créditos do governo, como, por exemplo, os PRONAF's.

No primeiro instante, o acesso ao crédito e parceria com as empresas de assistência técnica representaram um avanço de grande relevância para o desenvolvimento da agricultura familiar no PAAT. Porém, como a maioria dos trabalhadores estavam empolgados com a situação momentânea em que se passava o assentamento, foram atraídos pela armadilha do banco e aceitaram projetos que não condiziam com a realidade do assentamento.

Assim, muitos não conseguiram implantar uma determinada atividade financiada, como por exemplo, aquelas destinadas à compra de gado leiteiro, sem que seus lotes tivessem o suporte necessário para executá-la. Como consequência, não conseguiram retorno para quitar seu financiamento e nem tiveram mais acesso a outras linhas de créditos. Dessa forma,

verificou-se que, até a data da presente pesquisa, existiam, na comunidade, vários trabalhadores com inadimplência junto ao banco.

Nesse aspecto, Targino et al. (2005, p. 23) descreve o principais fatores relacionados ao processo de endividamento dos trabalhadores rurais nos assentamentos:

a) os projetos mal elaborados e/ou mal implementados, com planilhas de viabilidade dos projetos em que os técnicos utilizam os preços dos produtos no período de entressafra e indicadores de produtividade média das culturas para o conjunto do Estado, maquiando o índice de produtividade das culturas; b) uso do financiamento para o cultivo de lavouras tradicionais que não oferecem condições de rentabilidade; c) a liberação de crédito ocorre, via de regra, depois do período do plantio; d) descontinuidade e fragilidade da assistência técnica, como por exemplo, o governo não renovou o “Projeto LUMIAR” que era o responsável para dar assistência técnica aos assentamentos do INCRA; e) falta de estrutura mínima para a comercialização do produto pelos assentados, uma vez que nem a prefeitura e nem o estado mostraram-se interessados em auxiliar nessa questão; f) limitação da capacidade de gerenciamento de material ou dinheiro por parte dos assentados para que possa sozinho organizar a produção; g) ocorrência de secas, (...), associada à insuficiência do acesso ao seguro agrícola; h) voracidade dos diversos agentes, por exemplo, o próprio gerente do banco induz o colono a aplicar o dinheiro do empréstimo em outros fins que não a produção, a exemplo de seguros de vida e; i) falta de uma política mais adequada pelo INCRA de solucionar problemas domésticos corriqueiros, devido a um excesso burocrático.

Os casos citados por Targino e Couto, ocorridos nos assentamentos rurais da Zona da Mata Paraibana não são casos isolados, mas ocorrências vividas por trabalhadores de muitos lotes de reforma agrária no Brasil. Esse caso tem ocorrido no PAAT, desde sua fundação. Nesse sentido, fica entendido que os critérios do INCRA, tomados para assentar e mediar a organização dos camponeses no PAAT, foram inadequados. Primeiro, por terem assentado as famílias numa terra seca e arenosa sem qualidade para trabalhar e produzir e, segundo, por não viabilizar projetos de qualidade que pudessem dar uma renda melhor a essas famílias, sendo o resultado desse feito a alta inadimplência desses assentados, impossibilitando-lhes conseguir outros financiamentos junto aos bancos.

Para tentar equacionar boa parte dos problemas de endividamento com os bancos e a falta dos recursos para investimento em suas atividades da agricultura familiar, no ano de 2005, a comunidade do PAAT foi contemplada para receber parte da execução de um projeto gerido pela Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Corda (ATRVC), conhecido como Projeto Reviver. Essa etapa do projeto era uma complementação do mesmo, que já vinha sendo executado em outras comunidades, nos anos anteriores.

O Projeto Reviver tinha como metas: a solidificação das atividades de Apicultura, Piscicultura, Comercialização, Educação Ambiental, Manejo de Sistemas Agroflorestais (Safs), Agroindústria, Recuperação de Mata Ciliar, Produção de Mudas, Intercâmbio,

Seminário, Inventário, Cursos, Diagnóstico, Mutirões, Oficinas, Relatório e Formação. Essas atividades eram executadas pela equipe técnica da ATRVC.

A criação e/ou a aprovação do Projeto Reviver se deu no ano de 1997, quando a Associação dos trabalhadores Rurais Vale do Corda conseguiu a aprovação do projeto junto ao Banco Mundial. A sede da entidade gestora do projeto localiza-se no município de Wanderlândia (TO), e tinha como campo de trabalho os assentamentos de reforma agrária e comunidades tradicionais da região.

A execução do projeto se dava em etapas. Tinha como objetivo contribuir com o desenvolvimento sustentável das comunidades contempladas pelo projeto, atuando na melhoria da qualidade de vida do trabalhador, combinando geração de renda e preservação ambiental. Um dos objetivos específicos desse projeto era trabalhar a atividade apícola, com finalidade de criar mecanismos para melhorar a qualidade de vida e a preservação ambiental das comunidades envolvidas.

Segundo Jesus (2011), o Projeto Reviver visava primeiramente à preservação do Cerrado e a geração de renda através da implantação da atividade apícola no Cerrado. Tendo como o foco principal, a criação de abelhas de forma racional para extração do mel. O alto índice de preservação do cerrado do PAAT como também das demais comunidades envolvidas, acolheu muito bem a atividade apícola, possibilitando um meio de economia sustentável, que ajudou fortalecer e alavancar o desenvolvimento econômico das famílias que passou a exercer a atividade.

A partir do ano 2005, a atividade apícola passou a ser desenvolvida e a fazer parte da agricultura familiar no PAAT. No primeiro momento, houve um impacto bastante positivo na execução da apicultura no assentamento. As famílias que passaram a desenvolvê-la tiveram uma complementação avantajada na sua renda, além disso, boa parte dessas famílias começou a adquirir e por em prática a consciência ambiental para preservar o cerrado local.

Com o sucesso momentâneo da atividade no assentamento, mais famílias passaram a fazer parte do projeto, e outras adotaram a ideia de serem simpatizantes da apicultura, tamanho foi o ganho das famílias envolvidas na atividade e que, por algum momento, esqueceram que um dia foram vítimas da implantação dos projetos mal sucedidos no PAAT.

Enquanto o Projeto Reviver foi executado no PAAT, a diversificação da agricultura familiar, através da apicultura, começou a superar alguns problemas deixados pelos projetos do INCRA. Como foi dito pelos assentados, muitos trabalhadores se tornaram apicultores e passaram ter o mel, produto das abelhas, como mais um elemento gerador de renda para as famílias.

Para melhorar o exercício da atividade no assentamento, as famílias envolvidas receberam capacitação técnica, participaram de encontro de apicultores para troca de experiências e receberam mudas de plantas nativas da região para a criação SAFS nos seus lotes. Dentro da visão do projeto, o SAF's tinha o papel de fortalecer o pasto apícola e sucessivamente a produção de mel, como também produzir frutas para o consumo familiar.

O Projeto Reviver teve duração de vinte quatro meses. Enquanto isso, a apicultura, no PAAT, desempenhou um importante papel social, econômico e ambiental. Os apicultores se organizaram pra manter um ambiente preservado para que as abelhas pudessem produzir mais e com melhor qualidade e, assim, aumentar a renda das famílias. Durante o período em que a atividade apícola foi executada pelo Projeto Reviver no PAAT, foi disponibilizado pela ATRVC uma equipe técnica que auxiliava os apicultores no exercício da apicultura e nas demais atividades da agricultura familiar.

Em meados de 2007, o Projeto Reviver chega ao final de sua execução, e a apicultura, que ainda não havia sido consolidada no PAAT, passou a sofrer quedas na sua produção. Com o fim do projeto, o assentamento deixou de receber elementos cruciais para o andamento da atividade apícola, tais como a assistência técnica e incentivo financeiro. Sendo assim, a atividade enfraqueceu e muitas famílias deixaram de exercê-la.

Com a chegada da apicultura aqui no assentamento, nossa renda melhorou e, muita gente aqui deixou de botar fogo no Cerrado, até as pessoas que não criavam abelha deixou de fazer queimadas nos seus lotes. Também no tempo que o Projeto Reviver estava aqui com a sua equipe de técnicos, mesmo nós não tendo dinheiro pra comprar os equipamentos para as abelhas trabalhar, tinha mais produção de mel, porque os técnicos dava orientação para nós trabalhar com as abelhas e em outras coisas que nós produzia em nossas terras (Entrevistado 06).

A partir de então, a apicultura no PAAT vem sendo executada sem grande participação da comunidade. Apenas um grupo pequeno de famílias permaneceu, mantendo-a como atividade de diversificação da agricultura familiar. O referido grupo vem tentando superar as dificuldades para o desenvolvimento da atividade apícola, a fim de poder tê-la novamente como o elemento fortalecedor da renda familiar. Os trabalhadores que ainda desenvolvem a atividade apícola no assentamento, não conseguiu superar os prejuízos com os projetos mal elaborados do passado e nem todos se firmaram como apicultores. Mas, durante o tempo em que foram esquecidos pelas políticas públicas do governo, encontraram na apicultura condições necessárias para se manterem na terra.

Enquanto a atividade apícola se desenvolve de maneira lenta, a vida da comunidade não para. Os assentados desse assentamento continuam buscando alternativas para a

sobrevivência de seu grupo familiar. Como mostra os números apresentados no gráfico 7, muitos têm conseguido, mesmo que de forma rudimentar, produzir o necessário para a alimentação de suas famílias. Outros, por falta de condições para desenvolver o trabalho e gerar renda nos seus lotes, têm procurado vender sua força de trabalho ao agronegócio que vem se instalando próximo ao PAAT.

Nesse sentido, é preciso enfatizar a insatisfação dos assentados diante das poucas oportunidades que os restam. A grande maioria dos que deixam seus lotes, para venderem a sua força de trabalho aos estabelecimentos externos ao assentamento, vão de forma forçada, pois os mesmos precisam sustentar seus familiares, uma vez que a renda local é insuficiente para tal função. Esses sujeitos gostariam mesmo era de trabalhar na sua terra e gerar junto com sua família o seu desenvolvimento social. Como isso é pouco possível, essas famílias vão se mantendo ora da venda da sua força de trabalho, ora da sua produção local.

Algumas culturas de subsistência são cultivadas pelos grupos familiares do PAAT em seus lotes. O gráfico (7) mostra as principais atividades desenvolvidas no assentamento, sendo que cada grupo desses trabalhadores, além de ter sua atividade principal, também agrega outras atividades para diversificar a produção e aumentar a sua renda. É preciso observar que, no PAAT, os trabalhadores priorizam as atividades que mais tem se adaptado ao solo e também as mais necessárias para a alimentação familiar, como os cultivos de arroz, feijão, mandioca e a criação de galinhas.

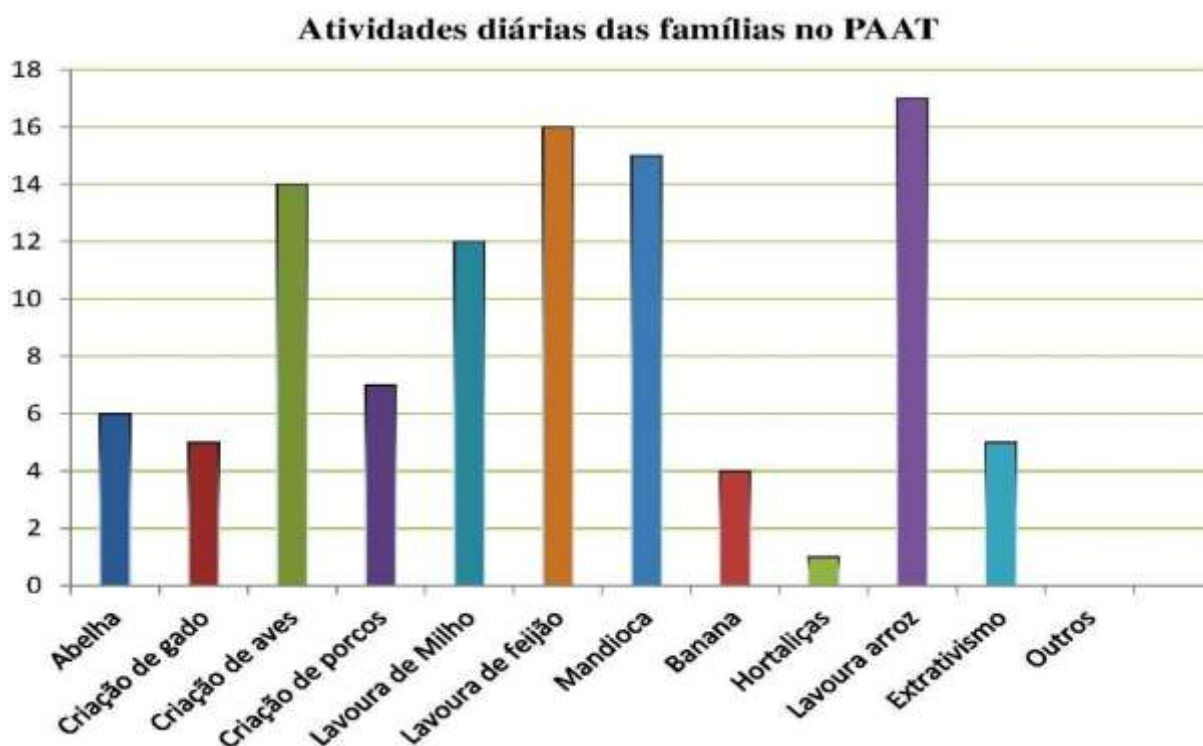


Gráfico 7: Atividades realizadas na agricultura familiar no Projeto de Assentamento Amigos da Terra.
Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2013).

As outras atividades mostradas no gráfico 7 – o plantio da banana e da alface, a criação de porco e de bovino – são atividades executadas por poucas famílias, pois esses cultivos juntamente com as criações são formas de trabalho que exigem muito do solo e requerem bastante água. Como já foi diagnosticado nesse trabalho, a composição de nutrientes e os recursos hídricos existente no solo do PAAT são insuficientes para que as famílias possam trabalhar suas atividades produtivas o ano todo. Dessa forma, essas atividades são trabalhadas apenas nas poucas propriedades que contém solo com os requisitos exigidos por elas.

A apicultura, que será melhor abordada no último capítulo, é a atividade que mais tem a possibilidade de se desenvolver no PAAT, pois nesse local existem as condições necessárias à sua produção. Essa região possui florada o ano todo e, apesar da água ser bem restrita, é suficiente para sustentar essa atividade, porém, a falta de recursos tem sido o principal empecilho para a sustentação dessa e de outras atividades no assentamento.

O extrativismo, por sua vez, foi, no início do assentamento, uma das principais fontes de sustento para as famílias locais, porém, com a chegada dos empreendimentos agrícolas na região do entorno, o desmatamento acelerado do Cerrado fez desaparecer as principais espécies de plantas e animais produtores de alimentos. As árvores como pequi, buriti, açai, bacuri, etc. foram derrubadas, e até a caça que existia nessa região desapareceu. Agora, o extrativismo é praticado apenas dentro do assentamento, pois, quase toda vegetação do Cerrado exterior ao assentamento foi substituída pela monocultura da soja e do eucalipto, obrigando boa parte dos trabalhadores do PAAT procurarem outras alternativas de trabalho.

O gráfico (8) mostra que 59% dos assentados dedicam sua força de trabalho exclusivamente nas atividades exercidas nos seus lotes. Por outro lado, as alternativas de trabalho no PAAT não têm sido muitas, às vezes até insuficiente para o trabalhador conseguir sustentar sua família. Com isso, boa parte da mão de obra no assentamento fica ociosa, o que leva a ser aproveitada por outras formas de atividades fora do assentamento.

Nesse sentido, os empreendimentos agrícolas estão sendo responsáveis por contratar cerca de 37% da mão de obra vinda do PAAT, e as fazendas agropecuaristas detêm de 4% da mão de obra vinda do assentamento, com dedicação exclusiva às atividades da fazenda.

Local de trabalho do assentado

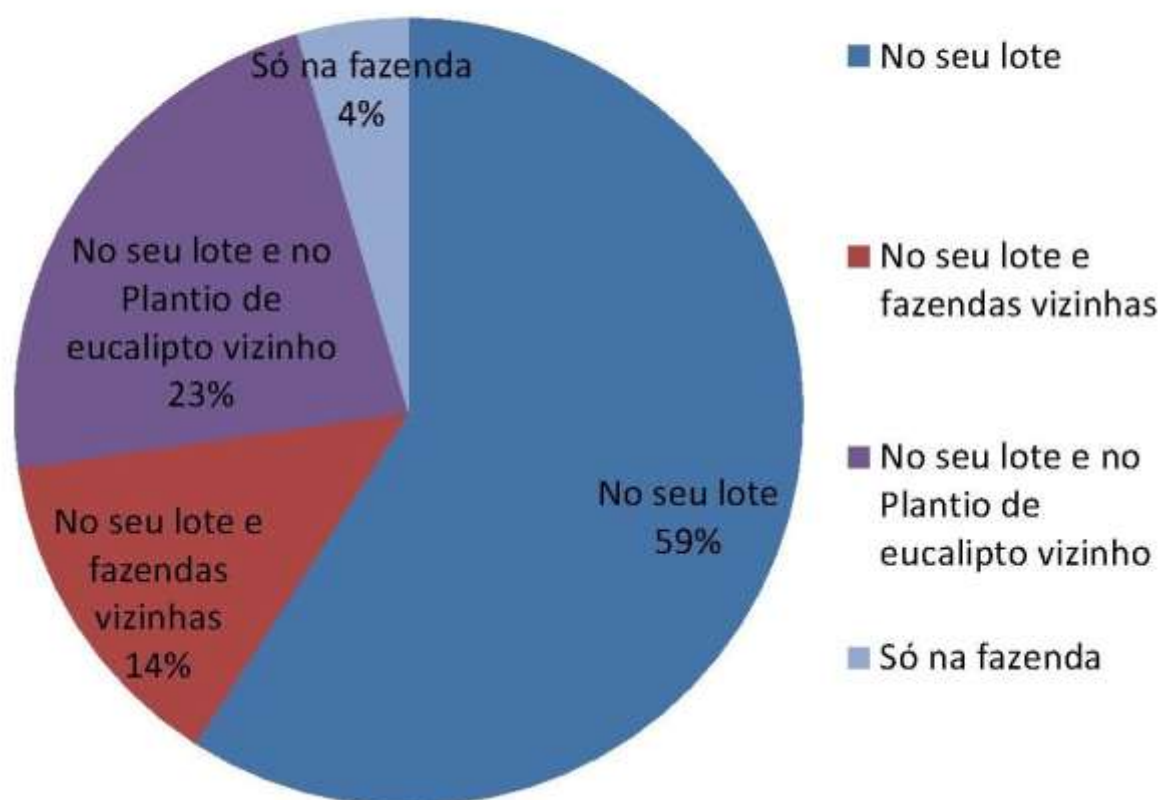


Gráfico 8: Alternativas de trabalho dos assentados do Projeto de Assentamento Amigos da Terra.
Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2013)

Descrente das políticas públicas e principalmente com as falsas promessas feitas por políticos em período de campanhas eleitorais, alguns trabalhadores, depois de tantas lutas, já pensaram em abandonar os seus lotes. Por outro lado, muitos reconhecem que a luta maior, não é pela conquista da terra e sim pela consolidação sustentável sobre território. Dessa forma, é preciso persistir na luta e se organizar para se resguardar de dias nebulosos que estão sempre rodeando os trabalhadores rurais, nesse país.

Face aos acontecimentos, a comunidade do PAAT tem se mobilizado para tentar se defender dos problemas que o agronegócio possa causar ao assentamento e consequentemente a seus moradores. Os trabalhadores têm acompanhado, nos últimos anos, o avanço do eucalipto que, de forma acelerada, está avançando em direção ao assentamento, dia após dia. Dessa forma, eles temem que o “deserto verde” adentre ao assentamento e devaste também todo o cerrado que ainda resta na região. Como descreve Fernandes (2008, p. 05): “O inimigo comum dos movimentos camponeses em todo o mundo chama se agronegócio”.

A preocupação da comunidade do PAAT tem se tornado ainda maior devido ao uso incessante de agrotóxicos nas monoculturas da soja e do eucalipto. Os moradores da

comunidade afirmaram que estão sendo atingidos pela pulverização aérea. A deriva dos biocidas tem caído sobre o cerrado e contaminado o pasto apícola, o que pode causar a intoxicação e a morte das abelhas.

O entrevistado 07 mostra uma preocupação imensa com o uso indiscriminado dos agrotóxicos nas monoculturas, no entorno do PAAT. Segundo ele,

A soja, o primeiro problema da soja é aquilo que acabamos de falar (o veneno), quando esta desse tamanho, bate um veneno, aquele veneno num atinge só La não, porque joga ele la é de avião, é de avião, joga e, quando da pra jogar de trator joga de trator, e quando num dá, joga de avião, eu mesmo estou cansado de ver o aviãozinho rodando ai pra cima, principalmente é quando é pra ela madurar, que ai quando ela madurar pra entrar o trator dentro esculhamba muito ela, (...), então quer dizer que aquele veneno jogado daqui, daqui o que? Daqui uns três a quatro quilombo, eles passa ele la, o vento joga pra cá tudo aqui, a enxurrada que todo enxurro que desse aqui vai cai no ribeirão do regalo, todas elas, cai no ribeirão do regalo (Entrevistado 07).

Além da degradação que vem sendo feita ao bioma Cerrado, a supervalorização das terras deste assentamento também passa a ser uma ameaça ao PAAT. O que se tem acompanhado, nos últimos anos, é que o Cerrado brasileiro tem sido o principal alvo dos grandes empreendimentos agrícolas, principalmente para produzir soja e eucalipto. Com isso, devido à vida precária vivida por muitas famílias, no assentamento, pode ser que estas não suportem as ofertas feitas pelas empresas e acabam cedendo seus lotes para o agronegócio.

Por outro lado, em meio a este foco de tensão, os trabalhadores rurais do PAAT vêm sobrevivendo, trabalhando com pequenas lavouras anuais nos tempos chuvosos e também desenvolvendo a atividade apícola, a fim de se manter na terra que tanto lutou. O entrevistado 8 afirma “ser dureza viver lutando sem saber se um dia vai ter resultados. O mesmo conta que é muito difícil lidar com uma terra tão fraca sem ajuda. Nem mesmo o INCRA tem aparecido para dar um suporte, nem que seja um punhado de adubo para cada um plantar uma muda de banana”.

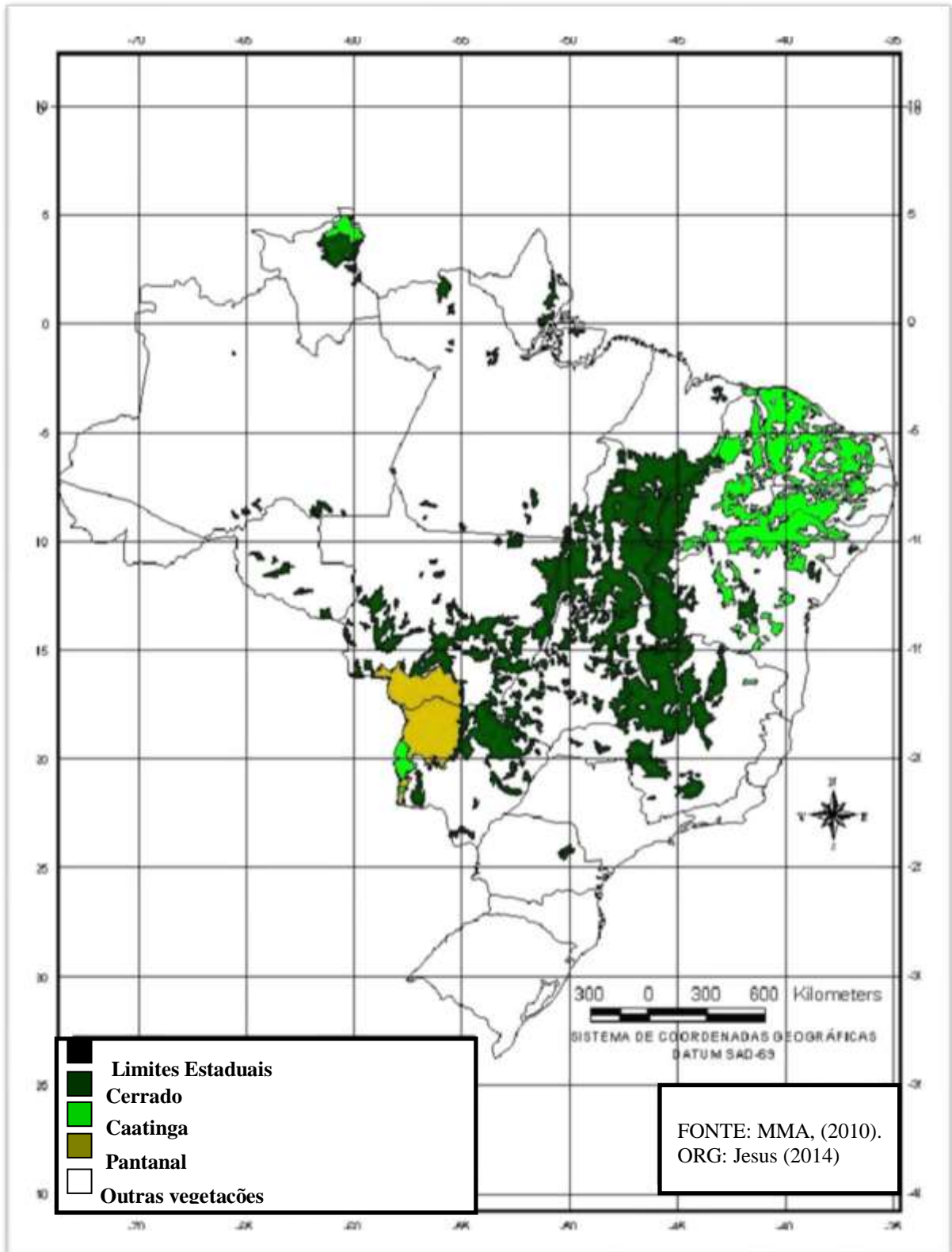
Portanto, mesmo com essa intensa dinâmica territorial no campo, produzida diante da luta dos trabalhadores em prol da sua dignidade, é possível certificar que os desafios têm se mostrado de forma geométrica no que diz respeito ao melhoramento da qualidade de vida, das famílias dos assentamentos rurais e/ou comunidades de povos tradicionais, que demandam programas de Reforma Agrária. Para Bamat e Leno Neto (1998), as dificuldades não acabam apenas com a distribuição de terras, como foi destacado anteriormente, pois a implantação dos projetos de assentamentos sem os devidos planos de desenvolvimento local é um entrave para o real desenvolvimento dessas novas territorialidades no rural brasileiro.

Portanto, o estudo sobre a ocupação e formação territorial do Projeto de Assentamento Amigos da Terra permitiu a análise de um conjunto de verificações, dentre as quais se destacam a luta e a coragem dos camponeses que habitam sobre esse território. Pois, ainda sofrem por não terem suas práticas produtivas desenvolvidas e, assim, continuam sofrendo com a ausência das políticas públicas que poderiam lhes proporcionar uma melhor qualidade de vida e garantir, a essa comunidade, forças para resistir e lutar contra o sistema tão adverso como o que é imposto pelo capitalismo.

2.5- A preservação do Cerrado como forma de consciência ambiental e sobrevivência

O Projeto de Assentamento Amigos da Terra possui, no seu contexto territorial, um Cerrado com diversos tipos de vegetação, que vai desde o Cerrado ralo até o “cerradão” que alcança uma área de transição entre Cerrado e floresta amazônica. Assim, o território brasileiro é composto por diversos ecossistemas e, dentre estes, o mais belo e variado está no Bioma Cerrado. Como mostra o mapa (5), ele é o segundo maior bioma do país. “O Cerrado ocupa uma área de aproximadamente 1,8 milhões de quilômetros quadrados (cerca de 20% do território brasileiro) e corta diagonalmente o país no sentido Nordeste-Sudeste” (AGUIAR *et al.* 2004).

O Mapa (5) mostra os principais Biomas do Brasil, dentre estes compreendem os limites vegetacional do Bioma Cerrado em todos os sentidos nas diversas regiões do território nacional. Vejamos:



Mapa 5: Mapa da distribuição da vegetação do Cerrado, da Caatinga e do Pantanal no Brasil em 2002.

Através dos dados de pesquisa levantados em campo, percebe-se que o Cerrado não se restringe apenas a uma vegetação rasteira com arbustos tortuosos e de solos pobres como muitos acreditam. Realmente, essas são algumas características do Cerrado conhecido como

Cerrado restrito. Entretanto, também se observou que esse vasto bioma se completa na imensidão das matas ciliares e de galerias que cobrem e protegem uma extensa quantidade de rios, córregos, nascentes e fundos de vales que possuem, em seu interior, solos riquíssimos em matéria orgânica.

Sobre essas espécies de formações florestais, Ribeiro e Walter (1998, p. 104) afirmam que:

As formações florestais do Cerrado englobam os tipos de vegetação com predominância de espécies arbóreas e formação de dossel. A Mata Ciliar e a Mata de Galeria são fisionomias associadas a cursos de água, que ocorrem em terrenos bem drenados ou mal drenados.

Com toda essa gama de vegetação de diferentes espécies, pode-se ter uma rica floração, ampla e contínua. Com isso, o Cerrado se constitui dispondo de totais condições para o povoamento e a reprodução de vários ambientes aquáticos, diversas espécies de plantas e animais, sendo as abelhas uma das espécies que têm se adaptado muito bem a esse bioma, devido à grande disponibilidade de alimento.

Por outro lado, as abelhas contribuem de forma riquíssima na proliferação e preservação das espécies de plantas, através da polinização. Pode-se afirmar também que o Cerrado brasileiro é, por sua vez, um local ideal para o desenvolvimento da atividade apícola, com florada praticamente o ano todo, principalmente nas localidades de matas ciliares que mantêm o pasto apícola repleto de alimentos e água necessários para a produção de mel e outros produtos das abelhas. Segundo Brito (2011, p. 23),

Em termos gerais, pode-se afirmar que a apicultura sempre foi uma atividade intrinsecamente ligada à natureza, seja pelo trabalho de polinização das plantas, de importância fundamental para a agricultura, proporcionando ganhos de produtividade em diversas culturas, favorecendo a manutenção da biodiversidade e impactando positivamente a sustentação do ecossistema local, seja pela produção do mel e outros produtos também utilizados na alimentação humana e com fins terapêuticos.

Nesse sentido, vimos que a apicultura é uma atividade de reconhecida importância na geração de emprego e renda, fator de diversificação da propriedade rural, proporcionando benefícios sociais, econômicos e ecológicos. De acordo com a visão de Camargo (2002), a apicultura possui grande relevância porque contribui fortemente para a disseminação da consciência ambiental do indivíduo, já que a disponibilidade de matéria-prima depende da vitalidade floral dos territórios onde é praticada.

É preciso aprofundar ainda mais nessa caracterização, a fim de conhecer melhor o Bioma Cerrado que se apresenta como um amplo complexo vegetacional. É formado por árvores, arbustos e gramíneas, além de algumas características específicas, como: a existência de duas estações climáticas, distintas (Seca e Chuvosa), solo com PH ácido e composição paisagística formada por um mosaico de fitofisionomias divididas, por Ribeiro e Walter (1998), em três formações principais. O termo Cerrado é comumente utilizado para designar o conjunto de ecossistemas (savanas, matas, campos e matas de galeria) que ocorrem no Brasil Central (EITEN, 1977; RIBEIRO et. al., 1981, p. 126).

O Cerrado se estende em área contínua por 11 estados brasileiros: Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo e Tocantins. Ainda, sobre a dimensão do Cerrado, Aguiar *et. al.* (2004, p. 18) afirmam que:

A área central do Cerrado limita-se com quase todos os biomas, à exceção dos campos sulinos e os ecossistemas costeiros e marinhos, mas existem também enclaves de Cerrado na Amazônia, na Caatinga e na mata atlântica (por exemplo na região de Barbacena, MG). Tais áreas são remanescentes de um processo histórico e dinâmico de contração e expansão das áreas de Cerrado e de florestas, provocado por alterações climáticas ocorridas no passado.

Ainda, no mesmo contexto citado por Aguiar *et al.* (2004), observa-se que Tocantins é formado por planaltos e/ou áreas ligeiramente onduladas, estendendo-se por imensos planaltos e chapadões, o que constitui pouca variação altimétrica se comparado com a maioria dos outros estados. O estado apresenta uma grande quantidade de áreas de veredas e de preservação permanente (APP), unidades de conservação (UC's) e bacias hídricas, onde se incluem santuários naturais como a Ilha do Bananal (a maior ilha fluvial do mundo) e os parques estaduais do Cantão, do Jalapão, do Lajeado e o Monumento Nacional das Árvores Fossilizadas, entre outros. Aguiar *et al.*, (2004, p. 24) afirmam que:

Boa parte dessa riqueza pode ser explicada pela existência de um mosaico natural de ecossistemas que compartilham a paisagem do Cerrado. De acordo com Mendonça *et al.*, (1998), cerca de 35% das plantas do Cerrado são típicas da formação Cerrado sentido restrito, 30% das espécies de plantas do Cerrado são matas de galerias, 25% de áreas campestres e 10% ainda não estão classificadas.

Por outro lado, consensualmente os ambientalistas, populares e até os órgãos do governo que trabalham com a defesa do meio ambiente têm notado a tamanha desarmonia em que se encontra esse ecossistema. Considera-se que 70% do Cerrado já desapareceram,

principalmente as áreas de veredas, devido à degradação ambiental causada pelo crescimento desenfreado da pecuária e das monoculturas implantadas pelo agronegócio, durante as últimas décadas.

A destruição dos ecossistemas que constituem o Bioma Cerrado continua de forma acelerada, com ocorrências a partir da implantação dos grandes empreendimentos agrícolas e agropecuários. A baixa fertilidade dos solos não foi um obstáculo no processo de ocupação de grandes extensões de terras, para implantar as pastagens e a agricultura moderna, especialmente as monoculturas de eucalipto e de soja, que é um dos principais itens da pauta de exportações brasileiras.

Sobre o rápido processo de degradação que vem ocorrendo nos últimos anos sobre o Cerrado, Boaventura (1981) *apud* Melo (1992, p. 26) se mostra preocupado e,

Chama a atenção para o fato de que as veredas, como áreas de exsudação do lençol freático são altamente propensas ao voçorocamento se não são mesmo voçorocas em potencial. Em 1988, o autor observa que a degradação irreversível e generalizada, que as veredas começam a apresentar ‘decorre de uma utilização predatória do ecossistema dos Cerrados, ao qual se integram, devido à atividade, de carvoejamento, pastoreio intenso, prática de queimadas, reflorestamento generalizado ou feito de modo inadequado e outros tipos de culturas como a soja [...]’.

Levando em consideração os dados expostos por Boaventura, é possível fazer uma análise mais precisa do Cerrado que ocupa o território do PA Amigos da Terra, sendo que sua vegetação local não diferencia das demais vegetações do bioma Cerrado. Ao mesmo tempo, torna-se diferente devido seu estado de conservação. Enquanto tantas outras áreas já se tornaram degradadas pelos processos citados anteriormente, como por exemplo, as áreas do entorno do assentamento, a comunidade do PAAT tem tomado providências para que a extensa e exuberante vegetação local não vire estatísticas pelos órgãos ambientais.

Em função disso, a comunidade vem tomando os devidos cuidados para que os monocultivos não adentrem o território do assentamento, e este permaneça intacto. Como enfatiza os moradores do local, se a vegetação manter preservada, os trabalhadores terão condições de criar abelhas, complementar suas rendas com o extrativismo e as suas famílias estarão protegida dos resíduos vindo dos venenos jogados nas lavouras de soja e de eucalipto. Suertegaray (2000) afirma que a presença do homem concretamente como ser natural e, ao mesmo tempo, como alguém oposto à natureza promoveu/promove profundas transformações na natureza, em si mesmo e na sua própria natureza. Porém, o homem, como sujeito consciente, possui plenas condições de transformar e preservar o seu *habitat* natural.

Mesmo sendo esse processo natural, com a presença ativa do homem na natureza, ocorre nesse sistema um processo de transfiguração antrópica, ou seja, a transformação através das técnicas do ambiente natural em um ambiente oposto às suas condições primárias. Assim, o Cerrado tem sido modificado, a baixa qualidade dos solos tem sido superada pela larga eficiência das técnicas, o que tem propiciado uma grande degradação desse bioma.

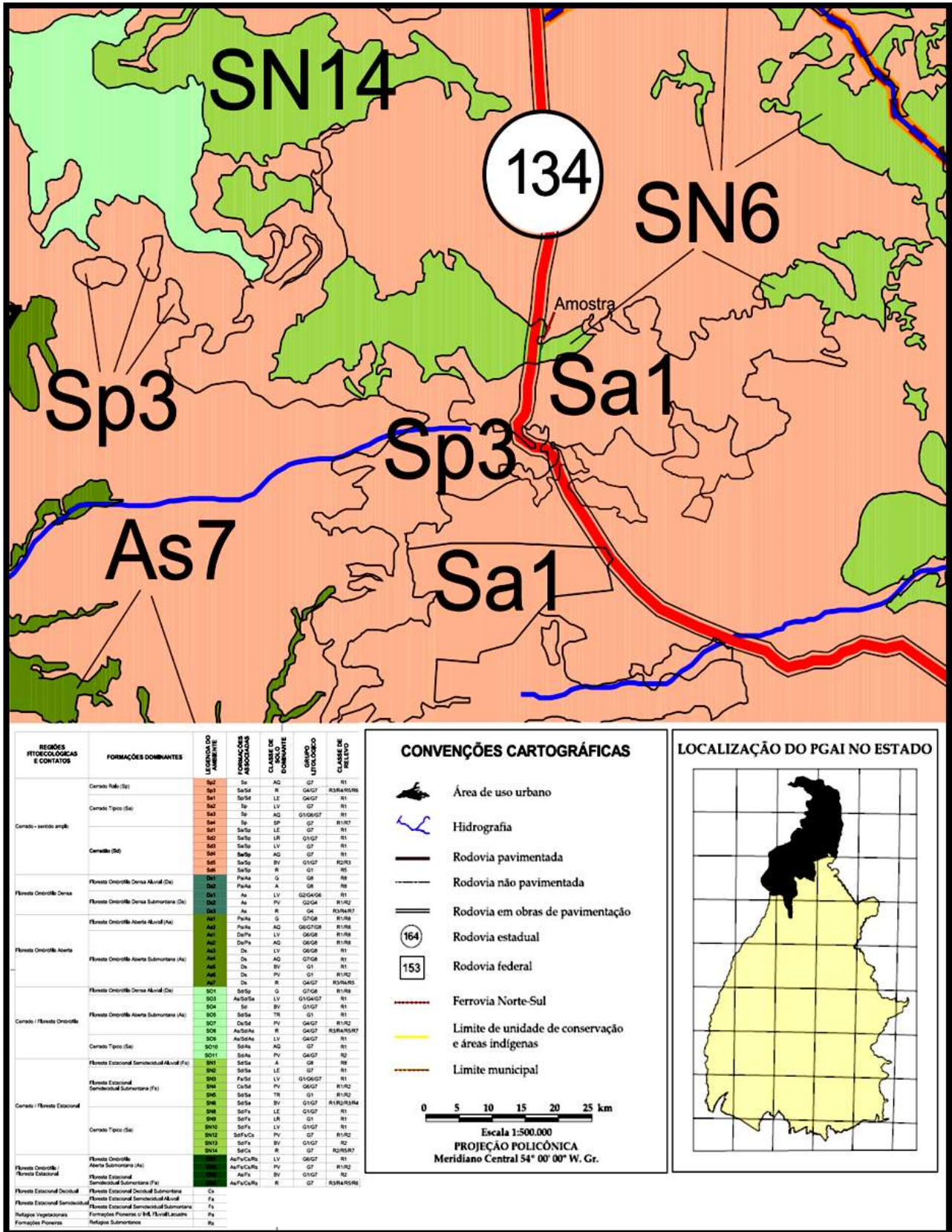
A área do bioma Cerrado que constitui o território do PAAT constitui-se de uma vegetação com poucas alterações antrópicas, que está em uma ampla região de transição do bioma Cerrado para a floresta amazônica. Essa dinâmica natural faz dessa região uma das mais propícias e especuladas para a plantação e produção de commodities para exportação.

As diferentes formações do Cerrado aparecem de forma bem expressiva no PA Amigos da Terra e na sua região. É nessa porção do Cerrado que as veredas, o cerradão, o cerrado restrito, o cerrado ralo, as matas ciliares, as matas de galeria e várias outras formações dão ao cerrado as formas mais exuberantes que nele existem se manifestam.

Foi esboçada no mapa (6) a classificação da área que constitui o Bioma Cerrado no PAAT e parte de sua região. A construção do mapa se deu da seguinte forma: colheu-se amostras de diversas espécies de plantas no local da pesquisa e submetem-nas à comparação, com a classificação da vegetação da região, feita pela Secretaria do Planejamento do Tocantins (SEPLAN), através do Zoneamento Ecológico Econômico do Bico do Papagaio (SEPLAN, 2004), o que possibilitou a confirmação dos tipos de vegetação florestal constatadas nos documentos do governo do estado do Tocantins e outras que, segundo o mesmo documento, não fazia parte da vegetação dessa região.

Nos documentos do SEPLAN, a vegetação dessa região foi classificada como Floresta Estacional Semidecidual Submontana. Com a pesquisa de campo foi descoberto outra classificação vegetativa para essa região, ou seja, a comparação dos dados pesquisados com os dados do SEPLAN permitiu conhecer a existência de outra vegetação, sendo esta classificada como Floresta Ombrófila Aberta Submontana.

A existência ou a classificação dessa vegetação enriquece a qualidade do cerrado do PAAT e também de sua região. Dar condições às famílias que desenvolvem a atividade apícola, fazer o levantamento do pasto florestal nessa região, levando em consideração a época e a quantidade da floração das espécies, é de grande importância para o planejamento da produção do mel e de outros produtos produzidos pelas abelhas.



Mapa 6¹¹: Mapa Fitos sociológico do Cerrado local e RBP.
 Fonte: SEPLAN (2004).

¹¹ O Mapa (6) foi construído baseado nos dados do SEPLAN/TO (Zoneamento Ecológico - ZE), da Região do Bico do Papagaio no norte do Tocantins.

É importante destacar que se trata de uma área em perfeito estado de conservação. É uma área onde as forças exercidas pela ação do agronegócio sobre a natureza ainda não se manifestaram. Mesmo em condição não favoráveis, cercado pelas monoculturas e sofrendo pressão dos empreendimentos agrícolas, o cerrado do PAAT permanece praticamente intacto.

O sistema organizacional do Projeto de Assentamento Amigos da Terra para a preservação do Cerrado é perceptível pelas condições naturais de sua paisagem e as atividades exercidas pelos seus grupos familiares, uma vez que, ao olhar o seu território nota-se uma vegetação em perfeita harmonia, sem sofrer ação de degradação pelo homem. Mesmo assim, há, ainda, um entrave intrigante que vem perturbando tanto o próprio Cerrado como também as famílias que residem no assentamento, o fogo.

Os grupos familiares do PA Amigos da Terra já sofreram bastante com esse problema, pois, além de elevar a temperatura e causar problemas de saúde para a sociedade, o fogo destrói o Cerrado e, conseqüentemente, seus meios de sobrevivência que vêm da agricultura de subsistência, da atividade apícola e do agro extrativismo vegetal. A figura (5) ilustra os problemas causados pelo fogo no PAAT.



Figura 5: Agrovila do PAAT em meio ao Cerrado destruído pelo fogo.

Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2012).

Em temporada de fogo, entre os meses de junho e final de setembro, muitos dos moradores fazem brigadas para tentar conter o fogo. Nessa região, o Cerrado se torna bastante

inflamável, o vento seco espalha o fogo rapidamente e qualquer foco de fogo em meio à vegetação seca torna-se um incêndio de grande proporção. Quando não se dá conta de controlar os focos de incêndios, a vegetação fica toda destruída.

Sabe-se que no tempo da seca, o Cerrado é como um combustível a céu aberto, podendo ser incendiado a qualquer momento, bastando uma ação natural ou uma ação antrópica. Por mínimo que seja, o incêndio pode causar uma grande destruição na flora e na fauna desse bioma. É importante dizer ainda, que as condições de conservação do Cerrado são muito precárias, e quase não são fiscalizadas.

Para Silva (2005, p.10),

O impacto ambiental das queimadas envolve a fertilidade dos solos, a destruição da biodiversidade, a fragilização de ecossistemas, [...], a produção de gases nocivos à saúde humana, a visibilidade atmosférica. Interferem diretamente na qualidade do ar, na vegetação e indiretamente podem afetar recursos hídricos.

Referente aos dados levantados por Silva (2005) em relação à prática das queimadas é preciso colocar ainda que as queimadas atingem diretamente as pessoas que vivem do agroextrativismo. Toda vez que o fogo atinge a região do PAAT, há uma diminuição drástica na colheita dos frutos naturais do Cerrado, principalmente o pequi, a produção do mel de abelhas cai significativamente, prejudicando e comprometendo diretamente a renda das famílias que trabalham e sobrevivem com essas atividades.

Além do fogo que destrói, todo ano, a vegetação do Cerrado local, de forma natural, a destruição da vegetação do entorno para a implantação dos empreendimentos agrícolas tem causado impactos de grande relevância na vida da comunidade do PAAT. Inicialmente, essa comunidade sofria com o desmatamento em seu entorno para a exploração da atividade pecuarista, logo depois houve a aproximação da soja que desmatou uma larga extensão da flora da região que rodeia boa parte do assentamento.

Recentemente, a ameaça ao PAAT tem sido ainda mais consistente, pois se já não bastasse o fogo, a pecuária e a soja, no início de 2011, chegou a monocultura do eucalipto, fechando o círculo sobre esse território. Os assentados são constantemente ameaçados pelo fogo, pela especulação das terras do assentamento e pelo risco de contraírem doenças causadas pela aplicação de biocidas.

A Suzano, empresa que trabalha e desenvolve o cultivo do eucalipto na região, já buscou à qualquer preço comprar vários lotes no PAAT. Segundo alguns moradores do assentamento, a empresa ofertou, em apenas um lote, o dinheiro que antes dava para comprar todas as posses do assentamento. Os assentados afirmaram que a tentação pelo dinheiro é

grande, mas eles sofreram bastante para conseguirem estar ali. Eles destacam que se venderem seus lotes, não sabem se um dia conseguirão outro, por isso decidiram permanecer no local na esperança de um futuro melhor.

Esse conjunto de monoculturas, juntamente com a criação de gado, implicará em uma degradação do Cerrado muito mais acelerada, se não forem tomadas as medidas protetivas imediatamente. O que é mais intrigante, é saber que o Estado, pensando no setor econômico, apoia essa prática que destrói os recursos naturais do Cerrado e de outros Biomas. Esse tipo de ação já vem desde a ocupação do país, sendo, portanto, uma constante no modo de pensar e agir de alguns grupos sociais.

Sobre as ações estabelecidas sobre o meio ambiente, é necessário enfatizar as palavras de Andrade (1993) *apud* Chaves (2009, p. 86), os quais dizem que

Os quase quinhentos anos de história do Brasil, podem ser considerados como cinco séculos de depredação e devastação do meio ambiente, acompanhados de cinco séculos de poluição. Para facilitar uma reflexão, em escala nacional, pode-se catalogar esse processo destrutivo em quatro grandes itens: a) destruição da vegetação; b) degradação das águas; c) destruição dos solos; d) degradação do homem.

Atualmente, a comunidade do PAAT é a única área verde com a vegetação preservada nas proximidades regionais, sendo esta composta 100% pelo Cerrado. Com todo esse transtorno acontecendo nos limites do seu território, essa comunidade está apostando na atividade apícola para poder manter sua área verde preservada e, desse modo, poder resistir o assédio do agronegócio.

Enfim, este estudo visa também contribuir para uma busca de meios, que viabilizem a preservação do Cerrado do Projeto de Assentamento Amigos da Terra e a sustentabilidade de suas famílias. Através dos trabalhos de campo, foi observado que a comunidade tem detectado caminhos que poderão ajudar a combater os processos de degradações da flora local. Alguns desses caminhos é o uso consciente da natureza, o combate ao fogo natural e antrópico e a denúncia das ações perversas do agronegócio.

Dessa forma, o desafio de preservar o espaço natural, pertencente ao território do PAAT, não está sendo fácil para a comunidade, pois falta apoio político e financeiro para que possam fomentar a sua luta na terra. O que foi possível observar, durante os campos realizados, é que, apesar da ausência de recursos financeiros, as famílias estão “se virando como pode”. Os trabalhos realizados pelos grupos familiares na lavoura de subsistência e

também na atividade apícola estão sendo crucial para a manutenção desses trabalhadores no território.

Os processos de territorializações que estão sendo criados, através das relações das famílias no PAAT, se mostram muito importantes para a construção e consolidação das atividades sustentáveis nos grupos familiares. As relações sociais, econômicas, políticas e culturais são de suma importância na organização da comunidade. Com isso, essas famílias vêm sendo orientadas por suas lideranças a se organizarem de forma concisa, para que juntos possam reivindicar aos órgãos públicos as políticas de desenvolvimento social e de proteções ambientais para sua comunidade.

CAPÍTULO III - A APICULTURA COMO FATOR ALTERNATIVO DE PRODUÇÃO

Entende-se por apicultura o processo pelo qual as abelhas, do gênero *Apis* e espécie *Apis*, malífera, são exploradas de forma econômica e racional. A história mostra que as abelhas são insetos milenares e que, aproximadamente há 2.400 anos a. C., as abelhas já eram animais criados e dominados pelos egípcios em recipientes parcialmente fechados. Desde os tempos mais remotos, dos fósseis, do período oligoceno, dos hieróglifos e dos monumentos egípcios, já havia interesse do homem pelas abelhas e seus produtos para fins alimentares e medicinais (WIESE, 1982).

A apicultura, que surgiu no Brasil em meados do século XIX, vem caminhando a passos largos, causando impactos positivos na economia brasileira. Estima-se que até o ano de 2012, a apicultura nacional contava com 300 mil apicultores, manejando 2,5 milhões de colmeias e produzindo de 30 a 40 mil toneladas de mel (SOMMER *apud* REIS e COMASTRI FILHO, 2003, p. 11). A apicultura, ao longo da história, deixou de ser uma atividade primitiva de subsistência e passou a ser uma atividade econômica que fomenta a atividade rural gerando emprego, renda no campo e movimentando o mercado nacional.

Como mostra a história sobre introdução da atividade apícola no Brasil, houve uma demanda muito grande no comportamento das técnicas para que essa atividade se consolidasse como tal. Pois no primeiro momento da inserção dessa atividade no cenário nacional houve uma primeira fase de desenvolvimento, onde a maior parte dos apicultores restringia-se a uma produção doméstica, de forma rústica e quase que unicamente para consumo próprio ainda sem conhecimentos para obtenção de renda.

Desse modo, até então, a falta de conhecimentos técnicos não permitia que os apicultores tornassem essa atividade uma fonte lucrativa. Os estudiosos da apicultura brasileira consideram inquestionável a contribuição dos imigrantes alemães no desenvolvimento dessa atividade, no país. Todos concordam que nessa primeira fase a apicultura não teve caráter profissional, nem finalidade econômica, pois a mesma assemelhava-se mais a um *hobby* (SIQUEIRA, 2010).

Com o decorrer do avanço dos aparatos tecnológicos, na década de 1970, ainda que de forma lenta, a atividade apícola começou uma nova fase. Nesse novo momento, foram introduzidas novas técnicas que estimulou a produção apícola nacional, tal qual foi se difundindo gradualmente como mais uma cultura entre as tantas presentes nas propriedades rurais, gerando emprego e renda no campo, melhorando a qualidade de vida dos apicultores e

movimentando o mercado interno. Nesse sentido, Gonçalves (2000) afirma ter iniciado, nesse período, no Brasil, um movimento a favor do desenvolvimento da apicultura racional, com o objetivo de incitar a produção da apicultura nacional.

Nesse contexto recente, do levantamento e análise dos dados da produção e o avanço da apicultura sobre o território brasileiro, vale destacar que o SIG (Sistema de Informação Geográfica) é um instrumento que permite uma aproximação do real panorama desse fenômeno, tornando uma importante ferramenta de extrema funcionalidade no planejamento de cada etapa da atividade apícola. Assim, Burrough (1998) afirma que o SIG é um conjunto de ferramentas usadas para coletar, armazenar, recuperar, transformar e visualizar dados sobre o mundo real com uma determinada finalidade.

3.1 Métodos para identificar a evolução temporal da produção de mel no Brasil a partir do uso da geoinformação

A série de informações disponibilizadas para a produção desse trabalho foi apropriado dos dados coletados nos quase 565 municípios das cinco regiões do território brasileiro, a partir do censo do IBGE, durante os últimos 39 anos, de 1974 a 2010. Os dados analisados, nesse estudo, possuem distintas informações condizentes a cada período e região estudada. Isso ocorre devido a grande extensão do campo de estudo, levando em consideração que o país possui, ainda, características ambientais distintas, especialmente em função das diferenças de latitude e relevo (IBGE, 2012; INPE, 2012).

Os dados obtidos da produção de mel, no Brasil, foram adquiridos da página da internet do IBGE (IBGE, 2012). Esses dados compreendem o período de 1974 a 2010. As tabelas, em formato csv, foram formatadas no software Excel para que a produção pudesse ser espacializada no software ArcGis 9.3, por meio da ferramenta *Join*, que permite unir os dados contidos em uma tabela, com atributos espaciais (no caso, unir os dados de produção por município de cada ano adquiridos no IBGE com os atributos espaciais dos municípios, tendo como resultado a malha de municípios com as respectivas produções).

Nessa perspectiva, foram gerados mapas com os municípios produtores de mel de abelhas, de todos os anos, a partir de 1974 a 2010 e, na sequência, os mesmos foram modificados para o formato GRID. Mediante a conversão dos dados em formato matricial, foi construído um cubo multitemporal da produção de mel no software ENVI 4.5.

O uso da ferramenta Excel foi de grande importância para o desenvolvimento desse trabalho. Através desse mecanismo é possível organizar e calcular os dados da planilha do

IBGE, mediante a organização encontrada na tabela do Excel para mensurar os dados da produção de mel. Assim foi formado um conjunto de períodos, onde foram obtidas a soma da produção, média do crescimento, taxa de crescimento, taxa de aceleração e a média da aceleração.

A análise introdutória, a partir da dinâmica da produção, realizou-se a partir da análise dos mapas confeccionados com a ferramenta Arcgis, cujo objetivo consiste em mostrar o avanço da produção de mel no Brasil. A partir do uso dos mapas é possível identificar os estados brasileiros em que houve uma elevação da produção em cada grupo de anos. Ou seja, essa análise tem como função principal ajudar, através da interpretação dos dados, a entender os motivos dessa formação.

Para um melhor entendimento da evolução da produção de mel no território nacional, foi produzido mapas semelhantes, porém, com cores que facilitam a visualização de acordo o evento produzido em cada período da produção. Dessa forma, essa leitura auxilia na compreensão e interpretação dos resultados, dando possibilidades para o entendimento da dinâmica da produção do mel de abelhas africanizadas ao longo do tempo.

Foi também produzido um mapa contendo o ponto médio da produção de mel do país, de modo que, para cada ano, permitisse a visualização da direção do crescimento da produção desse produto, durante o período de tempo estudado. O mapa foi produzido mediante as coordenadas do ponto central da produção nacional no Brasil, sendo, dessa forma, calculada por meio da multiplicação da latitude do centroide do município, pela produção do mesmo município e da mesma forma, a longitude é calculada do centroide do município pela produção do mesmo. Tendo apropriado das latitudes e longitudes multiplicadas pela produção de todos os municípios, foi produzida uma média de latitude e longitude a cada ano para todo território nacional brasileiro.

No procedimento da análise da dinâmica de crescimento da produção mel foram construídos mapas da taxa de crescimento em (%), da produção de cada município. Em virtude disso, o espaço de tempo analisado foi dividido em 06 períodos, sendo o primeiro período com intervalos de 07 anos e 06 períodos iguais, com intervalos de 05 anos. A partir de então, foi realizada a somatória da produção de cada um desses períodos, sendo eles de 1974 a 1980, 1981 a 1985, 1986 a 1990, 1991 a 1995, 1996 a 2000, 2001 a 2005 e 2006 a 2010.

Em conformidade com essa somatória, foi obtida uma taxa de crescimento a partir da seguinte equação (Eq1):

$$\frac{(\text{Produção do período posterior} - \text{Produção do período anterior}) \times 100}{\text{Produção do período anterior}} [\text{Eq1}]$$

A partir aplicabilidade da fórmula da taxa de crescimento obteve-se o resultado de 06 mapas, sendo usados como base para o cálculo da aceleração do crescimento, construído mediante a subtração do crescimento posterior pelo crescimento anterior, tendo como resultados, desses cálculos, 05 mapas. Com a finalidade de facilitar a análise e o entendimento da dinâmica da taxa de crescimento e aceleração do crescimento foram construídos alguns mapas contendo as médias das variáveis obtidas. Assim, é possível resumir esse processo metodológico da análise da taxa de crescimento e da aceleração de forma descritiva, no próximo diagrama.

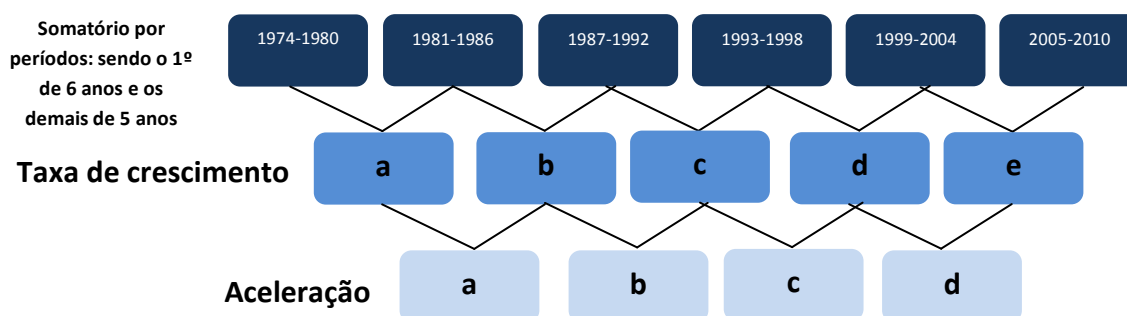


Figura 6: Metodologia usada para elaboração dos mapas de taxa de crescimento e aceleração. Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2013).

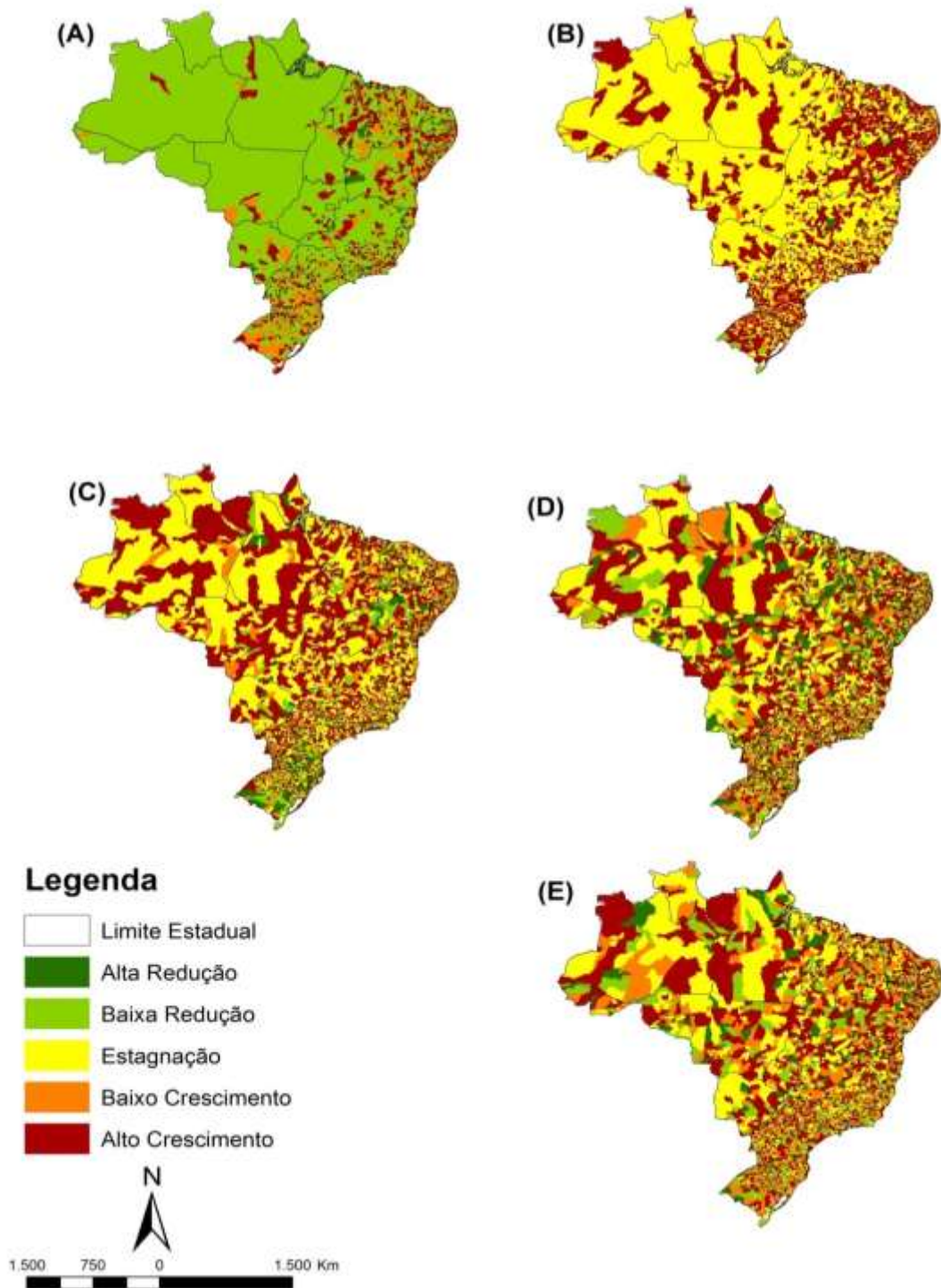
Ao analisar a taxa de crescimento da produção na figura (6) observa-se que a mesma fortalece os dados anteriores. O mapa 7 é composto por 5 micro mapas que mostram o avanço da produção do mel de abelha no Brasil, compreendido entre os anos de 1974 a 2010.

O mapa “a” é resultado, respectivamente, da soma dos períodos 1974 a 1980 e 1981 a 1986. É o único que representa melhor os municípios nacionais, que possui, nos períodos analisados, uma baixa redução da produção de mel. Vale destacar também que os dados analisados, nesse contexto, correspondem ao período em que a apicultura no Brasil se iniciava. Dentro desse aspecto, a partir desse período, pode-se observar o começo da expansão da atividade apícola, saindo de sua estagnação no mapa (b), até o alto crescimento no mapa (E), em todo território nacional.

No mapa (c), de 1987 a 1998, nota-se que há uma taxa de alta redução do crescimento, em boa parte dos municípios da região sul, passando por uma baixa redução na região sul deste, e novamente apresenta uma alta redução na região central do norte e nordeste. É visto que, nesse período, a produção de mel saía de um período de estagnação e passava a ter um

alto crescimento em boa parte dos municípios das regiões do Centro-Oeste e Norte do Brasil, respectivamente.

❖ 1974 a 1986, b) 1981 a 1992, C) 1987 a 1998, d) 1993 a 2004, e) 1999 a 2010.



Mapa 7: Taxa de crescimento da produção de mel por período no Brasil, de (1974 a 2010).
Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2013).

Na figura (6), no cálculo da produção, compreendido entre os anos de 1993 a 2004, foi observado um aumento da produção na região Norte, Nordeste e também em âmbito nacional. Por outro lado, observa-se no micro mapa (d) a existência de um baixo crescimento, permeando entre as regiões com a produção estagnada, Sudeste e Centro-Oeste, e um leve crescimento na região Sul do país.

O mapa (7) foi constituído pelos dados colhidos nos anos de 1999 a 2010, mediante os cálculos da figura (6), onde apresenta o avanço da produção de mel verificada no micro mapa (e), que mostra um alto crescimento da produção de mel nas regiões Centro-Oeste e Norte, apesar de manter uma estagnação da produção, nas demais regiões do Brasil. Por sua vez, a maior produção de mel de abelhas no território nacional se concentra na região Sul. Com a estagnação da produção na região Sudeste, a região Nordeste, com o alto crescimento, torna-se a segunda mais produtora de mel de abelhas no território nacional.

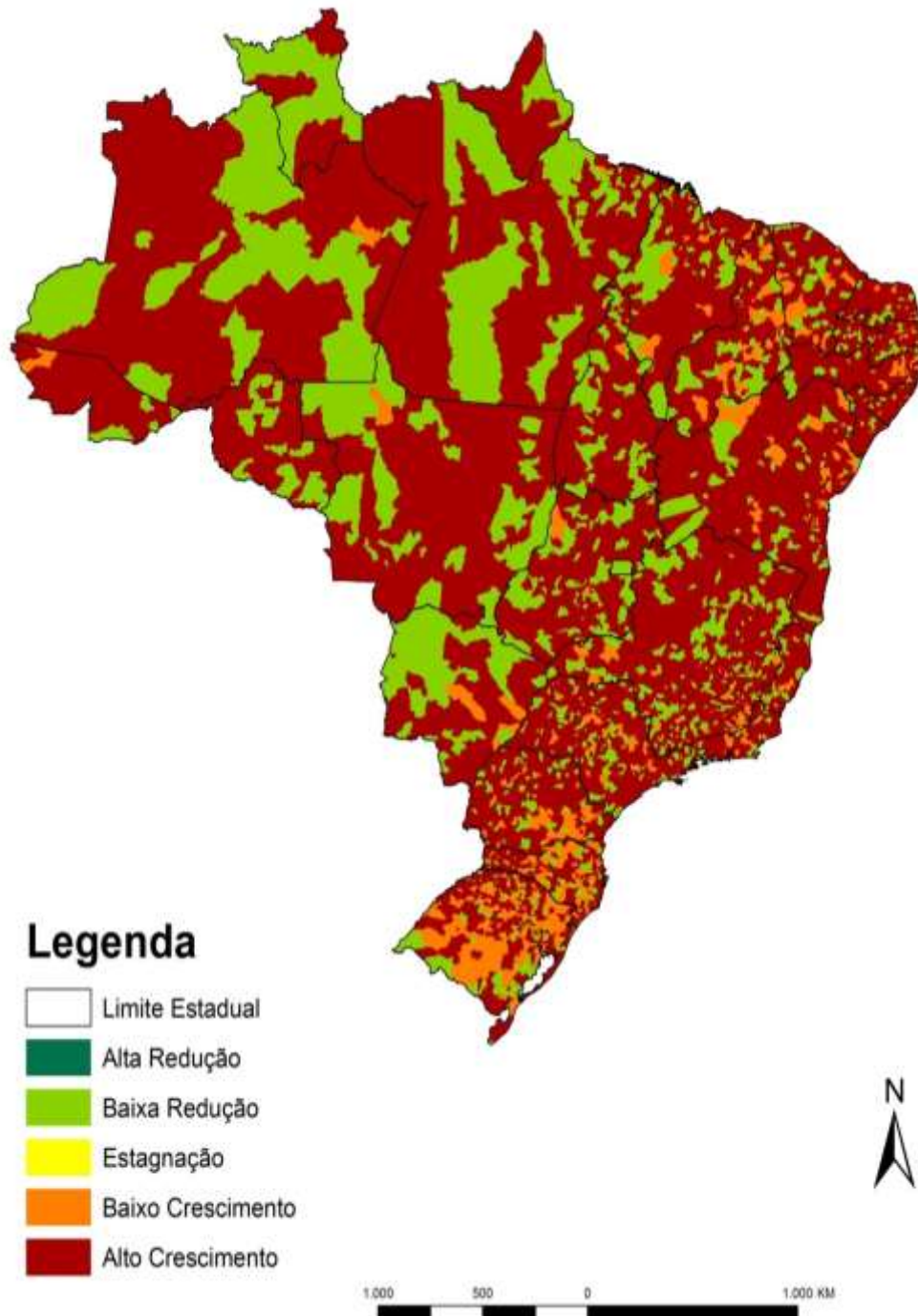
Diante da profissionalização da apicultura, o aumento da produção do mel brasileiro de 1999 a 2010 cresceu mais de 92%. O IBGE (2011) mostra que na região Nordeste, até a década de 2000, sua produção girava em torno de pouco mais de 12%. Na atualidade, esta região já atingiu mais de 38% de toda produção nacional. Segundo Pasin et al (2012), as regiões Norte e Nordeste cresceram de forma significativa, nos últimos anos, atingindo números percentuais de 397,83% e 369,23%, respectivamente. O autor acrescenta que:

Estes aumentos expressivos na região Norte e Nordeste se devem aos incentivos financeiros juntamente com determinadas ações realizadas no final dos anos 90, que proporcionaram uma capacidade de investimento considerável na atividade apícola destas regiões, bem como a própria inclusão do mel da região no programa da Agência de Promoção de Exportações (APEX), como produto com potencial para o mercado externo e a implantação de programas de fomento (PASIN, et al, 2012).

No mapa (07), que apresenta a média de crescimento da produção de mel no Brasil, mostra também uma crescente média de alto crescimento da produção, partindo da região Sul e direcionando para as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, respectivamente. A região Sul, onde começou toda história da atividade apícola, mantém-se no topo como uma das maiores produtoras de mel no Brasil, porém, é provável que em função da redução entre os anos 1987 e 1998 e um baixo crescimento ocorrido no período de 1993 a 2010, de acordo com os mapas (c), (d) e (e), mostrado no mapa (7), podem ter contribuído para que a mesma tenha apresentado, no contexto geral, um baixo crescimento da produção de mel.

Os resultados dos cálculos da produção de mel no Brasil, realizados com o Excel, a partir dos dados colhidos no IBGE, possibilitou, através do ArcGis, a construção de mapas

temáticos para facilitar o entendimento sobre a história da apicultura para a produção de mel no território nacional. Os dados analisados nesse trabalho são do IBGE, relativos ao período de 1974 a 2010.



Mapa 8: Média da taxa de crescimento da produção de mel nacional entre os anos de 1974 a 2010.
Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2013).

Assim, a metodologia usada para levantar os dados da produção de mel de abelhas no Brasil, favorece, de maneira mais ampla, ao leitor um entendimento sobre o panorama atual

da produção de mel nas cinco regiões do território nacional brasileiro. Na análise feita sobre a região sul, permitiu mostrar, cientificamente, que, no início da atividade apícola no Brasil, foi a região que apresentou um alto crescimento da produção de mel. Com o decorrer dos tempos, mesmo apresentando um baixo crescimento se manteve como a principal região produtora de mel no território nacional.

3.2 O papel da atividade apícola sobre o território do PA Amigos da Terra

A atividade apícola no Projeto de Assentamento Amigos da Terra, assim como em todo território nacional, é uma forma de territorialização que a comunidade local tenta consolidar sobre seu território. Essa forma de trabalho é eficaz para a sustentabilidade¹² dos seus grupos familiares, assim como para a preservação do meio ambiente.

No Brasil, a atividade apícola tem contribuído bastante para o aumento da produtividade das mais diversas culturas e, mais precisamente, do cultivo das frutíferas através da polinização. Segundo Brito (2011, p. 2):

Em termos gerais, pode-se afirmar que a apicultura sempre foi uma atividade intrinsecamente ligada à natureza, seja pelo trabalho de polinização das plantas, de importância fundamental para a agricultura, proporcionando ganhos de produtividade em diversas culturas, favorecendo a manutenção da biodiversidade e impactando positivamente a sustentação do ecossistema local, seja pela produção do mel e outros produtos também utilizados na alimentação humana e com fins terapêuticos.

Em primeira instância, apropriar-se da criação de abelhas de forma racional é poder transformar uma atividade, não tanto difundida, em um instrumento de combate à pobreza, colocando-a como mais uma alternativa para a subsistência e sobrevivência de muitos grupos familiares de diversas comunidades esquecidas pelas políticas públicas. A atividade apícola, há cerca de 15 anos, vem sendo difundida por alguns grupos familiares do PAAT, apenas de forma extrativista, porém, como mostra o gráfico (9), a criação de abelhas e produção de mel de forma racional só começou a partir de 2007.

¹² A sustentabilidade, no entendimento do autor desse artigo, é a busca por uma produção racional, a fim de atender as necessidades de um determinado grupo de indivíduos sem comprometer as futuras gerações. Para entender melhor sobre o termo “sustentabilidade” recomendamos a leitura de: OLIVO, Clair Jorge. **Sustentabilidade de condomínios rurais formados por pequenos agricultores familiares: análise e proposta de modelo de gestão.**

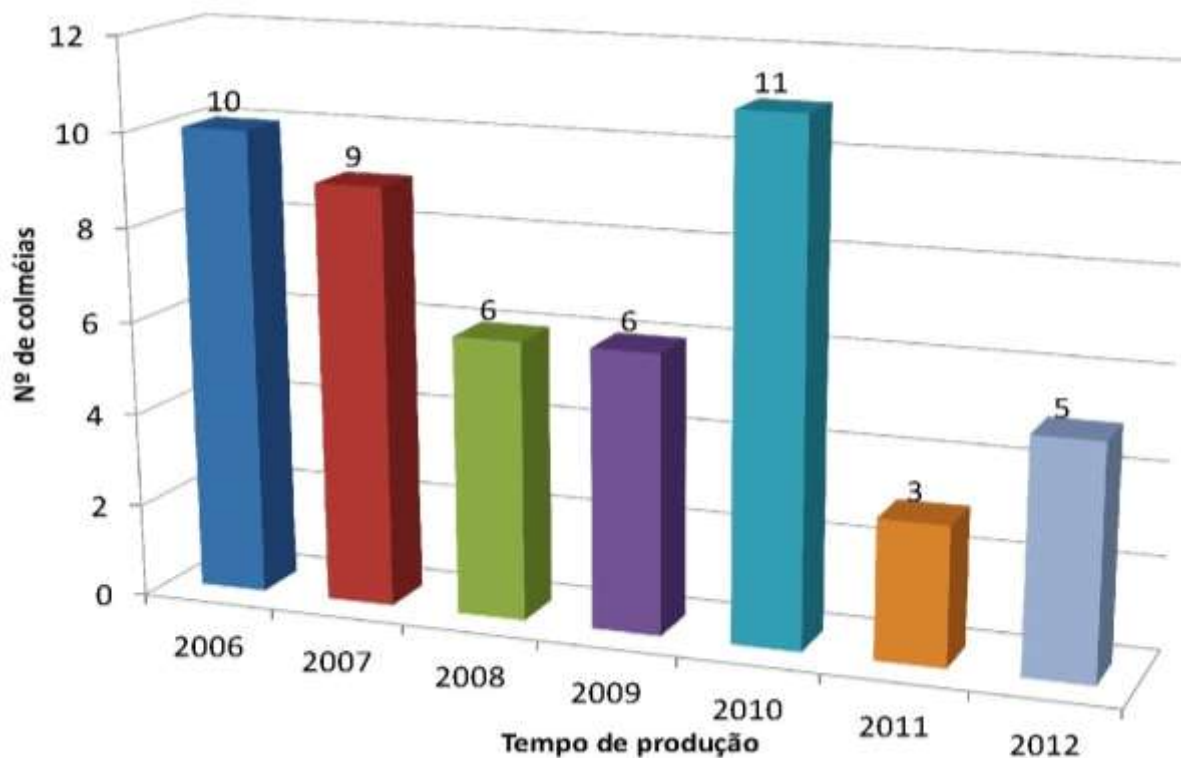


Gráfico 09: Números de colmeias por apicultor no Projeto de Assentamento Amigos da Terra de 2006/2012. Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2013).

Conforme o gráfico, no ano de 2006, as famílias que ingressaram na atividade apícola receberam do Projeto Reviver uma quantia de 10 colmeias, a fim de que esses apicultores começassem a povoá-las com enxames de abelhas africanizadas para que, no ano seguinte, iniciassem a produção de mel. Porém, é possível observar que, entre os anos de 2007 e 2009, ocorreu um decréscimo no número de colmeias por família no PAAT, provocando impactos negativos na produção do mel.

Os apicultores entrevistados relatou que esse fato ocorreu, principalmente, devido às suas poucas experiências em manusear os equipamentos de manejo das abelhas e a falta de manutenção nos apiários, o que provocou a infestação de traças, cupins e doenças no apiário. Assim, acabou comprometendo a qualidade física dos equipamentos e, por consequência, parte dessas colmeias tiveram que ser descartadas. Como mostra os estudos da EMBRAPA (2003), o produtor apícola deve ter conhecimentos básicos sobre a biologia das abelhas, das técnicas de manejo, do apiário e das abelhas, da colheita do mel, combate de pragas e doenças nos enxames, além de ter que conhecer as especificidades da comercialização do mel no mercado.

No ano de 2010, ocorreram dois fatos importantes, um positivo e outro negativo: o positivo foi que alguns apicultores tiveram acesso ao financiamento do Banco do Brasil, para

investir e custear atividades. Desse modo, o número de colmeias por apicultor voltou a ter um crescimento, aumentando assim a produção de mel; o negativo é que, no final do corrente ano, apesar de boa parte dos apicultores terem acessado o crédito bancário para investir na atividade, faltou uma ferramenta importante para a apicultura desenvolver – a assistência técnica –, pois mesmo havendo financiamento, os apicultores não conseguiram apoio técnico, uma vez que, até o ano de 2007, a assistência técnica que atendia os apicultores do PAAT era financiada pelo Projeto Reviver, sendo responsabilidade do Estado a assistência técnica gratuita, nos programas de reforma agrária.

Diante desses fatos, nos dois anos subsequentes a maioria dos apicultores novamente passou a desistir da atividade apícola no PAAT. Alguns, devido à falta de manutenção, acabaram perdendo suas colmeias e/ou vendendo-as a terceiros. Até o início do ano de 2013, data final da pesquisa de campo, havia apenas 06 (seis) apicultores dedicando à apicultura, a maioria abandonou a atividade por falta de recursos financeiros e assistência técnica, além do que, alguns desses apicultores se querem conseguiram pagar seus financiamentos, ficando assim impossibilitados de acessar novas linhas de créditos para investir na atividade apícola ou em outro ramo da agricultura familiar.

Oliveira (2005, p. 363) afirma que:

A falta de apoio técnico e financeiro para a continuidade dos camponeses nos assentamentos é uma forma de expulsá-los da terra rumo às cidades. Essa situação de pobreza, exclusão e expropriação, as quais estão postos, os iguala a uma massa de migrantes, pobres, excluídos e desterrados que chamamos camponeses.

Na atividade apícola no PAAT, apesar de ter passado por diversos problemas como foi relatado, alguns apicultores persistiram trabalhando com o ramo da apicultura e, com a renda da atividade, estão conseguindo complementar sua renda familiar. O gráfico (10) faz um demonstrativo da produção de mel nos últimos seis anos no PAAT. Dada a falta de recursos financeiros e assistência técnica que atendesse a demanda da atividade no assentamento, esse pequeno grupo de apicultores vem buscando superar os problemas internos para avançar no crescimento da produção, principalmente do mel.

O gráfico (10) nos permite afirmar que a produção de mel na comunidade do PAAT teve seu auge no ano de 2007, período em que essa atividade deixava de ser extrativista e passou a ser trabalhada de forma racional. Essa alta produção, segundo afirma os apicultores, se deu, graças à ajuda técnica e financeira proporcionada pelo projeto reviver, iniciada no ano de 2006, onde os apicultores do PAAT receberam as colmeias, equipamentos apícolas, cursos

de capacitação e assistência técnica, sendo esta última ferramenta a mais indispensável para desenvolver a atividade apícola no assentamento.

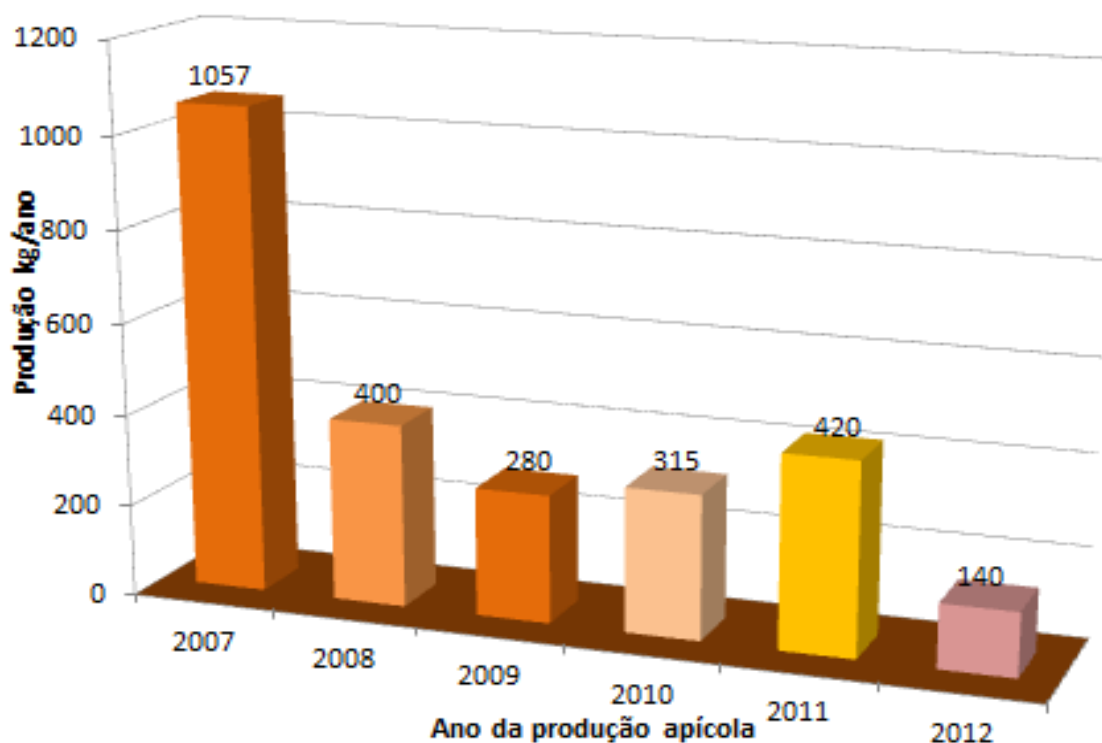


Gráfico 10: Média da produção de mel no Projeto de Assentamento Amigos da Terra de 2007/2012. Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2013).

Entre os anos de 2008 e 2010, alguns problemas passaram a influenciar a queda na produção do mel de abelha produzida no PAAT. Como boa parte dos apicultores mencionou, durante a pesquisa de campo, a pouca experiência com a atividade, a falta de recursos para investimento, à queima natural e antrópica do pasto apícola, foram alguns dos fatores que comprometeram diretamente a produção apícola no assentamento. Mas o problema principal que levou os apicultores a perderem o ânimo para continuar desenvolvimento a atividade apícola foi o fim da execução do Projeto Reviver, no assentamento.

Como já mencionado nesta pesquisa, o capital administrado pelo Projeto Reviver, provinha de uma espécie de financiamento a fundo perdido¹³. Com o fim desse recurso, as ações executadas pelo Projeto pararam e várias comunidades atendidas perderam suas referências principalmente, porque, essas comunidades deixaram de ser atendidas com capacitações e assistência técnica. Vale destacar que, além dos recursos financeiros invertidos

¹³ Financiamento recursos financeiro não reembolsável, desde que o receptor aplique corretamente o recurso para qual foi contemplado. Geralmente, este tipo de financiamento são garantidos pelo Estado e que são destinados para investimentos em funções sociais.

na atividade apícola no assentamento, a grande perda para a comunidade foi o fim da presença dos técnicos do projeto para orientá-los, não só com a atividade na apicultura, mas em outras atividades desenvolvidas na agricultura familiar.

Mesmo sem as ações do Projeto Reviver, uma minoria dos apicultores do PAAT, cerca de 15%, tem permanecido ativo na atividade apícola, porém, eles têm enfrentado inúmeros problemas no exercício da atividade. Esses apicultores ainda não conseguiram um local adequado para o processamento do mel. 78% desses apicultores afirmaram que o local de beneficiamento do mel ocorre na própria residência, e os outros 22% disseram que fazem coleta do mel a céu aberto, próximo ao apiário. Ambas as formas de beneficiamento do produto podem acarretar em um acidente com as abelhas. Como esses locais não possuem manejo higiênico adequado, pode haver ocorrência de contaminação do mel – um produto extraído e comercializado primordialmente para fins alimentícios.

O manejo da colheita do produto deve seguir alguns procedimentos, visando não apenas à sua coleta eficiente, mas, principalmente, à manutenção de suas características originais e, conseqüentemente, à qualidade do produto final. É importante ressaltar que essa é a primeira fase crítica para a obtenção da qualidade total, visto que será a primeira vez que o apicultor terá contato direto com o produto, sendo o início de um longo processo de susceptibilidade do produto, em relação às condições de manipulação, equipamentos, instalações e condições ambientais, até que este chegue ao consumidor final (MOCHUTTI et al., 2010, p. 6).

Nesse sentido, para dar mais qualidade ao produto e garantir o sucesso na comercialização dos produtos apícolas, Abadio-Finco (2010) pontua que o Tocantins está fazendo investimentos no setor apícola que, segundo o autor, é uma das atividades mais promissoras do Estado. Entretanto, diversas iniciativas têm sido realizadas pelos poderes públicos e privado da região em prol desse segmento, com o intuito de não apenas estimular a produção de mel, mas garantir qualidade ao produto (ABADIO FINCO et al., 2010, p. 707).

Quanto à comercialização do mel, colhido no PAAT, conforme apresentado no gráfico (11), os apicultores afirmaram que, na medida do possível, estão processando e comercializando um produto de boa qualidade, onde o mercado local é bastante promissor, pois toda produção é comercializada no município de Darcinópolis. Durante a pesquisa de campo, foi acompanhado um pouco do cotidiano da vida dessas famílias no assentamento, a organização para a produção, extração, beneficiamento e comercialização. Mesmo com todo cuidado de higiene, a qualidade de manejo com o produto, ainda deixa a desejar, pois os apicultores não dispõem de transportes, nem de equipamentos específicos para a colheita e processamento do mel, muito menos entrepostos para beneficiarem a produção.

A figura (7) a seguir, mostra como deveria ser trabalhada todas as etapas da atividade apícola, de maneira adequada pelos apicultores, do manejo até o envasamento do produto. Pois estas seguem um padrão que dará qualidade ao produto final.

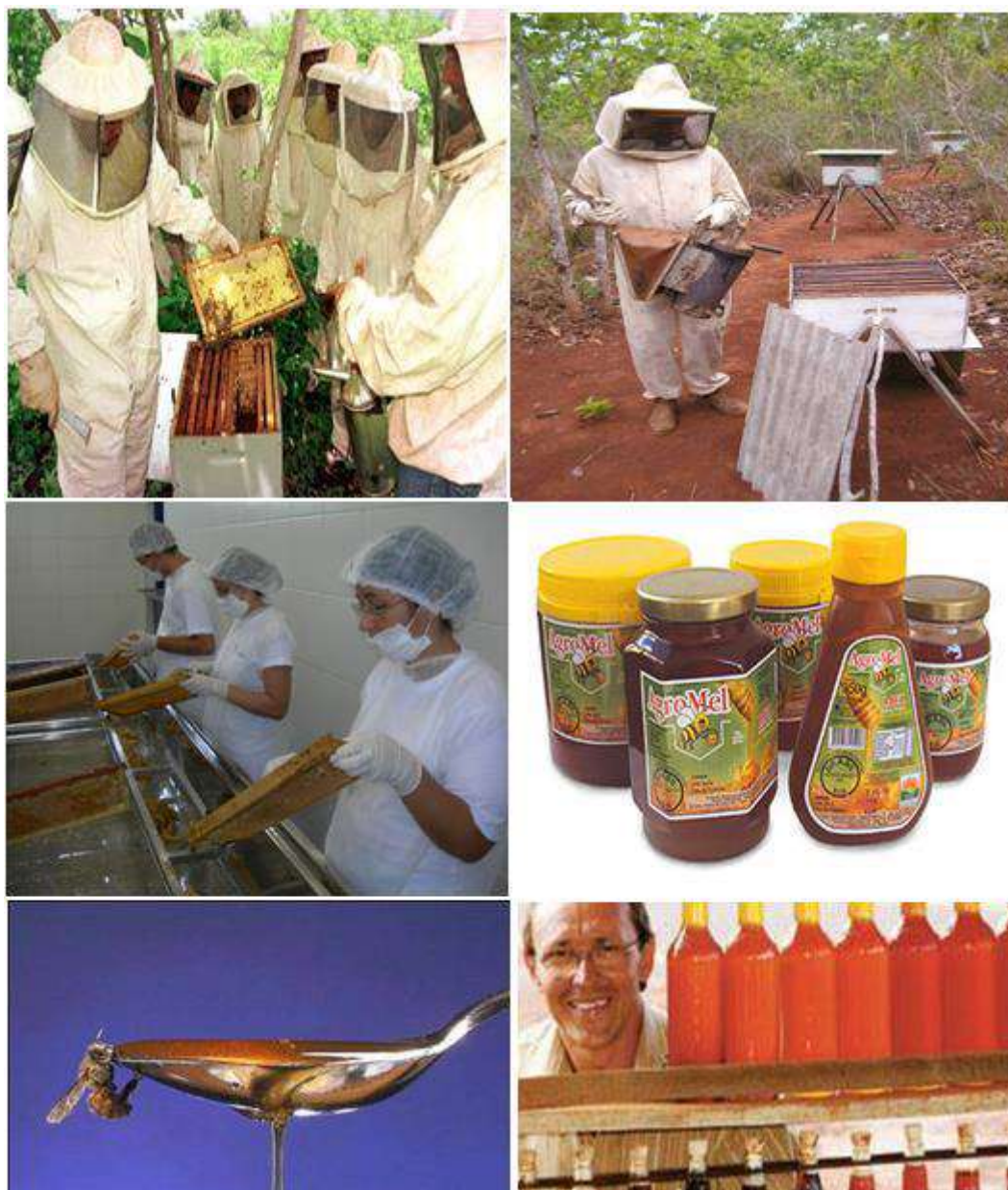


Figura 7: Etapas da atividade apícola.
Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2011).

Para iniciar a atividade apícola, não há necessidade de se fazer um auto investimento, basta que os interessados disponham do básico exigido para montar o apiário. Sendo dessa forma, o local, os equipamentos de manejos e a capacitação técnica. Por outro lado, há alguns equipamentos de extrema importância que deverão ser adquiridos pelo apicultor, para que o produto final possa ter uma maior qualidade, como por exemplo, uma centrífuga, uma mesa

desoperculadora, como mostra na figura acima e um decantador, aparelho utilizado para retirar todas as impurezas do mel, deixando-o apto para comercialização e para o consumo humano.

O Projeto de Assentamento amigos da terra se encontra numa localização privilegiada para desenvolver a atividade apícola, nele existem todos os quesitos básicos exigidos para se montar um apiário. Porém, há necessidade de que haja participação colaborativa das políticas públicas, para destinar apoios financeiros e técnicos para todas as famílias envolvidas. Outro fator crucial e, de grande valia para a produção de mel na região é o comércio consumidor, e este, é bastante promissor no mercado local e externo.

O comércio dos produtos das abelhas, seja ele para o ramo alimentício, medicinal e/ou estético tem uma aceitação muito grande no mercado nacional e internacional. No município de Darcinópolis (TO) não poderia ser diferente, apesar dos apicultores do PAAT não terem uma produção expressiva e contínua, os apicultores afirmaram que já houve especulação de cooperativas de outras regiões, a fim de obterem o mel produzido no assentamento.

Mercado para comercialização do mel do PAAT 2012

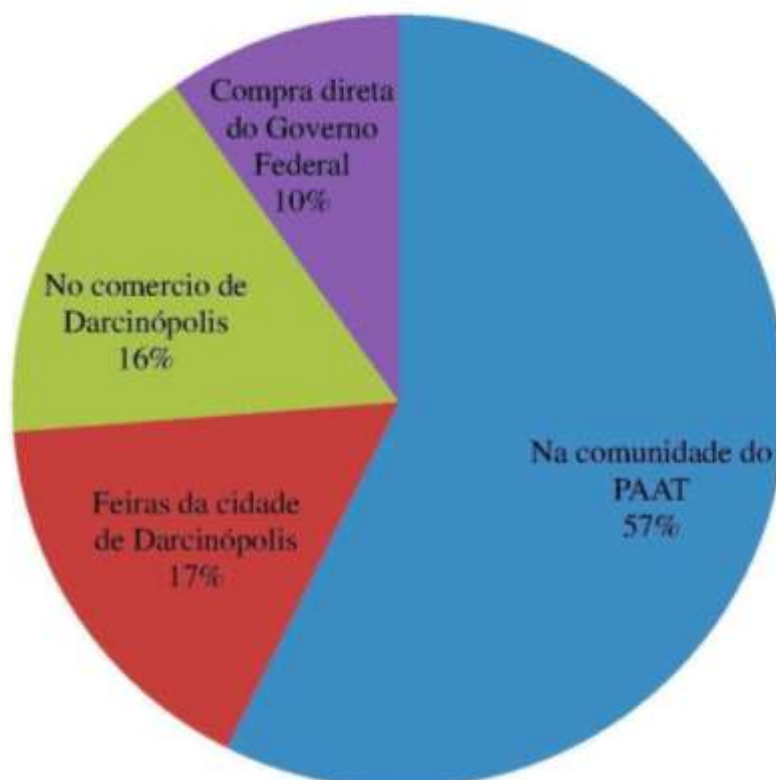


Gráfico 11: Mercado para comercialização do mel produzido no Projeto de Assentamento Amigos da Terra.
Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2013).

Como se observa no gráfico (11), o programa do Governo Federal Compra Direta absorve 10% do mel produzido no PAAT. Vale destacar, que nem todos os apicultores são cadastrados no programa, pois os mesmos não possuem uma produção contínua para atender a demanda do Compra Direta¹⁴. Outra parte da produção, aproximadamente 16% do mel desse assentamento, é vendida para comerciante da cidade de Darcinópolis, e 17% é comercializado nas feiras de produtores rurais da mesma cidade. A grande parte de toda a produção de mel do PAAT, mais da metade, é comercializada dentro da própria comunidade. Devido a boa qualidade do mel, existem clientes que fazem a encomenda do produto, pois o mesmo não dá para atender toda a demanda do mercado local.

Renda anual proveniente da apicultura

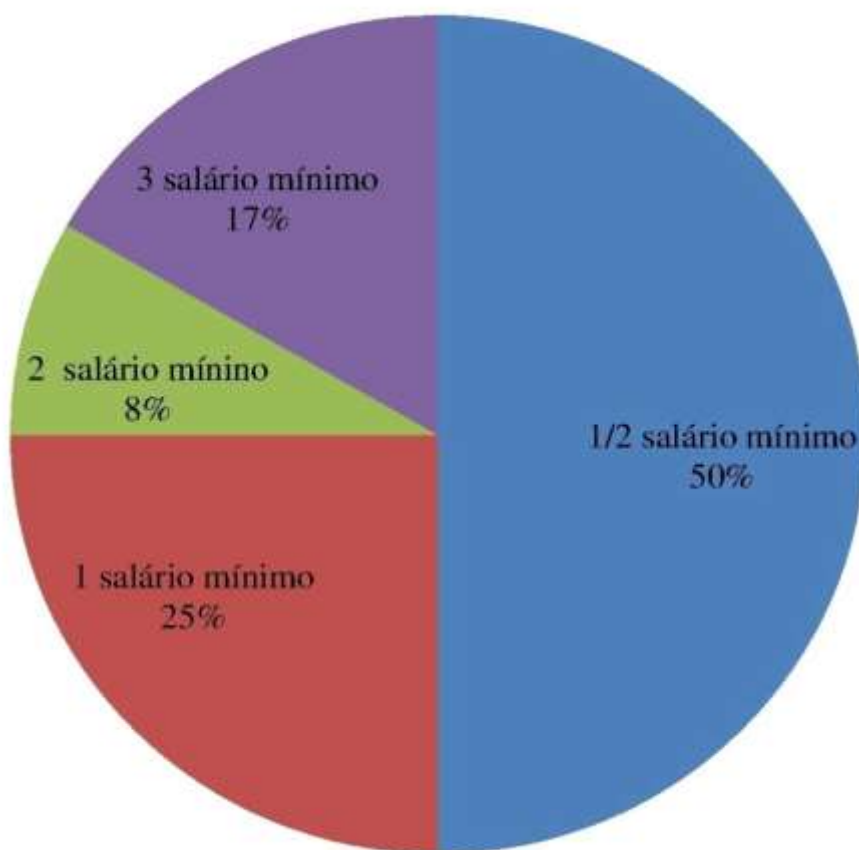


Gráfico 12: Renda mensal da família no Projeto de Assentamento Amigos da Terra.
Fonte: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (2013).

¹⁴ É um programa do Governo Federal de operacionalização e responsabilidade da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que permite a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar para a distribuição ou para completar os estoques públicos. Segundo o Governo, esse programa, além de garantir a compra direta da agricultura familiar, também tem a função de regular os preços dos alimentos.

No Projeto de Assentamento Amigos da Terra, a atividade apícola condiciona a preservação do Cerrado e ajuda a garantir um acréscimo na renda familiar do apicultor. O gráfico (12) foi elaborado de acordo as informações obtidas junto aos apicultores locais. Os números apresentados no gráfico mostram que a distribuição da renda anual, oriunda da apicultura, prevalece de acordo com o tamanho do apiário e a dedicação do apicultor. A renda varia de meio salário, até três salários mínimos, por ano.

Notoriamente, observa-se uma renda obtida da atividade apícola, ainda muito pequena no assentamento. Por outro lado, as famílias que desenvolvem o trabalho com a apicultura vêm buscando superar as dificuldades locais para que a renda, obtida através dessa atividade, seja cada vez maior e sustentável para todas as famílias envolvidas.

A apicultura tem se consolidado como uma das atividades mais importantes do ponto de vista econômico, social e ambiental, uma vez que ao empregar mão-de-obra familiar e proporcionar geração de fluxo de renda, reduzindo a dependência dos produtos agrícolas de subsistência e favorece a fixação do homem no campo (PAULA 2009, p.12).

No PAAT, a apicultura ainda não foi consolidada devido a inúmeros fatores, os quais já foram mencionados neste trabalho. Mas os grupos familiares, que desde a década de noventa vem trabalhando nessa atividade, conciliadas a outras atividades da agricultura familiar, aos poucos tem conseguido produzir e chamar atenção de outras famílias do mesmo assentamento, devido as vantagens de se trabalhar com abelhas de forma racional. Apesar de ainda ser uma renda limitada, os ganhos vindos da apicultura vão além do econômico, pois ajudam a preservar o meio ambiente, o que faz bastante diferença em um lugar onde as forças exógenas tentam frustrar o modo de vida da comunidade.

A atividade apícola tem atuado como um fator importante na conservação do Cerrado local, primeiro pela conservação do pasto apícola para a produção de florada e; segundo, não menos importante que o primeiro, pela influência e necessidade da estabilização da atividade, que faz com que muitos assentados não vendam suas terras para o agronegócio e, assim, mantenham sua floresta conservada. Na busca de trabalhar a apicultura de forma mais organizada e homogênea, alguns desses apicultores já estão amadurecendo a ideia de ampliar a diversificação na produção, de forma que todos os produtos da atividade sejam aproveitados com mais qualidade, a fim de gerarem trabalho e renda para a comunidade. Nessa linha de raciocínio:

A cadeia produtiva da apicultura propicia a geração de inúmeros postos de trabalho, empregos e fluxo de renda, principalmente no ambiente da agricultura familiar, sendo assim determinante na melhoria da qualidade de vida e fixação do homem no meio rural. O Brasil apresenta características especiais de flora e clima que, aliado à presença da abelha africanizada, lhe conferem um potencial fabuloso para a atividade apícola, ainda pouco explorado (FURTADO, 2007, p.03).

A ideia de modernizar e diversificar a produção da apicultura em forma de cadeia produtiva é uma ideia que foi passada pelos técnicos do Projeto Reviver, onde parte dos assentados tem buscado apoio para que a proposta seja consolidada. Para o pesquisador e alguns trabalhadores locais, essa não é a prioridade, pois caso chegue a tal ponto, a comunidade do PAAT poderá adotar os mesmos instrumentos ideológicos do agronegócio, e essa não é a proposta sugerida nesse contexto, para esse território.

Por outro lado é perceptível que a apicultura é uma atividade em ascensão no Brasil. Nos últimos anos, ela tem conquistado o interesse do mercado internacional, pela quantidade e principalmente pela qualidade de seus produtos. Apesar de ser uma atividade realizada há bastante tempo na Europa, seu histórico, aqui no Brasil, data a partir da década de 1930, sendo muita aceita no país.

Vários fatores culminaram para que a atividade apícola se desenvolvesse de forma excelente em todo território nacional, como por exemplo, a grande diversidade da flora brasileira que produz alimento o ano todo para as abelhas. Nesse sentido, o Brasil tem se tornado um dos principais produtores de mel de abelha, ocupando a 11ª colocação no ranking da produção mundial.

A produção nacional do mel de abelhas alcançou recorde excelente nos últimos anos. Segundo os dados da ABMEL (Associação Brasileira dos Exportadores de Mel), a produção brasileira, em 2013, passou das 16 mil toneladas. Como foi exposto no mapa (7), esse crescimento da produção nacional se dá graças ao aumento da produção em nove estados brasileiros, que são respectivamente: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Ceará e Piauí (IBGE, 2012).

Para mostrar a participação dos demais estados brasileiro na produção do mel no país, pode ser observado que tanto o mapa (7), quanto o Mapa (8) mostram um largo crescimento da produção de mel nos outros estados do Brasil, que segundo o IBGE, já responde por 7% da produção nacional. A produção desse produto no estado do Tocantins respondeu no último ano por 3,2% da produção nacional. Segundo a Associação de Apicultores do Estado do Tocantins (FETOAPI), foi produzido, em 2013, cerca de 200 toneladas de mel.

Todos esses números servem para mostrar a importância da apicultura no Brasil. No estado do Tocantins essa atividade passou a ser difundida de forma racional há pouco mais de 10 anos. Devido à sua vasta cobertura do Cerrado, com uma florada bastante diversificada e em grande volume, o estado vem aumentando cada vez mais a sua produção de mel.

No caso do Projeto de Assentamento Amigos da Terra, a apicultura tem apresentado bons resultados a partir da sua implantação. Como foram observados, alguns entraves contribuíram para a desestabilização dessa atividade no assentamento. Por outro lado, os dados da pesquisa mostram que, assim como nas demais regiões do estado do Tocantins e do Brasil, o PAAT possui as condições específicas para que essa atividade seja desenvolvida no território.

Nesse sentido, baseado no que foi colhido durante os trabalhos de pesquisa, o que falta para o desenvolvimento da atividade apícola no assentamento são os apoios técnico e financeiro. Quanto às outras exigências para o desenvolvimento dessa atividade, o próprio assentamento oferece em grande quantidade e qualidade. Foi verificado que, em momento anterior, a apicultura foi incorporada junto às demais atividades familiares, no assentamento, e se desenvolveu de forma espetacular, gerando trabalho e renda para as famílias. Para Martins et al. (2006),

Em assentamentos de reforma agrária, a apicultura, se comparada às atividades agropecuárias, apresenta-se como uma alternativa com grande potencial, pois possibilita geração de renda com baixo investimento e retorno mais rápido, requer menor tempo de dedicação, além de contar com o apoio técnico, financeiro e político de ONGs e órgãos oficiais. Especificamente no semi-árido potiguar, a atividade encontra condições climáticas e ambientais bastante propícias. [...] Essa atividade desperta grande interesse por parte dos agricultores, por não exigir muito tempo de dedicação, nem requer muita sofisticação em termos tecnológicos. Além disso, gera ocupação e renda para as famílias, incluindo jovens e mulheres (MARTINS et al, 2006, p.02).

Portanto, não há dúvida de que a apicultura é o instrumento necessário que as famílias do PAAT precisam para solidificar suas raízes sobre o território local, de forma sustentável. Outro fator importante da consolidação da atividade no assentamento está diretamente direcionado para a preservação do Cerrado local. Em função disso, após a consolidação da apicultura e a estabilidade familiar no PAAT, outras comunidades certamente poderão adotá-la com o mesmo objetivo.

Portanto, o objetivo, nesse contexto, é de buscar estratégias para que os trabalhadores possam desenvolver a apicultura sem comprometer o futuro da vida social da própria comunidade e do meio ambiente. No momento atual, é essa a compreensão e a luta dos

apicultores do Projeto de Assentamento Amigos da Terra que buscam implantar seus estabelecimentos apícolas e consolidar, de uma vez por todas, a apicultura em seu território. Pois, é anseio da comunidade local que haja, no assentamento, trabalho e renda para o seu grupo familiar e condições para manter o bioma Cerrado preservado e protegido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procurou-se fazer uma análise geográfica do contexto das lutas pela conquista da terra e afirmação dos trabalhadores rurais sobre os assentamentos de reforma agrária na região Amazônia Legal brasileira. Para isso, utilizou-se de uma abordagem teórica da formação dos problemas agrários no campo, que tiveram origem nos cercamentos dos campos na Inglaterra a partir do século XVI e propiciaram o êxodo rural e o inchaço das cidades, tirando o direito dos camponeses de ter a terra como fonte de subsistência.

Da Europa, esses problemas chegaram às Américas e ao Brasil, provocando a exploração do homem e da terra. No Brasil, além do uso da mão de obra escrava, no período colonial, outro momento histórico que se assemelha com as expropriações do homem da terra, na Inglaterra, foi a modernização dos campos que correu a partir da metade do século XX. Nesse momento, milhares de famílias foram expulsas de suas propriedades por não se adequarem às exigências do capital produtivo.

Há quase quinhentos anos, a história do país tem relatado uma sequência de séculos de frustrações de uma grande parte da sociedade, que precisa da terra para sobreviver. Após vários séculos de conflitos e lutas pela posse da terra, o modelo de uso da terra, no Brasil, permanece praticamente o mesmo, sendo este, por sua vez, o uso da terra como reserva de valor. Esse sistema de uso da terra já deveria ter sido extinto. As relações do homem e o trabalho, na propriedade rural, e o uso da terra se fazem necessários, para que haja respeito e se cumpra a função social da terra.

Por outro lado, com a modernização do campo brasileiro, a partir da metade do último século, impulsionado por um processo de industrialização conhecido como Revolução Verde, o país passou a vivenciar o problema do êxodo rural e, com isso, um acentuado palco de conflitos pela posse da terra. Com uma proposta ideológica de transformar a agricultura tradicional em agricultura moderna e erradicar o problema da fome, os pequenos produtores e trabalhadores rurais que não se adaptaram sob a nova ótica do campo, foram obrigados a deixarem suas terras e mudarem para as cidades.

Nesse sentido, o que foi observado, nesses últimos sessenta anos, é um contexto de reprodução da pobreza e da miséria de uma grande fatia da população expropriados e marginalizados em nome da modernização agrícola. A sociedade brasileira tem visto, nas últimas décadas, os trabalhadores rurais e sem terras peregrinando em prol da luta pelo acesso à terra, no território nacional.

A região da Amazônia Legal, que é objeto de discussão neste trabalho, após a abertura da Transamazônica tem se despontado como um centro atrativo para os grileiros e latifundiários, nas últimas décadas. Com isso, essa terra tem se transformado num território de violentos conflitos entre fazendeiros, posseiros, indígenas e sem terras, obrigando, dessa forma, o governo a disponibilizar terras, principalmente devolutas para a formação de assentamentos rurais, a fim de atenuar o problema da questão agrária no campo.

Porém, no Brasil, os problemas relativos à reforma agrária têm sido mais discutidos do que resolvidos. A reforma agrária é realizada meramente para aliviar as tensões no campo e as pressões dos trabalhadores rurais sobre o governo. Os poucos assentamentos rurais criados, em todo território nacional, têm sido insuficientes para abrigar milhares de famílias que vivem sob os barracos de lonas, acampadas às margens das rodovias.

Por outro lado, a maioria dos assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil, a exemplo daqueles situados na região da Amazônia Legal, vem servindo apenas para segregar as famílias que os ocupam, pois estas, com a falta de políticas públicas do governo, enfrentam problemas políticos, econômicos e socioambientais. Sobre essa mesma realidade, vive o território do Projeto de Assentamentos Amigos da Terra, pautado num contexto de lutas e sofrimento em prol de um sonho, a vida digna na terra.

Diante de tudo que foi pesquisado no decorrer desse curso, é notório que os assentamentos rurais, existentes na grande Região Amazônica, assim como na maior parte do Brasil, são caracterizados por muitas problemáticas, estruturadas numa política agrária que, em vez de promover a consolidação da vida digna na terra, têm dificultado o desenvolvimento dos mesmos. São problemas contidos em todos os aspectos da terra de reforma agrária no país, onde estes estão presentes, desde a escassez das infraestruturas básicas até as deficiências nas políticas públicas mais essenciais para o desenvolvimento dos mesmos, como por exemplo, a falta de créditos rurais destinados à agricultura familiar.

O estado do Tocantins, assim como toda região norte, tem apresentado fortes conflitos agrários, principalmente na região do Bico do Papagaio. Esses conflitos têm dizimado e escravizado milhares de pessoas em todo estado. A Região do Bico do Papagaio, durante quase 50 anos, foi destaque em conflitos pela posse da terra, principalmente, quando em um desses conflitos, em meados da década de 1980, o Padre Josimo foi assassinado por pistolagem financiada por latifundiários da região.

É possível observar, nos dias atuais, a ocorrência desses conflitos, não só RBP, mas também em muitas regiões do Brasil. Como mostra a CPT, o agente financiador desses conflitos, na atualidade, é principalmente o latifúndio e o agronegócio. De forma sutil, os

assentamentos vêm sofrendo com a pressão das monoculturas da soja e do eucalipto, que são instaladas às margens dos PA's e, na maioria dos casos, os assentados são pressionados a venderem seus lotes ou arrendar para serem ocupados pelos empreendimentos agrícolas, como é o caso do PAAT.

Ainda, em boa parte dos PA's, onde o agronegócio busca impor a sua lógica, as comunidades ficam expostas aos usos contínuos das aplicações dos biocidas e a exploração da mão de obra ociosa, que em função das baixas condições de trabalhos nos assentamentos, os chefes de famílias são obrigados a venderem seu tempo de serviço para garantir o sustento familiar. Já não é novidade, nem mesmo para quem não vincula sobre a realidade da reforma agrária no país, em saber que, os assentamentos rurais dependem de políticas bem formuladas, estruturadas em todas as esferas do processo e bem direcionadas, a fim de que haja o desenvolvimento concreto da produção legal na agricultura familiar, promovendo assim a permanência dos trabalhadores na terra.

Em face ao modelo atual de “desenvolvimento agrário” nacional, os diversos problemas inerentes a esse modelo têm contribuído de forma impactante no modo de vida nos assentamentos. Muitos agricultores têm deixado ou abandonados seus lotes e, de forma ilegal, alguns tem até comercializado seu pedaço de chão. Essa grande e lamentável desorganização nos assentamentos rurais está diretamente ligada à falta de planejamento dos mesmos e a falta de políticas públicas que atendam e superem as peculiaridades de cada assentado.

Desse modo, a democratização da propriedade da terra expressaria, nesse contexto, a motivação principal e necessária para iniciar construção do novo cenário que contrapõe o modelo atual. Desse modo, o sonho de décadas, que a sociedade vem alimentando, pode, enfim, ser a realização daqueles que, em anos de luta, já sofreram diversos tipos de repressões em nome da tão sonhada reforma agrária nacional.

Diante de todo esse cenário preocupante que atravessa o contexto agrário brasileiro, torna-se necessário solidificar a organização do espaço agrário nacional, mediante normatização de uma política agrária consistente, igualitária, justa e que de forma homogênea contemple as necessidades do acampado ao assentado. A apropriação e a aplicação dessa ideia significa alimentar a construção de um novo modelo produtivo da agricultura, no território nacional.

Portanto, os assentamentos rurais requerem urgentemente de políticas do governo bem formuladas e consistentes que viabilizem, de forma igualitária, o avanço social de cada família dos assentamentos em todo território nacional. Desse modo, a produção justa e legal da terra justificará de maneira positiva a garantir e permanência do trabalhador na terra.

Nesse modelo é preciso que a agricultura seja construída de forma organizada para produzir alimentos saudáveis a fim de sustentar toda comunidade campesina, dos assentamentos e também para abastecer o mercado interno, o que tornaria os alimentos mais acessíveis a toda população nacional. Para isso, torna-se necessário a criação de políticas públicas que priorizem e estimulem o desenvolvimento de uma agricultura diversificada dentro de cada unidade de produção dos assentamentos, partindo de uma visão agroecológica e que não degrada o meio ambiente. Além disso, o programa de compra direta do Governo Federal deverá ser ampliado e fiscalizado para absorver e garantir a compra da produção de cada agricultor familiar.

Uma das condições obtidas pelos trabalhadores na maioria dos assentados rurais no Brasil tem sido buscar alternativas que supram a situação precária da renda familiar, provocada pela ausência das políticas públicas. Uma dessas ações é a diversificação da agricultura familiar, através da inserção de atividades que geram impactos positivos na geração de trabalho e renda para a família.

Nesse sentido, temos acompanhado a inserção da atividade apícola na diversificação do trabalho na agricultura familiar do PAAT. Como mostramos nos mapas de crescimento da produção no capítulo 3, deste trabalho, a apicultura é uma atividade que vem crescendo de forma espetacular no cenário nacional, com grande importância na geração de renda do trabalhador rural.

Diante disso, mostramos, neste trabalho, os resultados dos cálculos da produção de mel no Brasil, realizados com o Excel, a partir dos dados colhidos no IBGE, e através do ArcGis, o que possibilitou a construção dos mapas temáticos para facilitar o entendimento sobre a história e importância da apicultura para a produção de mel no território nacional. Os dados analisados, neste trabalho, são do IBGE (2010) e correspondem ao período de 1974 a 2010.

A partir da análise da produção de mel, em todo território nacional, os resultados obtidos nos permitem dizer que a apicultura é, sem sombra de dúvida, uma das atividades mais indicadas para diversificar a produção da agricultura familiar e fortalecer a geração de renda das famílias que vivem nos assentamentos rurais de reforma agrária, no país. Mediante o tempo de trabalho com a comunidade do PAAT, percebemos que uma série de fatores cooperou para que muitas famílias abandonassem a apicultura, mas, como observado nos depoimentos dos poucos trabalhadores que ainda praticam a atividade apícola no assentamento, ela é uma atividade rentável, capaz de sustentar o homem na terra.

A apicultura vem sendo trabalhada pelas famílias do PAAT há quase dez anos. Durante esse percurso de tempo a falta de recursos técnico e financeiro, para investir ou custear a produção nos últimos anos, quase decretou o fim da atividade apícola no assentamento. Porém, ainda que de forma maleável, poucas famílias ainda mantêm a atividade apícola nos seus lotes. Embora seja pouca a produção de mel, as famílias afirmaram que a renda obtida da venda do produto está ajudando na sua permanência na terra, e esperam que logo tenham condições de implementar e consolidar a apicultura nos seus lotes.

Diante disto, ainda é cedo para afirmar que a atividade apícola no Projeto de Assentamento Amigos da Terra será a ferramenta que libertará a comunidade dos anseios das políticas públicas excludentes e contraditórias. O que se percebe, até o momento, é que, com a criação de abelhas de forma racional, a comunidade poderá viabilizar a melhoria nas condições de vida de cada indivíduo. Por esta razão, a abordagem conceitual teve como núcleo o que consideramos o substrato da vida rural: o agronegócio e a atividade de subsistência.

Procurou-se entender as relações difusas entre o agronegócio e a agricultura familiar de subsistência criadas a partir de diversas relações sobre o território do PAAT e seu entorno. Ficou muito claro, neste trabalho, que o agronegócio visa o lucro e a exploração do sujeito e da natureza. Já a agricultura familiar de subsistência, busca promover o trabalho familiar e social na terra, sem explorar o homem e nem degradar o meio ambiente.

Entre a realidade vivida pelos sujeitos sociais que são reféns de uma política pública excludente e de uma pressão exercida pelo crescimento acelerado e perverso do agronegócio em direção ao PAAT, é indispensável o uso da atividade apícola para que a comunidade possa resistir a essa triste realidade, tendo em suas mãos um instrumento que a ajudará na busca por uma condição de vida mais justa. É pertinente o alerta dos autores clássicos (Oliveira, Abramovay e Prado Junior principalmente) que estudam a questão agrária no Brasil, quando estes, em seus trabalhos, apontam para esse lamentável cenário negativo, que é impulsionado por uma marginalização cada vez mais hostil dos movimentos sociais no campo, decorrido das ações perversa do latifúndio e do agronegócio.

Nesse sentido, ao tratar das questões sócio espaciais, relacionadas às disparidades causadas pelo descaso do poder público e pela expansão dos grandes empreendimentos agrícolas para com os assentados no PAAT, apropriamos do conceito de território para legitimar o palco desses acontecimentos. Conforme a abordagem de Haesbaert (2007), o território, tal como é abordado neste estudo, vai além do pedaço de terra; é o local em que a vida humana se manifesta a partir das relações políticas, sociais, culturais e econômicas,

funcionando como um espaço que legitima o desenrolar de um conjunto de relações intencionáveis e não intencionáveis no bojo da sociedade.

Assim, traçamos um paralelo entre o espaço geográfico, delimitando uma porção chamada território, com fronteiras delimitadas e definidas entre o grande desenvolvimento do capital produtivo e a marginalização da vida. Nesse cenário, procuramos descobrir os elementos básicos e necessários para a produção da vida social digna e sustentável na terra. E constatamos que não basta dar a terra para o indivíduo, a vida requer mais do que isso, ela requer condições para que o mesmo possa se desenvolver.

Portanto, as políticas públicas de qualidade e bem direcionadas são partes essenciais no processo de desenvolvimento da vida nos território de reforma agrária. No PAAT, a ausência das políticas públicas é transformada em ações coletivas e individuais. Os trabalhadores, diante das frustrações de seus sonhos, buscam no fruto do seu trabalho o gozo da vida e faz, de cada dia em cima da terra que conquistou a sua própria história.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas, HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: LEITE, Sísando Pedro *et alli* (Org.) **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Ministério do desenvolvimento agrário: Brasília, 2000.

AGUIAR, Ludimila Moura de Souza [*et. al.*]. **Cerrado: Ecologia e Caracterização**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados; Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. P. 249.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da Geografia. In: **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB, Ano 27, Vol. 1, n.36. Jan/jun, 2011.

BAMAT, Tomás; LENO NETO, Genaro Leno. **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa, Uni Trabalho/UFPB, 1998.

BECKER, B. K. **AMAZONIA**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BERGAMASCO, SONIA M. P. PEREIRA – **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. In: Revista de Estudos Avançados (São Paulo/USP), v. 11, 1997.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria-Edy. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luís Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERTERO, José Flávio. Sobre Reforma Agrária e MST. **Revista Lutas & Resistência**. Londrina, v.01, p. 163-183, set. 2006.

BOLIGIAM, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: **Ambientes: estudos de geografia**. (Org) Lúcia Helena de Oliveira Gerardi. Rio Claro: Programa de Pós- Graduação em Geografia- UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003. P. 235-248.

BRITO, Francisco Emanuel Matos. Agricultores, Cooperativas e a Organização da Produção de Mel no Território Nordeste II. **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Diversidades e (des)igualdades**. Salvador; Universidade Federal da Bahia, 2011.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura – trigo e soja**. Petrópolis: editora vozes, 1988.

BURROUGH, P. A.; MC DONNELL.R. **Principles of Geographical Information Systems**. Oxford University Press, 1998.

CAMARGO, R. C. R.; PEREIRA, F. M.; LOPES, M. T. R. **Produção de mel**. Teresina: CPAMN, 2002. 133p. (Embrapa Meio Norte. Sistemas de produção, 3).

CANO, W. **Agricultura e urbanização**. Boletim da Associação Brasileira de reforma Agrária – ABRA, n. 1, 1986.

CARVALHO FILHO, J.J. Política Agrária do Governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária, in: LEITE, S.(org.) **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**, Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2001, p.193-223.

CELENTANO, Danielle; VERÍSSIMO, Adalberto. **O avanço da fronteira na Amazônia: do boom ao colapso**. IMAZON, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2007.

CHAVES, Patrícia Rocha. **As Relações Sócio-Territoriais na Construção da Usina Hidrelétrica de Estreito e a Reprodução do Espaço Urbano nas Cidades de Carolina - MA e Filadélfia - TO**. Palmas, TO: UFT, 2009. p.198. (Dissertação de Mestrado).

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In SANTOS, Milton *et. Al.* (org.) **Território: Globalização e Fragmentação**. 3. ed. São Paulo Hucitec, 1996, p. 252.

COSTA, D. A. S. da e COSTA, B. P. da. Geografia das (micro) territorializações culturais nas praças do centro urbano de Manaus. **Revista do Núcleo de Estudo em Espaço e Representações**. Curitiba, 2008.

COSTA, Paulo Sérgio Cavalcanti. **Planejamento e implantação do Apiário**. Viçosa-MG, CPT, 2003.

CUNHA, S. R. P. **O xadrez da terra: um estudo da colonização de Rondônia**. 1985. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Socioambientais) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 1985.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. p51-90, 2005.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1 Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

DINIZ, Alexandre MA; SANTOS, Reinaldo Onofre dos. Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima. **Geografia (Rio Claro)**, v. 33, p. 269-288, 2008.

EITEN, George. **Delimitação do conceito de Cerrado**. Arquivos do Jardim Botânico, Rio de Janeiro, 1997, p.125-134.

FELICIANO, C. A. **Movimento Camponês Rebelde: A reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, BERNADO MANSANO. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo, 1999. Ed. Hucitec.

_____. **Movimento social como categoria geográfica**. *Terra Livre*, São Paulo, n. 15, 2000.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Delimitação conceitual de campesinato. (texto). <http://mst.org.br>. **Capturado em**, v. 20, 2004.

_____. **O MST e as reformas agrárias do Brasil** (UNESP). Coordenador do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural da CLACSO. São Paulo, 2008.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. (Livre-docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT), Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998.

FURTADO, Edimilson Lopes. **Produção de Mel: Um Estudo de Caso sobre a Análise do Custo de Produção dos Apicultores Associados à Associação Apícola Caririense**. Gurupi: UNIRG, 2007 (Trabalho de Conclusão de Curso).

GOMES, Paulo. C. C. Sobre Territórios, Escalas e Responsabilidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz. (Org.) **A emergência da Multiterritorialidade**. Canoas. Ed. Ulbra; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GONÇALVES, Lionel Segui. Perspectivas da Exploração da Apicultura com Abelhas Africanizadas no Contexto Apícola Mundial. In: **XIII Congresso Brasileiro de Apicultura, 2000, Florianópolis-SC. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Apicultura - Em CD**. São Paulo-SP: Sonopress-Rimo Ind. e Com Fonográfico Ltda., 2000. v. CD. p. 1-7.

GRAEFF, Eduardo. **Combate à Corrupção e denunciismo na era FHC**. Instituto Teotônio Vilela, 2002.

GREISSING, Ana. A região do Jari, do extrativismo ao agronegócio: as contradições do desenvolvimento econômico na Amazônia florestal no exemplo do projeto Jari. *REU*, v. 36, n. 3, Sorocaba/SP, dez., 2010, p. 43-75.

GUANZIROLI, C. et. al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond. 2001.

GUEDES PINTO, L. C. **Migrações internas: distribuição de renda no campo**. Boletim da Associação Brasileira de reforma Agrária – ABRA n. 7/8, 1976.

GUERRA, Raissa MN. **É possível atingir a sustentabilidade nos assentamentos de reforma agrária na Amazônia Legal? O caso do PDS São Salvador no estado do Acre**. Brasília, DF: UNB, 2002.

HAIR J.F., TATHAM R.L., ANDERSON R.E., BLACK W. Chapter 1 - Introduction. In: HAIR J.F., TATHAM R.L., ANDERSON R.E., BLACK W. (Ed.). **Multivariate Data Analysis**. 5 ed., Nova Jersey, Pearson Education Inc., 23-45, 1998.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, Milton. (Org.) **Território e Territórios** 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **Des-Territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Rio de Janeiro, EDUFF, 1997.

_____. Desterritorialização e Multiterritorialidade. Rio de Janeiro. In: **Anais do V Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR**, V. 3, 2001.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre: 2004.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: sua história**. EdUSP. ISBN 85-314-0877-6, O Livro no Brasil: sua história. São Paulo, 2005.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. In: **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente/SP, AGB, nº22, 2000, pp. 7-28.

JESUS, Sidinei Esteves de Oliveira de. **O processo de territorialização dos apicultores sobre o bioma Cerrado a partir de um estudo da cadeia produtiva do mel no projeto de assentamento amigos da terra**. Araguaína: UFT, 2011. (Trabalho de Conclusão de Curso).

LE TOURNEAU, F. M.; BURSZTYN, M. **Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental**. Ambiente & Sociedade. Campinas v. XIII, n.1, p. 111-130. Jan.-jun. 2010.

LIRA, Sergio Roberto Bacury de. **Morte e ressurreição da SUDAM: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Pará, Núcleos de Altos Estudos Amazônicos, Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2005.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Relação Estado e MST: algumas fases e faces**. **Lutas & Resistências**, n. 1, 2006.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da economia política**. Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTINS, José de Souza. **Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEDEIROS, L. **O FSM e a afirmação do campesinato como ator político**. In: *O Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária*. Carta Maior, 2005.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Reforma Agrária no Brasil – História e atualidade da luta pela terra**. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2003.

MELO, D. R. **As Veredas nos planaltos do Noroeste Mineiro**: caracterizações pedológicas e os aspectos morfológicos e evolutivos. 1992. f.219. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1992.

MINC, Carlo. **A RECONQUISTA DA TERRA, Estatuto da terra, Lutas no Campo e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Zahar, 1985.

MOREIRA, Ruy. **A geografia serve para desvendar mascaradas sociais**. In: *Geografia – teoria e crítica*. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. In: **Geographia**. Niterói, nº5, ano 3, p.1-18, 2001.

_____. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORAES, Antônio C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Annablume, p. 45-55; 67-80, 2005.

MOURÃO, Gersa NEVES. **Colonização recente no Sudeste de Roraima, Amazonia Brasileira: entre a política e a natureza**. Universidade do Estado de Roraima. Revista ACTA Geográfica, ano II, nº4, Jul/Dez/2008. p. 31-39.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. **Educação do campo e políticas públicas para além do capital: hegemonias em disputa (tese de doutorado)**. Brasília: Universidade de Brasília. Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, 2009.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. O Processo de Ocupação e Urbanização de Rondônia: Uma Análise das transformações sociais e espaciais. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 27, n. 2, p. 53-69, 2010.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra reforma agrária do Banco Mundial e os Camponeses no Ceará – Brasil**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP. 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil / Ariovaldo U. de Oliveira**. 4 ed. – São Paulo: contexto, 2001.

_____. Geografia Agrária: Perspectivas no Início do Século XXI In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. MARTA, Marta Inês Medeiros. **O Campo do Século XXI, Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; STEDILE, João Pedro. **O agronegócio X agricultura familiar e a reforma agrária**. Concrab. 2004.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto. Dinâmica Populacional e Social na Região Amazônica In Recife: **Cadernos de Estudos Sociais**. V.11 Jan/Jun, 1995, p.41-78. Pesquisa. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

OLIVO, Clair Jorge. **Sustentabilidade de condomínios rurais formados por pequenos agricultores familiares: análise e proposta de modelo de gestão**. 2000. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná. (Doutorado em Geografia). **São Paulo: UNESP**, 2003.

PATARRA, N. L. **Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços**. Texto para discussão nº 7, 45p. Escola Nacional de Ciências Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

PRADO, Jr. Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasilense, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – região do Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente (SP): FCT/UNESP, 2002.

REIS, Vanderlei Doniseti Acastio dos; COMASTRI FILHO, José Aníbal. **Importância da Apicultura no Pantanal Sul-Matossense**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003.

RIBEIRO, J. F.; SANO, S. M.; DA SILVA, J. A. 1981. Chave preliminar de identificação dos tipos fisionômicos da vegetação do Cerrado. p. 124-133 In: **Anais do XXXII Congresso Nacional de Botânica**. Sociedade Botânica do Brasil, Teresina, Brasil.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: _____. SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de. (Ed.). **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina, DF: Embrapa-CPAC, 1998.

RODRIGUES, Carmen Lucia. Et.all. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino, (org) MARQUES, Marta Medeiros. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: paz e terra, 2004.

SANTOS, M. **A revanche do território**. Folha de São Paulo, São Paulo. 3 agosto, de 1997 p.3.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **Economia Espacial**. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. A abordagem territorial: Considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRIC, Álvaro et al. **A Emergência da Multiterritorialidade**. A ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas. Ed. Ulbra; Porto Alegre: ULBRA/UFRRGS, 2008.

_____. Por uma geografia das territorialidades: **Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2011. 128p.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações—o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, n. 7, p. 1-21, 2005.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. Brasília: USP/MDA/FAO, 2003.

SAUER, Sérgio. Estado, Banco Mundial e protagonismo popular: o caso da reforma agrária de mercado no Brasil. In: SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Marcio Mendes (org). **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2006.

_____. A terra por uma cédula: estudo sobre a “reforma agrária de mercado”. In: MARTINS, Mônica Dias (org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo, Editora Viramundo, 2004.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Plano territorial de Desenvolvimento Sustentável Território Rural – Território Rural do Vale do Juary-RO**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ariquemes-RO, Nov. de 2006.

SECRETARIA do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN). Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). **Projeto de Gestão Ambiental Integrada da Região do Bico do Papagaio**. Zoneamento Ecológico-Econômico. Plano de Zoneamento Ecológico-

Econômico do Norte do Estado do Tocantins. Org. por Vítor Bellia e Ricardo Ribeiro Dias. Palmas, SEPLAN/DZE, 2004. p.202, ilustr.

SERRA, Maurício Aguiar; FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Revista Economia e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 23, 2004.

SCOLESE, Eduardo. A reforma agrária. São Paulo: Publifolha, 103, 2005.

SILVA, Aelton Brito. Questão Agrária em Questão. In: Reis, Ana Terra; Batista, Andréa Francine (Org.). **Ensaio sobre a questão agrária**. 1ª Ed. São Paulo. Outras Expressões, 2013.

SILVA, Alexanda Sousa da. **Práticas de Queimadas e suas Consequências Socioambientais na Cidade de Araguaína - TO**. Araguaína: UFT, 2006. (Trabalho de Conclusão de Curso).

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Roberto Carlos Prazeres de Andrade e PEIXE, Blênio César Severo. Estudo da Cadeia Produtiva do Mel no Contexto da Apicultura Paranaense – uma Contribuição para a Identificação de Políticas Públicas Prioritárias. In: (anais) I **Seminário de Políticas Públicas no Paraná: Escola de Governo e Universidade estaduais**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.

SORJ, Bernardo. **Estado classes sociais na agricultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1980.

SOUZA, Mendonça Oliveira de. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **A Contra Reforma Agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência**. V Encontro de Grupos de Pesquisa “Agricultura, Desenvolvimento Regional e transformação Sociais”. Universidade Federal de Santa Maria. Novembro de 2009.

SOUZA, Josiane do Socorro Aguiar de. **O programa de Zoneamento Ecológico para Amazônia Legal e a Sustentabilidade: aspirações e realidades**. Centro de Desenvolvimento Sustentável: Universidade de Brasília. DF. 2008. (Tese de Doutorado).

STÉDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária, 1946-2003**. Bíb. Orton IICA/CATIE, 2005.

SUERTEGRAY, D. M. A. Espaço geográfico uno múltiplo. In: SUERTEGRAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM, R. (Orgs). **Ambiente e lugar no urbano**: a grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

_____. Geografia Física, Geografia Ambiental ou Geografia e Ambiente? In: MENDONÇA, F; KOSEL, S. (org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

WISE, H. **Nova apicultura**. Porto Alegre, RS: editora Agropecuária Ltda, 1982.

WOLSTEIN, Almaisa R. Pereira et al. **Metodologia para o planejamento, implantação de projetos de assentamentos sustentáveis na Amazônia**. Rio Branco: EMBRAPA-CPAF/AC/INCRA/FUNTAC, 1988. 29p. (EMBRAPA-CPAF. Documentos, 32).

ZEFERINO, Bárbara Cristhinny G. **Pauperização, violência e luta de classes no campo brasileiro**. Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro. **Terra Livre**, v. 15, p. 87-112, 2000. Disponível em: <http://www.agb.org.br/2012/files/TL_N15.pdf#page=82>. Acessado em: 28/09/2013.

ALVES, Marcelos João. **A condição do espaço MST no movimento da sociedade burguesa**. Dissertação de Mestrado. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106569/270927.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em: 10/07/2014.

ARANTES, Emerson Clayton. **Regularização fundiária e direito de propriedade na Amazônia legal: um estudo de caso do estado de Roraima (1988-2008)**. 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18848>>. Acessado em: 02/07/2014.

ARAÚJO, José Júlio César do Nascimento; PAULA, Elder Andrade de. Novas formas de desenvolvimento do Amazonas: Uma leitura as ações do Programa Zona Franca Verde. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 3, 2010. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/032009/artigo7.pdf>>. Acessado em: 16/06/2014.

BRASIL DE FATO. **2013 é o pior ano da reforma agrária", diz coordenador do MST**. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/26936>>. Acessado em: 11/03/2014.

BUAINAIN, A.; PIRES, Daniela. Reflexões sobre reforma agrária e questão social no Brasil. **Brasília: INCRA**, 2003. Disponível em: <<http://www.abda.com.br/texto/AntonioBuainain.pdf>>. Acessado em: 25 de Maio de 2012.

BERTOLINI, V.A.; CARNEIRO, F.F.; Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de reforma agrária no DF e entorno. **Libertas**, v. Edição especial, 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2011/02/artigo11_6.pdf>. Acessado em 25/05/2011>.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 fev. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 25 out. 2012.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 fev. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 25 out. 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Lei Orgânica da Assistência Social, da Constituição Federal**. Brasília, 7 de dezembro de 1993, 172º da Independência e 105º da

República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm >. Acesso em 06/04/2013

BRASL. Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e de outras providências. **Presidência da Republica, Casa Civil, Subchefia para assuntos Jurídicos.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm, acessado em 31 de março de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo: Resolução CNE/CEB**, n. 1, de 3 de abril de 2002. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>> Acesso em: 05 de Dezembro de 2012.

CANUTO, Antônio. “Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade”. **Revista Nera**, 7 (5): 1-12. 2004. Disponível em:<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/1466>>. Acessado em 12/09/2013.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio ea marginalização social.** Carta Social. Carta Pastoral. SãoFelix do Araguaia: Prelazia de São Felix do Araguaia, 1971. Disponível em:<<http://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>>. Acessado em: 26/06/2014.

CLÉMENT, Jaubertie. O extrativismo na historia agrária do Estado do Amazonas. **Projeto Floresta Viva.** Manaus-AM. Set. 2008. Disponível em: http://www.gret.org/static/cdrom/floresta_viva_amazonas/Files/1.1.3_13_0810_historia_extra tivismo_amazonas_clement_jaubertie.pdf. Acessado em 14/09/2013.

CLEMENTINO, A. M e MONTE-MOR, R. L. M. **Grandes impactos e significados na Região do Bico do Papagaio – TO.** Trabalho apresentado ao XIV Encontro de Estudos Populacionais – ABEP, realizado em Caxambu– MG, Brasil, de 20-24 de setembro de 2004. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_432.pdf. Acesso em 08/01/2014.

CUNHA, L. H de O. Reservas extrativistas: Uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. **Encontro dos povos do Vale do Ribeira**, 2001. Disponível em:<<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/resex.pdf>>. Acessado em: 15/06/2014.

DECRETO 6.040 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acessado em: 18/06/2013.

DE CARVALHO, Simone Pereira et al. REFORMA AGRÁRIA: a realidade de um assentamento rural/REFORMA AGRARIA: la realidad de un sitio rural. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 4, n. 8, 2009.<<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11907>>. Acessado em: 28/07/2014.

DE MERA, Claudia Maria Prudêncio. **A questão agrária no Brasil: as contribuições de Caio Prado Junior e Ignácio Rangel.** Disponível em: http://www.boletimdeconjuntura.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-04-a_questao_agraria_no_bra.pdf>. Acessado em 27 de Maio de 2013.

DIAS, Caio Smolarek; DIAS, Solange Irene Smolarek. Belém do Pará: História, Urbanismo e Identidade. **Planejamento Urbano e Regional: ensaios acadêmicos do CAUFAG. Cascavel: Smolarek Arquitetura, 2007.** Disponível em: <<http://www.dombosco.fag.edu.br/coor/coopex/5ecci/Trabalhos/Ci%EAncias%20Sociais%20Aplicadas/Comunicacao/496.pdf>>. Acessado em: 21/06/2014.

EMBRAPA MEIO-NORTE. Produção de Mel. Sistema de Produção. Versão Eletrônica Jul./2003. Disponível em: < <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/> >, acessado em 10/01/2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo.** Diss. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo, 1994. Disponível em:< <http://mstemdados.org/sites/default/files/1994%20Bernardo%20Man%C3%A7ano.pdf>>. Acessado em: 25/02/2014.

_____. **Brasil - 500 anos de luta pela terra.** Site da Internet–NEAD, Biblioteca, 1998. Disponível em: <<http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/1291.pdf>>. Acessado em janeiro de 2014.

FERREIRA, Sandra Cristina; GOMES, Marquian de Freitas Vilas Boas. **Relações de produção e de trabalho no campo: heranças históricas no século XXI.** Disponível em:< <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografi aeconomica/79.pdf>>. Acessado em: 27 de Maio de 2013.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra ea política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 8, 2008. Disponível em:<<http://periodicos.usp.br/agraria/article/view/157/0>>. Acessado em: 10/04/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- PESQUISA PECUÁRIA MUNICIPAL, IBGE-PPM. 2011. IBGEPPM- **Pesquisa Pecuária Municipal.** Disponível em: IBGE-PPM <www.ibge.gov.br>. Acessado em: 25/06/2012).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2010). **Produto Interno Bruto - PIB e participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação-2010.** Disponível em:< ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2010/pdf/tab01.pdf > Página visitada em 13 de maio de 2013.

KAGEYAMA, ANGELA. A questão agrária Brasileira: interpretações clássicas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, volume 23, set/dez 1993, São Paulo.

LIMA, E. S. de. Decepção com a Política Agrária. **Brasil de Fato**, São Paulo, 30 de mar de 2013. Disponível no site <http://www.brasildefato.com.br/node/11534>, acessado em 30/03/2013.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia 322**. Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf> acessado em: 08/01/2014.

LEITE, Sergio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: Paralelo**, v. 21, 2000. Disponível em:<http://www.mstemdados.org/sites/default/files/estudos_nead1.pdf#page=36>. Acessado em: 28/08/2014.

LOPES, A. P. ASSENTAMENTO 1º De Janeiro: Estrutura e Formas de Vida das Famílias. **Anais. X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

MACHADO, L.O. (1999). Urbanização e Mercado de trabalho na Amazônia Brasileira. **Cadernos IPPUR**. (1). 109-138. Disponível em: <<http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/wp-content/uploads/1999-urbanizacao-e-mercado-de-trabalho-na-amazonia-brasileira-LOM.pdf>> Acessado em: 08/01/2014.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, n. 12, p. 57-67, 2012. Disponível em:<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/1399>>. Acessado em: 21/10/2014.

MARTIN, Jean-Yves. Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Terra Livre**, v. 2, n. 19, p. 11-37, 2002. Disponível em:<http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/2013/1s/terra_livre_n19.pdf#page=11>.acessado em: 12/05/2014.

MARTINS, Jacqueline Cunha de Vasconcelos; OLIVEIRA, Alan Martins de; MARACAJÁ, Patrício Borges. Apicultura e Inclusão Social em Assentamentos de Reforma Agrária no Município de Apodí-RN. **XLIV CONGRESSO DA SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento.”** Fortaleza-CE, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/654.pdf>> Acessado em: 25/10/2014.

MATTOS NETO, Antonio José de. **A questão agrária no Brasil: aspecto sócio-jurídico**. In: Revista Projeto História, n.33, p. 97-118, dez. 2006. São Paulo: Programa de Pós-graduação de História da PUC, 2006. Disponível em:<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2286/1380>>. Acessado em 25/09/2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. **Resolução nº 289, de 25 de Outubro de 2001**. Acesso internet em Setembro de 2012 – www.mma.gov.br/conama.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, ano 9, n. 8, jan/jun. 2006. Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1445/1422>>. Acessado em: 25/09/2014.

MOCHUTTI, F. G.; ROSINA, C. D.; FERREIRA, E. T. D. Fatores relacionados à criação de abelhas. **Artigo publicano no IV Encontro de Engenharia de Produção Agroindustrial de FECILCAM** – Campo Mourão – PR, 2010. Disponível em:<http://www.fecilcam.br/anais_iveepa/arquivos/13/13-01.pdf>. Acessado em: 14/01/2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Os mitos sobre o agronegócio no Brasil. In: **Encontro nacional do MST, 12, 2004, São Miguel do Iguaçu-PR**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2013.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. **Retratos de Assentamentos**: um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal. 2007. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. Disponível em:<http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/tese_marcelo_romarco.pdf>. Acessado em: 23/10/2014.

PASIN, Luiz Eugênio Veneziani; TERESO, Mauro José Andrade; BARRETO, Lúcia Maria Ruv Carelli. Análise da produção e comercialização de mel natural no Brasil no período de 1999 a 2010. **Agroalimentaria**, p. 29-42, 2012. Disponível em:<<http://base.repositorio.unesp.br/handle/11449/73436>>. Acessado em: 29/08/2014.

PAULA, Elder Andrade de. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Luta Pela Terra no Acre: conquistas e retrocessos. **REVISTA NERA**, n. 5, p. 86-101, 2012. Disponível em:<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1473/1449>>. Acessado em: 12/07/2014.

PAULA, Rodrigo Veneziani de. **Sistema de Informações Geográficas destinado ao planejamento da atividade apícola no assentamento 'Padre Josimo Tavares' - PA**. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia Física, São Paulo, 2009. (Dissertação Mestrado). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-02022010-144613/>>. Acessado em: 06/01/2014.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultado. **Rio de Janeiro**, 2004. Dissertação (mestrado) – CPDA-UFRRJ. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp000026.pdf>. Acessado em: 25/05/2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Navegar é preciso, viver não é preciso: estudo sobre o projeto de prenenização da hidrovia do Rio das Mortes, Araguaia e Tocantins. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 167-213, 2000. Disponível em:<http://www.agb.org.br/2012/files/TL_N15.pdf#page=160>. Acessado em: 25/02/2014.

REIS, Cristiane de Souza. O MST e sua estratégia de luta emancipatória face ao modelo de globalização hegemônica: quem tem medo do cosmopolitismo subalterno?. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 53, maio 2008. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2913>. Acesso em agosto 2013.

REVISTA BRASILIENSE. “Manifesto de Fundação”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 1, p. 01-03, set./out.1955. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/download/9538/7299>> Acessado em: 06/01/2014.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. Grandes projetos amazônicos e configuração geográfica do Amapá. **INTERAÇÕES FRONTEIRIÇAS NO PLATÔ DAS GUIANAS: Novas construções, novas territorialidades**, p.45, 2010. Disponível em:< http://servidor-opsu.tach.ula.ve/profeso/valero_m/libro_t_c/int_front_.pdf#page=45>. Acessado em 17/06/2014.

SANTOS, Ricardo Meneses. **A unidade de produção familiar camponesa como território de resistência à reprodução do capital no campo**. Disponível em < <http://www.mpabrazil.org.br/biblioteca/textos-artigos/unidade-de-producao-familiar-camponesa-como-territorio-de-resistencia>>. Acessado em: 26 de Setembro de 2013.

SILVA, Luiz Guilherme Teixeira; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. POLÍTICA AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS ASSENTAMENTOS DO SUDESTE PARAENSE1. In: **Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. Agricultura familiar, políticas públicas e inclusão social: anais. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2007. 2008. Disponível em:< <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/409243/1/162.pdf>>. Acessado em 22/06/2014.

SILVA, Ligia Osório. **Introdução ao Texto de Ellen Meiksins Wood: “As origens agrárias do Capitalismo”**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/ellenwood.pdf>. Acesso em 30 de Jul. 2013.

SILVONE, Bruno Rangel. **Análise socioambiental em assentamentos em assentamentos de Reforma Agrária no Norte Paranaense**. 2008. 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Geografia/dissertacoes/4analise_socioambiental_assentamentos.pdf. Acessado em: 08/01/2014.

SIQUEIRA, Samara Silva. **A importância dos arranjos produtivos locais para o desenvolvimento local: o caso da aglomeração produtiva apícola no município de Picos-Piauí**. 2010. Disponível em:< http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95568/siqueira_ss_me_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 18/08/2014.

TARGINIO, I.; COUTO, A. I. Política de crédito e endividamento dos trabalhadores assentados: o caso da Zona da Mata Paraibana. **In Emancipação**, v. 7, 2007. Disponível em:< <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4023749.pdf>.> Acessado em: 12/01/2014.

TAVERNARD, Sidney Rivero; LISBOA, Teresinha Covas. **Desenvolvimento sustentável e empreendedorismo: o beneficiamento e comercialização de sementes da Amazônia no município de Porto Velho, RO**. 2010. Disponível em: <

[http://www.economia.aedb.br/seget/artigos09/199_199_ARTIGO_SEMENTES_1_UNISA\[1\].pdf](http://www.economia.aedb.br/seget/artigos09/199_199_ARTIGO_SEMENTES_1_UNISA[1].pdf)>. Acessado em: 26/04/2014.

TODESCO, Carolina. Estado e produção terceirizada de políticas públicas de turismo para a Amazônia Legal: uma análise fundada nas dimensões da vida política. Tese (doutorado) – **Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11042013-094137/en.php>>. Acessado em 23/03/2014.

TORRINHA, M. N. **Desordenamento territorial e conflitos rurais no Estado do Amapá nas décadas de 1980 e 1990**. Disponível em http://www.basa.com.br/bancoamazonia2/revista/edição_03/desordenamento_terr.pdf (acessada em 05/05/2013).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa. **EIA/RIMA da Hidrovia Tocantins-Araguaia**. Belém, 1999. Disponível em: <http://www.agb.org.br/2012/files/TL_N15.pdf#page=55> acessado em: 08/01/2014.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. 40º Congresso Nacional de Inter americanistas. **Anais**. Quito, 1997. Disponível em <http://www.arqueologia.com.ar/congresos/contenido/49CAI/Wanderley.htm> (acessado em 15\12\2013).